

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Lucélia Tavares Guimarães

**A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO
DA BOA VISTA, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**SÃO PAULO
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Lucélia Tavares Guimarães

**A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO
DA BOA VISTA, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ**

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Antonio Chizzotti.

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Chizzotti – Orientador

Profa. Dra. Regina Lúcia Giffoni Luz de Brito – PUC-SP

Prof. Dra. Maria Lucia de Carvalho – PUC-SP

Profa. Dra. Marilia Claret Geraes Duran- UNIMESP

Profa. Dr. Jair Militão da Silva – UNICID

Profa. Dr. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza – UFPA
(Suplente)

Prof. Dr. Fernando José de Almeida – PUC-SP (Suplente)

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

Ficha Catalográfica

TD GUIMARÃES, Lucelia Tavares Guimarães

A Construção Democrática da Educação em São Sebastião Da Boa Vista, Ilha do Marajó, Pará

São Paulo, p.200, 2010.

Tese (Doutorado) – PUCSP

Programa: Educação: Currículo

Orientador: CHIZZOTTI, Antonio

Palavras-chave: Poder Local. Política Educacional. Democracia. Participação. Descentralização.

DEDICATÓRIA

À minha **Mãe**

Quando foi a primeira professora lá para o Santo Antonio eu já tinha 12 anos. O maior atraso da vila era isso. Trabalho tinha muito para o pessoal, por conta da firma do senhor Joaquim Sequeira, agora educação não tinha.

Maria de Melo Guimarães

Especiais (além dos cânones científicos)

A **Deus**,
A Nossa Senhora de **Nazaré**;
A Nossa Senhora do **Perpetuo Socorro**;
A Nossa Senhora **Aparecida**;
Santa **Terezinha**;
Santa **Rita de Cássia**;
A **São José**;
A **São Sebastião**.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador **Prof. Dr. Antonio Chizzotti**;

As Professoras **Dras. Regina Giffonni e Maria Lúcia de Carvalho** pelas valiosas contribuições na banca de qualificação;

A profa. **Dra. Marília Claret Geraes Duran da UNIMESP; Prof. Dr. Jair Militão da UNICID; Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza da UFPA e Prof. Dr. Fernando Almeida da PUC-SP** que aceitaram participar da banca de defesa.

Ao **prof. Dr. Orlando Nobre** que desde a graduação me mostrou o caminho da pesquisa.

A minha querida **Mãe** a quem dedico esse trabalho pelo **AMOR** que educa e sustenta;

Aos meus irmãos e irmãs: **Evandro, João, Guimarães, Ivone, Porfíria, Roseli, Paulo, Nilza, Gilvani e Tarcísio** pela certeza do amor e o acreditar.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas muito amados. Dedico agradecimento especial aos pequenos: **Gabriel, Maria Carolina, Gustavo, Rafael e Gabriele**.

Aos meus cunhados e cunhadas **Josenildo, Kátia, Nazaré e Marlos** pela força e o compartilhar das alegrias e tristezas.

Aos primos e primas **Elisa, Luana, Dagma, Edilson** que por força desse trabalho nos tornamos mais próximos, consequência feliz

Carlos Eduardo Furlani pelas coisas boas que foram acontecendo do inusitado (amavio).

Amigos da PUC: **Zeca, Odete, Ronilson, Homero, Cristina, Irlanda, Lurdes Caron, Francisco, Basílio, Expedito, Eneila, Fabiana, Alessandra Redigolo, Renata Aquino, Cecilia Cuocco, Marcos Lara**

A Turma do Doutorado 2006: **Téo, Aristides, Adriana de Jesus, Fernanda e Ronaldo Fróes**.

As queridas **Celita Maria e Socorro Hage**

Especialmente aos meus amigos **José Luis Feijós Nunes e Ronilson de Souza Luiz**

Amigos (as) de São Paulo: **Silvia, Ariane, Letícia, Lodovico, Isabel Formoso, Claudinei Batista, Gabriel Batista e Bruno Batista; Rejane, Mauricio, Douglas, Antonio Maia e Davi, Eneila e família**.

A **Charlotte Miecothã**, a gata mais *blasé* da face da terra. Presença constante e amável.

Aos Amigos de Belém: **Viviane, Fabrício, Socorro Coelho, José Elessandro, Salomão Hage, Jefferson e Lenise**

A Família **Bona-Maneschy, Silva, Roni Marinho e família; Família Pinto Pureza, Michele Pietro, Ivete Ferreira e Família e D. Isabel.**

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP, em especial: Prof. **Dr. Alípio Casali, Profa. Dra. Maria Malta Campos, Prof. Dr. Mario Sergio Cortella, Profa. Dra. Branca Jurema Ponce e Prof. Dr. Fernando José de Almeida.**

Ao município São Sebastião da Boa Vista, em nome de todas as pessoas que me acolheram e permitiram a realização desse estudo.

A **Rita Dias e Cida** secretárias do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP pela paciência e colaboração.

A **Iara e Marcelo** da APG

A **Capex** e ao **CNPq** pelo apoio financeiro

RESUMO

Ao buscar estudar o que ocorreu na educação do município de São Sebastião da Boa Vista, de 2005 a 2009 quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo municipal nos deparamos com a possibilidade de compreender como um município que tem uma trajetória histórico-social marcada pela exploração e exclusão de sua população, se vê diante da possibilidade de implementar uma política educacional sustentada pelos princípios democráticos da autonomia, da participação e descentralização, tentando com isso, implementar um projeto contra-hegemônico de educação que rompesse com a lógica perversa do capital, num contexto de constante e profundas mudanças em que a sociedade vem passando e, que também verificamos que dois projetos políticos disputam hegemonia na construção democrática: o projeto político neoliberal e o projeto democrático participativo. Objetivamos compreender de que forma as dinâmicas organizacionais e pedagógicas que vem sendo implementadas na educação municipal, repercutem, impactam e se desdobram no sentido de consolidação de um poder local democratizado quando percebemos uma intensificação da resignificação na relação sociedade política e sociedade civil. A intencionalidade da pesquisa decorre de uma multiplicidade de evidências verificadas durante as visitas realizadas ao município para observação, as advindas da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e análise documental e, através das entrevistas que sustentaram a estratégia de estudo de caso. Através de uma abordagem crítica buscamos compreender a problemática de estudo, usando como referencial autores como: Antonio Gramsci, Antonio Chizzotti, Robert Yin, Robert Stake, Tânia Fischer, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Jose Gimeno Sacristán, Pablo Gentili, Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Luiz Eduardo Wanderley, Caio Prado Junior, Octavio Ianni, Evelina Dagnino, Maria Lúcia Duriguetto, entre outros. O Resultado deste trabalho aponta que a consolidação do poder local a partir do que fazer da educação ainda é uma utopia, pois o determinismo normativo prevaleceu restringindo as ações ao aspecto organizacional, secundarizando os pedagógicos. E em determinado momento, desmobilizando e fragilizando a participação da sociedade civil na tomada de decisões. Conclui-se que os avanços na construção da democracia são evidentes, mas que precisam ser aprofundados afim de que a democracia plena possa se efetivar.

Palavras-chave: Poder Local. Política Educacional. Democracia. Participação. Descentralização.

ABSTRACT

In seeking to study what happened in education in São Sebastião da Boa Vista, from 2005 to 2009 when the Workers' Party (PT) took the municipal government are faced with the possibility to understand how a municipality that has a historical and social trajectory marked by the exploitation and exclusion of its population, is faced with the possibility of implementing an educational policy supported by the democratic principles of autonomy, participation and decentralization, trying it, implement an anti-hegemonic project of education to break with the twisted logic of capital in a context of constant and profound changes that society is undergoing, and also found that two projects competing political hegemony in the democratic construction: the neoliberal political project and the participatory democratic project. We aim to understand how the pedagogical and organizational dynamics that has been implemented in the municipal education, impact, impact and unfold in order to consolidate a local when we democratized the enhancement of reframing the relationship between society and political society. The intent of the research stems from a multiplicity of evidence found during the visits to the city for observation, arising from the research literature, documentary research and analysis of documents and through interviews that supported the strategy of case study. Through a critical approach aims to understand the problem of study, using as a reference authors such as Antonio Gramsci, Antonio Chizzotti, Robert Yin, Robert Stake, Tania Fischer, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Jose Gimeno Sacristán, Pablo Gentili, Paulo Freire , Gaudêncio Frigotto, Luiz Eduardo Wanderley, Caio Prado Junior, Octavio Ianni, Evelina Dagnino, Maria Lucia Duriguetto, among others. The results of this study shows that the consolidation of local government from which to education is still a utopia, because determinism prevailed regulatory actions restricting the organizational aspect, the educational sidelines. And at some point, demobilizing and undermining civil society participation in decision-making. It is concluded that progress in building democracy are evident, but must be further studied in order that full democracy can be effective.

Keywords: Local Government. Educational Policy. Democracy. Participation. Decentralization

LISTA DE SIGLAS

AC	ACRE
AMABV	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AMIGAS DE BOA VISTA
APAEBV	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS EXTRATIVISTAS DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
BA	BAHIA
CCBS	CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CCSE	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
CE	CEARÁ
CEB's	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CENTUR	CENTRO CULTURAL E TURÍSTICO
DEM	DEMOCRATAS
EFA	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA
EMEF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
FCAP	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ
FCTN	FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GESTAMAZON	GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE ESTADO E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GO	GOIÁS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA
IDEB	INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MARE	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MG	MINAS GERAIS
MINC	MINISTÉRIO DA CULTURA

MT	MATO GROSSO
NAEA	NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PA	PARÁ
PAR	PLANO DE AÇÃO ARTICULADA
PBF	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PCCR	PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PDDE	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
PETI	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PISA	PROGRAMA INTERNACIONAL PARA AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES
PNAA	AUXÍLIO-GÁS E O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PR	PARANÁ
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PUC	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RS	RIO GRANDE DO SUL
SECULT	SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PARÁ
SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEDURB	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SEMED	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMEL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER

SEPOF	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SP	SÃO PAULO
STR	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
TCM	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TRE	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
UEPA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFRA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PAS	PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ OU PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
PIN	PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
PND	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PVEA	PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA
SPVEA	SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA
GEPLAM	GRUPO EXECUTIVO DO ESTADO DO PARÁ PARA O PLANO MARAJÓ
GEI	GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL
PNUD	
PBF	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
IDESP	INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
PDTSAM	PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
AS SENDAS DA PESQUISA	19
O LÓCUS DE PESQUISA: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, ILHA DO MARAJÓ, ESTADO DO PARÁ	25
CAPÍTULO I	30
NOVOS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM FOCO	30
O programa para os Estados: a nova gestão pública	35
A resignificação da relação Sociedade Política e Sociedade Civil	43
CAPÍTULO II	49
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, Ilha do Marajó, Amazônia: um Brasil esquecido?	49
2. 1 O processo de formação histórico-social	49
2.2 Condições socioeconômicas do Marajó de ontem: conseqüências para o Marajó de hoje.	54
2.3 Contexto Demográfico	62
2.4 Contexto Fundiário	63
2.5 Aspectos econômicos do Marajó	63
2.6 Contexto Social	64
CAPÍTULO III	70
A CONCRETUDE DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO	70
3.1 O Caminho Metodológico	75
3.2 O Desenvolvimento Metodológico	77
3.3 Estratégia de Pesquisa: Estudo de caso	77
3.4 O Trabalho de Campo em um Estudo de Caso	81
3.4.1 Pesquisa Documental	81
3.4.2 Observações diretas	82
3.4.3 Entrevistas	82
3.5 Sujeitos pesquisados: Os protagonistas	83

3.5.1 O Processo de Seleção dos Sujeitos da Pesquisa: Critérios Utilizados	84
3.6 Apresentação dos Dados Brutos: Pesquisa Documental, Observação e Entrevistas	86
3.6.1 Pesquisa Documental	86
Resultado da Pesquisa Documental	89
3.6.2 Observação	91
3.6.2.1 Audiência Pública Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó	91
3.6.2.2 I Conferência Municipal de Educação e o II Fórum Mesorregional de Educação do Campo - Marajó	92
3.6.2.3 Reunião de Avaliação de Desempenho do Governo Popular – Mandato Caboclo	96
3.6.2.4 Diagnóstico do Plano de Ações Articuladas (PAR)	97
3.6.2.5 Semana Pedagógica	98
3.6.2.6 Seminário Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Marajó	99
3.7 Deslindando a trama de fios: A descrição do caso	100
3.7.1 A ruptura com velhas práticas de gestão: o constructo de uma nova institucionalidade política	101
3.7.2 A Gênese: A transição democrática no Brasil e os reflexos em São Sebastião da Boa Vista	104
3.7.3 A gota d'água: Fome, desemprego, perseguição política e corrupção	111
3.7.4 A Personalização do poder e centralização política	113
3.7.5 A Lei Orgânica do Município: elaboração de gabinete, exemplo de tomada de decisão centralizada	117
3.7.6 A fuga dos professores e técnicos da educação para outros municípios ou a permanência com submissão	118
Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: O protagonismo da sociedade civil no controle das ações do governo	Erro! Indicador não definido.
3.7.7 Eleições 2004: o papel da democracia representativa na construção democrática em São Sebastião da Boa Vista	125
3.7.8 A educação como plataforma de campanha	130
3.7.9 O Quadro Educacional em 2004	131
3.7.10 A educação da população do campo	134
3.7.11 A vitória nas eleições municipais: início do aprofundamento democrático?	140
3.7.12 1º Governo Caboclo (2005-2008): Primeiras impressões e ações	141
3.7.13 O Governo Caboclo e a educação: primeiras ações, grandes desafios	143
3.7.14 A criação dos pólos	150
3.7.15 Institucionalização dos Espaços Públicos de Participação	154
3.15.1 As Pré-Conferências	155
3.15.1.2 A Pré-conferência no Pólo Pracuúba-Guajará	158
3.15.1.3 A Pré-conferência do Pólo Caeté	161

3.15.1.4 A Pré-conferência no Pólo Urucuzal:	161
3.15.1.5 Pré-conferência Pólo Pracuúba Miri	163
3.15.1.6 Pré-conferência do Pólo Pau-de-Rosa	164
3.15.1.7 Pré-conferência do Pólo Cidade	165
3.15.2 I Conferência Municipal de Educação	166
3.15.3 O Estado em ação: tensões e complementaridade entre os projetos políticos em disputa.	168
3.15.3.1 Razões e Princípios do PDE : Democrático ou neoliberal?	171
3.15.3.2 O Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Sebastião da Boa Vista	175
3.16.3.3 Plano Municipal de Educação e PAR	180
3.16 As primeiras impressões da educação: O que dizem os depoentes?	181
Quanto as condições estruturais e de funcionamento das escolas	182
Quanto aos desafios	183
No que se refere ao processo de discussão	183
Quanto ao Rendimento Escolar	184
Algumas Considerações	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
ANEXOS	199

INTRODUÇÃO

As Sendas da Pesquisa

As decisões em torno das questões de pesquisa fazem parte de um processo de formação, fazem parte da vida. Desde a inserção no curso de graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, que interrogações foram postas. Incertezas também. Algo desconhecido que traria muitas mudanças à vida dos que *ousaram*. Uma nova dinâmica que pouco se aproximava do que vivíamos no Ensino Médio. Novas responsabilidades, novos enfrentamentos. O que seria esse mundo que a *academia* objetivava nos apresentar?

No início tudo parecia novidade, causava alegria e medo, como num *rito de passagem*. Para que nos serviria compreender, por exemplo, o desafio posto pela disciplina Pesquisa Educacional quando não entendíamos nem o significado de senso comum? Entender o que é Ciência e cientificidade, pesquisa, teorias, metodologia e paradigmas? Qual a relação de tudo isso com o mundo, com a vida? De que forma poderíamos compreender que determinadas concepções de Homem e mundo causaram e vem causando tanto sofrimento às pessoas? Em nome do que? Assim como outras, que nos possibilitaram entender como essas se processaram historicamente e puderam ser questionadas, levando-nos a acreditar que apesar das limitações impostas pelas condições de existência a mudança é viável.

O contato com a pesquisa foi o grande *divisor de águas* em minha formação. Nesse processo pude desenvolver atividades de monitoria na disciplina Pesquisa Educacional, participei de projetos de pesquisa na instituição, de eventos científicos dentre outras atividades que tiveram o papel de iniciação ao mundo da pesquisa.

Posteriormente iniciei o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Metodologia do Ensino Superior na UEPA, no ano de 2003. Consciente ou inconscientemente a intencionalidade de desenvolver atividades profissionais na área da pesquisa se estabelecia. Nesse momento, uma postura mais autônoma na investigação científica se colocava como mais um desafio. A

escolha do tema, a metodologia, as estratégias, abordagem precisavam ser definidas. E o mais desafiante, como colocar em prática os conhecimentos adquiridos? Como resultado desse processo formativo, desenvolvi em minha monografia o estudo sobre o processo de transformação institucional vivenciado pela antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Estado do Pará (FCAP) em Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O objetivo era compreender como esse processo ocorreu. Que desafios foram colocados à instituição tanto do ponto de vista da gestão quanto pedagógico.

Particpei também do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Educação na Amazônia (GESTAMAZON) da Universidade Federal do Pará em estudos e pesquisas sobre a Educação do campo na Amazônia. Destaca-se o estudo que visou mapear a educação do campo no Pará e a pesquisa financiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o “custo-aluno de escolas que oferecem condições de um ensino de qualidade”, realizado em 10 estados (AC, PA, CE, BA, GO, SP, MG, PR, MT e RS), envolvendo 10 escolas – por Estado – localizadas em áreas urbanas e rurais.

Essas duas experiências levaram-nos a ter contato com realidades pouco conhecidas. A primeira nos possibilitou conhecer em *lócus* como a educação das pessoas que vivem no campo está acontecendo. A intensidade dos problemas é alarmante, algo que parece não importar, pois os índices educacionais exigidos pelo Ministério da Educação (MEC), uma ênfase nos resultados que desconsideram as condições, em que os processos educacionais, vêm sendo desenvolvidos em uma região como a Amazônia.

Ressalva-se que não estamos falando da Amazônia que virou “vedete” mundial, a grande “salvadora do planeta”, por conta dos problemas ambientais; nem da que vem se configurando como um problema de segurança nacional, pois a disputa pela “posse” do denominado “pulmão do mundo” vem colocando em risco a soberania do Estado brasileiro. Queremos chamar atenção para a Amazônia que foi tornada invisível como se fosse um fantasma a ser esquecido. Mas é algo que daremos mais atenção à frente.

A segunda atividade nos levou ao município de Marabá, no km nove (9) da Rodovia Transamazônica. A coleta de dados foi realizada na Escola

Família Agrícola, a EFA/Marabá, em que tivemos a possibilidade de ter contato com uma experiência de educação do campo que nasce do movimento sindical rural na região e, que organiza a educação a partir da Pedagogia da Alternância. Experiência essa que por muito tempo não foi “vista” pelo poder governamental estadual e municipal, negligenciada, mas que resistiu e, hoje o município assumiu algumas responsabilidades.

A participação no Fórum Paraense de Educação do Campo, criado em de 2004, foi um espaço importante, pois outro movimento formativo passou a se estruturar fora do âmbito formal que era a Universidade, que possibilitou compreender as dinâmicas de articulação que se estabeleciam entre organizações governamentais e não-governamentais, além dos movimentos sociais para o fortalecimento do movimento pró-educação do campo, pensado e colocado em prática a partir das necessidades das populações do campo.

Posteriormente, no Curso de Mestrado realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, estudou-se o processo de reformulação curricular vivenciado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a partir de 2002, quando esta buscava consolidar-se enquanto a primeira Universidade por campo de saber da região Amazônica. Ao demonstrar que a participação da comunidade escolar, em especial dos (as) alunos (as), dos movimentos sociais do campo nas discussões em torno do currículo era limitada ou formal pudemos verificar que a ruptura com um modelo de gestão centralizadora, autoritária e burocrática não se estabeleceu, mesmo com todo movimento de resistência historicamente presente na instituição.

Durante o curso de mestrado participei de um conjunto de atividades na Universidade: projetos de pesquisa, organização de eventos científicos, representação discente e comissão de alunos (a) que tinha por objetivo consolidar um espaço de formação de pesquisadores (as) que se estruturasse além sala de aula. A experiência foi significativa. Durante os seis (6) anos de permanência no Programa de Pós-graduação em Educação: currículo da PUC-SP, conseguimos ocupar um espaço importante na tomada de decisões do programa, algo diferencial quando se trata de uma Instituição que não é estatal; ajudamos de forma direta e indireta na realização cinco (5) Encontros de

Pesquisadores em Educação: Currículo da PUC-SP; duas Mostras de Educação em conjunto com outros programas de educação da instituição como também externos à ela.

Significativo também foi a participação em duas disciplinas ofertadas pelos Professores Doutores Antonio Chizzotti e Branca Ponce, da linha de Políticas educacionais e reformas curriculares do programa em questão, que tiveram como objetivo a prática da pesquisa. Na primeira realizamos um projeto piloto de pesquisa sobre as políticas de currículo da educação básica no Brasil, os resultados foram apresentados no VII Encontro de Pesquisadores do programa, no ano de 2008; na segunda, nós alunos (as) tivemos a oportunidade de apresentar a metodologia de pesquisa adotada por cada um em nossas dissertações e teses.

Os momentos de encontros mensais com o orientador fundamentaram esse processo formativo. Além de estudos teóricos, as orientações coletivas tiveram um papel fundamental, no que poderíamos denominar de pré-qualificação de nossos estudos. Pré-qualificação do projeto e do texto final.

A primeira síntese que fazemos é a de que o tema que permeia os estudos e atividades acima referenciadas é a educação do campo, mas tal fato é facilmente explicado pelas peculiaridades naturais do Estado do Pará. Num primeiro momento, a centralidade foi dada ao ensino superior, *a posteriori* começou-se a perceber que experiências significativas na educação básica vinham se estabelecendo no Pará e, que precisavam ser conhecidas e compreendidas. Essa percepção foi possível pelo trabalho desenvolvido pelo Fórum de Educação do Campo, pelas pesquisas que vem sendo realizadas pelos grupos de pesquisa das universidades do estado como também alunos (as) dos cursos de pós-graduação *latu senso e strictu sensu* dessas instituições que tem desenvolvido em suas monografias, dissertações e teses investigações sobre a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo nas suas diversas possibilidades: gestão, formação, currículo, ensino-aprendizagem etc.

O debate na academia e fora dela aponta que devemos atentar para a forma como as experiências vêm se estruturando tanto no seio dos movimentos sociais quanto no âmbito governamental. Precisam ser estudadas,

pois não há paralisia nesse processo, existe movimento e mesmo que pensemos que por estarem isoladas, esquecidas em algum lugar do país, negligenciadas, marginalizadas existe luta e resistência para se garantir o direito à educação aos que vivem no campo. Isoladas geograficamente, mas estão no mundo. Estão sujeitos as determinações advindas do centro político nacional e internacional, que historicamente colocaram a educação do campo no esquecimento.

A outra questão é que não podemos desconsiderar as aceleradas e freqüentes mudanças que vem ocorrendo na sociedade a partir de meados do século XX, um processo de dessocialização da política a partir da sobreposição do econômico sobre o político e social. Estamos vivendo em um contexto de globalização em que há um movimento liderado pelo grande capital que visa consolidar a sua hegemonia a nível mundial, e que esse processo tem imposto uma nova configuração social. Os Estados nacionais vêm sendo criticados e pressionados a realizarem reformas na gestão pública sustentas pelo projeto político neoliberal. Estas tiveram início, no final da década de 1970, na Europa e, reformar para os neoliberais significa reorganizar o Estado para serem inseridos no novo sistema econômico mundial. Significa também rever o exercício governamental na gestão das políticas sociais, uma vez que seu papel não é mais de executor de políticas, mas de fiscalizador, transferindo responsabilidades para instâncias subnacionais de governo ou para a sociedade civil. Desencadeando novas relações entre a sociedade política e sociedade civil, que fragiliza a concepção de sociedade civil organizada e comprometida com os interesses das classes subalternizadas.

E “*por não haver um capitalismo governado pelo poder popular*” como afirma Wood (2007, p. 382), a democracia foi restrita à democracia formal. Por não ser compatível com os ditames do capital foi redefinida, perdendo o entendimento de “*democracia como participação e justiça social*” (DURIGUETTO, 2007) e, a sua construção antes alicerçada na *vontade coletiva* como defendida por Gramsci foi apropriada pelos neoliberais.

No caso da educação, verificamos um processo de reestruturação dos sistemas de ensino e, se considerarmos que estamos vivendo um momento em que “*a interação entre os contextos econômicos e políticos da globalização tem*

motivado a maioria das discussões sobre a necessidade de uma reforma educacional” (BURBULES; TORRES, 2004, p. 28) devemos ficar atentos para a dinâmica em que essas reformas vêm se estabelecendo e, de que forma vem influenciando as políticas de educação básica no Brasil.

As inquietações de outrora não foram apagadas. Eis que respondê-las foi o grande desafio do curso de doutorado.

Nesse momento nos deparamos com a seguinte questão: nós escolhemos nosso objeto de estudo ou ele nos escolhe? Nesse caso, a segunda opção é a mais provável. Reporto-me a Costa (2002) em sua obra *As Cores de Ercília e o Poder da Nomeação* quando afirma que

Quando desejamos decifrar o emaranhado das interações verificadas nas povoações reais, terminamos por nos deparar com a tarefa de selecionar evidências opacas, colecionar pistas difusas, para reconstruir, de forma sempre precária e parcial, um esboço de uma região, necessariamente muito restrita, deste complexo novelo de relações. (p.11).

Ao buscar estudar o que vem acontecendo com a educação do município de São Sebastião da Boa Vista, a partir de 2004 quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo municipal, nos deparamos com a possibilidade de compreender como um município que tem uma trajetória histórico-social marcada pela exploração e exclusão de sua população, se vê diante da possibilidade de implementar uma política educacional sustentada pelos princípios democráticos tentando com isso implementar um projeto contra-hegemônico de educação que rompesse com a lógica perversa do capital.

Um objeto de estudo que nos possibilitasse compreender uma realidade em que as pessoas desse lugar optaram pelo realismo utópico que nos fala Wanderley (2010) que

possibilite um ver-julgar-agir denso de compreensão e de compromisso social efetivo, por meio da educação libertadora, na conquista, gradual e lenta, ou imediata e rápida, dos objetivos pretendidos. Sempre na crença de que é viável dar passos concretos para integrar a objetividade com a

subjetividade, a teoria com a prática, a construção de uma humanidade mais justa, ética, livre, igualitária, fraterna. (...) é preciso reencantar o humano! .(p. 116).

A complexidade da situação é alarmante, mas esperançosa. Os dados que serão apresentados nos capítulos que compõe essa tese, demonstram os avanços desse processo. É claro que tem as suas limitações e, o objetivo é também demonstrá-los, pois, quando se tem a possibilidade de acompanhar, enquanto pesquisadora, como experiências educacionais que afirmam ser democráticas e populares estão sendo colocadas em prática é um grande desafio que precisa ser enfrentado e compreendido. E no caso de um município da Amazônia parece ser o desafio agigantado e complicado, principalmente quando nos deparamos com um município que se configura como “*um enclave de miséria e subdesenvolvimento a tingir a paisagem brasileira*” como afirma Nogueira (2005) ao tratar dos *fantasmas* que são os municípios empobrecidos do país que “não foram capazes de desenvolverem-se”. Diante das injunções explicitadas nos colocamos a seguinte interrogação:

De que forma as dinâmicas organizacionais e pedagógicas que vem sendo implementadas na educação municipal de São Sebastião da Boa Vista, no período de 2005 a 2009 repercutem, impactam e se desdobram no sentido de consolidação de um poder local democratizado?

O lócus de pesquisa: São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó, estado do Pará

A história desse município, a história de vida das pessoas desse lugar é o que Dalcídio Jurandir descreve enquanto a “*farinha-d’água dos meus beijos*”¹. Em sua obra Marajó, ao apresentar quem são suas essências, o que o mobilizaram para escrever seus romances afirma:

Todo o meu romance, (...), é feito, na maior parte, da gente comum, tão ninguém, que é a **minha criaturada de Marajó** (...). Um bom intelectual de cátedra alta diria: são as minhas essências, as minhas virtualidades. **Eu digo tão simplesmente: é a farinha-d’água dos meus beijos.** A esse

¹ s.m. Bras. Bolo feito de massa de tapioca ou de mandioca, muito fina.

peçoal miúdo [...] costume chamar de aristocracia de pé no chão. [...]. O leitor que acaso folheie [...] pode logo achar o estilo capenga, a técnica mal arranjada, a fantasia curta, mas tenha um pouco de paciência, **preste atenção e escute o soluço, um canto, um gesto daquelas criaturas que procuro interpretar com os pobres recursos de que disponho.** (JURANDIR, 1978).

O autor chama a criaturada do Marajó de *aristocracia de pé no chão; a gente comum, tão ninguém* que é a população do município de Ponta de Pedras, de onde ele é natural, e que faz parte do arquipélago marajoara, mas tomo emprestado o termo para aplicá-lo a toda população da Ilha, especialmente aos que vivem na zona rural, nesse caso, a sua maioria.

Para quem conhece a realidade das pessoas que habitam a *grande Ilha*, concordar com a afirmação do escritor é inevitável, pois o processo de formação histórico-social mostra porque essa gente é considerada *tão ninguém*.

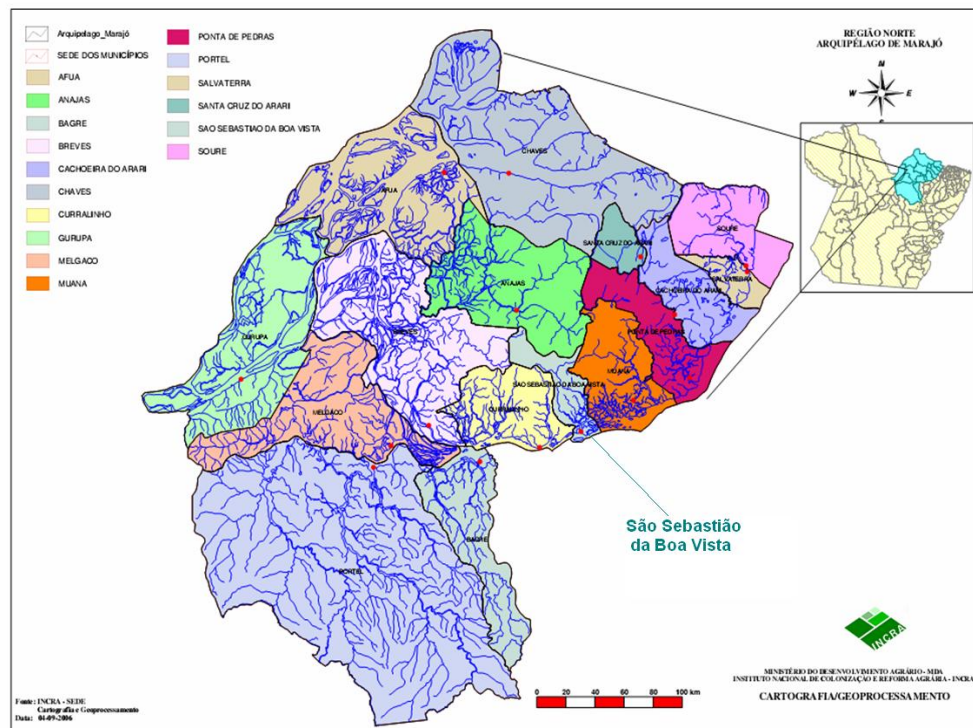
No entanto durante as visitas, no acesso aos documentos, analisando os depoimentos das pessoas e, principalmente no contato com a trajetória histórica dessa localidade foi possível conhecer um pouco da luta que vem sendo empreendida por seus habitantes por condições de vida digna, incluindo nessa luta, uma educação de qualidade para seus filhos e filhas, o que nos mostrou a validade e viabilidade de pesquisar esse município e a sua educação. E que realidade é essa da qual estamos falando?

Estamos falando de um município pertencente à Região Amazônica, estado do Pará e, mais especificamente, localizado no Arquipélago do Marajó que segundo informações presentes no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó é

Formado por um conjunto de ilhas que constitui a maior ilha fluvial do mundo, com 49.606 Km², está integralmente situado no Estado do Pará e constitui-se numa das mais ricas regiões do País em termos de recursos hídricos e biológicos. (Plano de Desenvolvimento do Marajó, BRASIL, 2007, p. 7).

O mapa abaixo mostra a localização do município em relação aos outros municípios que compõem o arquipélago marajoara como também a sua localização no mapa do estado do Pará.

Figura 1: Mapa da Mesorregião do Marajó



Fonte: MDA/INCRA, 2006

O município pertence à mesorregião geográfica do Marajó e à microrregião do furo de Breves, isso quer dizer que

A mesorregião geográfica do Marajó, que além do arquipélago, abrange alguns municípios do entorno, e que soma 104.140km², sendo eles no total de 16 municípios: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure, Afuá, Anajás, Breves, Curalinho, **São Sebastião da Boa Vista**, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. (Plano de Desenvolvimento do Marajó, BRASIL, 2007, p. 7)

São Sebastião da Boa Vista tem uma população de 20.500 habitantes (IBGE, 2007), onde mais de 60% de sua população localiza-se na zona rural.

A mesorregião do Marajó, tão famosa por ser a maior ilha pluvial do mundo, por seu turismo ecológico, por sua fauna e flora, possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano do Pará (IDH). São Sebastião da Boa Vista possui o IDH 0,67 segundo os dados do PNUD (2000). É um município onde 71% da sua população são pobres, onde 2.547 famílias participam do Programa Bolsa Família do Governo Federal (SEMAS, 2009).

A economia intensifica-se no setor primário, merecendo destaque à produção de farinha de mandioca e banana. No extrativismo, a pesca do camarão e a extração do açaí ocupam maior posição. A pecuária é incipiente (criação de suínos). O setor secundário é representado por indústrias de palmito, olarias e serrarias e comércio local com a comercialização de produtos importados de Belém, capital do Pará.

Politicamente, o município vivencia um momento diferente em sua trajetória histórica. Pela primeira vez um partido comprometido com a população empobrecida assume o governo. Historicamente, o poder era centralizado nas mãos de quem detinha o poder econômico, isso quer dizer, nas mãos de algumas famílias que ficavam se revezando no executivo municipal como também os que mantinham relações com as forças políticas do Estado do Pará.

A partir dessas evidências podemos afirmar que, o que vem acontecendo nesse município é estimulante e, se o pesquisador não atentar para o rigor científico acaba por descrever os processos de forma apaixonada e corre o risco de enviesar a análise em torno do problema estudado. Perde de vista a contradição dos processos e suas limitações.

A intencionalidade em estudar a educação do município de São Sebastião da Boa Vista é decorrente de uma multiplicidade de evidências verificadas durante as visitas realizadas ao município, nas pesquisas bibliográficas, documentais, nas conversas informais com os habitantes dessa localidade que de alguma forma contribuíram com a construção dessa tese. Também não se desconsiderou as instituições governamentais e não-

governamentais que guardam um pouco da história-vida desse lugar, seja do ponto de vista da política, da economia, da sua gente e de sua cultura.

Buscamos a compreender a problemática de estudo nas obras de Antonio Gramsci, Antonio Chizzotti, Tânia Fischer, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Evelina Dagnino, Maria Lúcia Duriguetto, Jose Gimeno Sacristán, Caio Prado Junior, Octavio Ianni, Leonardo Avritzer entre outros.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No I Capítulo, apresentamos a conjuntura e os elementos teóricos que nos ajudaram a compreender como a construção democrática se estabeleceu em São Sebastião da Boa Vista no que se refere a educação, mais especificamente, como a arena dos projetos em disputa se estabeleceu num movimento de complementaridade e tensões no que tange, a construção de uma proposta de educação que se afirma democrática. O II Capítulo apresentamos a contextualização histórica, abordando o processo de formação histórico-social do município afim de evidenciar o processo de exclusão e exploração vivido pela população do Arquipélago do Marajó e suas articulações com a realidade atual. No Capítulo III apresentamos a estratégia de estudo de caso e as técnicas de pesquisa e análise utilizadas para a compreensão da questão estudada e, seus resultados.

CAPÍTULO I

NOVOS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM FOCO

Poucas idéias na atualidade parecem ter adquirido uma aceitação tão ampla quanto a democracia. Não importa qual seja o espectro político a partir do qual a idéia é enunciada e defendida, “democracia” é uma quase unanimidade. Ao mesmo tempo, o sentido mesmo do termo parece fluido, escorregadio. (NOBRE, 2004, p. 21).

A democracia vem ganhando centralidade nas últimas décadas do século passado e atualmente configura-se como um objeto de disputa por dois projetos políticos², sejam eles o neoliberal e o democrático participativo. O primeiro vincula a questão democrática à revitalização do capitalismo pós-crise econômica dos anos 70 e a restringe no campo político, à questão da representatividade; o segundo trabalha com a perspectiva de que a construção democrática se estabelece para além da democracia representativa, sem excluí-la, mas complementando-a.

O cenário do debate se constituiu, mais claramente, a partir dos anos de 1990 quando mudanças impulsionadas pela globalização e exacerbação do projeto político-econômico denominado neoliberalismo provocaram um conjunto de mudanças em todas os âmbitos da sociedade. reformador,

As transformações operadas trouxeram a tona o imperativo de que o Estado precisava ser reformado, e uma nova engenharia política deveria ser estabelecida. Para tal, um novo modelo de gestão pública precisaria ser implementado e o escolhido foi o modelo gerencial que tem suas bases no consenso neoliberal. Para Nogueira (2005)

² Segundo Dagnino; Olvera; Panfichi (2006, p. 28) os projetos políticos, são construções simbólicas que mantêm relações cruciais com o campo da cultura e com culturas políticas específicas.

A reforma foi concebida para promover um incremento significativo do desempenho estatal mediante a introdução de formas inovadoras de gestão e de iniciativas destinadas a quebrar as “amarras do modelo burocrático”, a descentralizar os controles gerenciais, a flexibilizar normas, estruturas e procedimentos. Além disso, trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato. (p. 41).

Nesse contexto as instâncias subnacionais de governo ganharam importância, sendo visto como o ente capaz de dar respostas ao novo cenário econômico e social, o objetivo era torná-los eficientes e competitivos economicamente, de forma a atrair investimentos e inseri-las na dinâmica da globalização. Segundo Duriguetto (2007)

a valorização da esfera local reconfigurou e redimensionou o seu próprio entendimento. De espaço por excelência das relações coronelísticas e clientelísticas de poder, o local passa a ter uma imagem ancorada na “positividade”. O poder local, nesta perspectiva mais otimista, passou a ser portador de possibilidade de realização da democracia, da participação e do exercício da cidadania ativa. (DURIGUETTO, 2007, p. 166).

Diante das injunções acima o referido capítulo tem como objetivo apresentar a conjuntura e os elementos teóricos que nos ajudaram a compreender como a construção democrática se estabelece no localismo de São Sebastião da Boa Vista no que se refere a educação nessa municipalidade, mais especificamente, como a arena dos projetos em disputa se estabeleceu num movimento de complementaridade e tensões no que tange, a construção de uma proposta de educação que se afirma democrática.

Mas, antes de fixarmos o debate a partir da última década do século XX, um retorno à década de 70 se fez necessário, pois é nesse período que a supremacia neoliberal começa a se estabelecer efetivamente, onde dois fatores parecem explicar esse fato decorrente da crise do sistema capitalista. Uma

seria a crise econômica de 1973 e a outra segundo Anderson (2008), Hayek e seus companheiros afirmavam ser as raízes da crise e, que

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.(p.10).

Diante da conjuntura de crise, os defensores do neoliberalismo afirmavam que a solução estava no estabelecimento de um Estado forte para fragilizar a ação organizativa dos sindicatos e fraco, nos gastos sociais e na intervenção na economia. (*Idem*).

Para superação da crise que abalava os países de economia avançada algumas metas deveriam ser alcançadas pelos Estados. De forma sintetizada além da *estabilidade monetária, que exigiria uma disciplina no orçamento, reformas fiscais colocavam-se como imprescindíveis no alcance do crescimento da economia aos níveis anteriores a crise. (Ibidem)*.

O processo de consolidação do neoliberalismo enquanto um projeto hegemônico inicia-se de forma mais contundente a partir do final dos anos de 1970 quando a Inglaterra de Margareth Thatcher assume colocar em prática o programa neoliberal. Posteriormente, nos anos de 1980, Estados Unidos³; Alemanha e Dinamarca dão início a inserção da “receita neoliberal” em seus territórios após passarem por uma “onda de direitização” no poder político e, que segundo Anderson (2008, p. 11) “*tinha um fundo político além da crise econômica do período.*”

Ressalvando que na Europa diferenças se estabeleceram na aplicação do neoliberalismo, entre países católicos e anglo-saxões, assim como, entre os

³ A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. (...) Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criam um déficit

países do norte e do sul em que estes como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia apresentaram um projeto alternativo à *linha reacionária de Reagan, Thatcher, Kohl e outros.(idem)*, no entanto o projeto fracassou, e esses países se viram “*forçados pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal (...)*” no sentido de se inserirem no novo sistema mundial em vigor.

Gradativamente o neoliberalismo capilarizou-se para além dos países norte-americanos ou do norte da Europa, considerando as exceções, sendo considerado um processo decorrente da globalização, que segundo Santos (2005, p. 26)

estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. (...) parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional, etc.

A globalização está *ancorada a um consenso conhecido como “consenso neoliberal” ou Consenso de Washington* que traz em seu conteúdo programático questões referentes ao futuro da economia mundial, das políticas de desenvolvimento e especificamente do papel do Estado na economia (idem, p. 27), percebe-se que o seu componente econômico ganhou papel de destaque e não se restringe aos países de economia avançada, mas é de ordem global.

Quer-se dizer com isso, que os Estados⁴ para serem inseridos na nova economia terão que provocar mudanças na sua política econômica. Segundo Santos (2005)

devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos ; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilização dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado.(p. 29).

No que se refere às consequências sociais, estas foram muito duras, principalmente, para os países pobres. O processo de reorganização das economias nacionais apresentou como remédio para a pobreza e para a desigualdade que seus governantes,

Devem-se adotar medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global. (Idem, p. 35).

Como afirmamos anteriormente os Estados nacionais tiveram que colocar em prática as orientações advindas do consenso neoliberal, seja de maneira mais efetiva ou flexível esses processos se estabeleceram. Há que ressaltar que os países considerados periféricos sofreram fortes imposições

⁴ A globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal que dentre as principais inovações tecnológicas destaca-se a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais

dos ricos, algo observado no período pós-crise de 1970, durante a década de 1980, considerada a “década perdida” quando da ação dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Em relação as orientações a serem seguidas pelas nações apresentaremos abaixo a sua configuração e a argumentação utilizada pelos seus defensores.

O programa para os Estados: a nova gestão pública

As novas relações impostas pela globalização e pelo neoliberalismo trouxeram como imprescindível que as nações principiassem processos de reforma de Estado, um movimento que teve início na década de 80 e aprofundamento na década de 90 do século passado, visto como uma “onda global de reforma do setor público” (KETTL, 2005, p. 75) com o objetivo de modernizar e desburocratizar a gestão pública. Para Cardoso (2005)

Vivemos hoje num cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais. Não é nenhuma novidade dizer que estamos numa fase de reorganização tanto do sistema econômico, como também do próprio sistema político mundial. Como consequência desse fenômeno, impõe-se a reorganização dos Estados nacionais, para que eles possam fazer frente a esses desafios que estão presentes na conjuntura atual. (p. 15).

Para consolidar essa reorganização do sistema econômico e no setor político como afirma Cardoso (2005), um conjunto de exigências deveriam ser cumpridas pelos Estados, que parece não ser tão novo como nos fala SILVA (2003, p. 78), mas “*uma nova versão, recuperada e atualizada dos postulados liberais do século 18*”. Dentre as novas demandas destacamos

abertura das economias ao mercado mundial, as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas à redução da

inflação e da dívida pública; privatizações, regulação mínima do Estado na economia; redução das políticas sociais no orçamento, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado. (Idem, 2005, p. 30)

Adaptar-se às novas exigências do mundo contemporâneo, afim de não comprometer as perspectivas nacionais de desenvolvimento foram justificativas apontadas por Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil na época, para romper com a estrutura burocratizada que era o Estado brasileiro, onde tal estrutura emperrava o desenvolvimento do país, que vivia sob a égide de um modelo de Estado patrimonialista, paternalista, assistencialista e corporativista⁵.

Com a crise econômica da década de 70 que eclodiu com maior intensidade na década de 80, em decorrência da crise de endividamento internacional, podemos verificar o início de um processo de reestruturação dos Estados para superá-la, processo que mexeu não só na questão econômica, mas na política, no social e na cultural. Nos anos 90, a ênfase na organização estatal deslocou-se para a Reforma do Estado, especialmente para a reforma administrativa, como pudemos perceber na fala de Cardoso (2005).

Para superar a crise “*em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos*” (HOBBSBAWN, 1995, p. 398) os países endividados passaram a dedicar-se “*a promover o ajuste fiscal, a liberalizar o comércio, a privatizar, a desregulamentar*” (Ibidem). No que se refere à superação dos aspectos agudos da crise, os resultados foram considerados positivos, mas não se retomou o crescimento aguardado. Isso porque, “*a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado*” (idem, p. 401). Segundo Anderson (2008)

⁵ Para aprofundar essa questão, consultar NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil** : clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Qualquer balanço atual sobre o neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...).(p. 22)

No Brasil, o Governo FHC⁶ iniciou a reforma do estado, destacando-se como uma das principais reformas, a da administração pública. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p 21). O horizonte era “transformar a administração pública brasileira, de burocrática, em gerencial. Essa transformação passou a ser uma questão nacional.” (Idem, 2005, p. 22).

Outra justificativa que ganhou destaque, que é apontada por Bresser-Pereira, que foi o Ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) do governo FHC é a de que

Há porém uma razão maior para o interesse que a reforma do Estado, e particularmente da administração pública, tem despertado: a importância sempre crescente que se tem dado à proteção do patrimônio público (*res publica*) contra as ameaças de “privatização” ou, em outras palavras, contra atividades de rent-seeking. (idem, 2005, p. 24)

⁶ Em agosto de 1995, FHC inaugurou uma nova ofensiva neoliberal ao encaminhar, ao Congresso Nacional, o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 sobre a reforma do aparelho do Estado brasileiro. Amparado pela popularidade adquirida nas urnas, o novo presidente iniciou o seu governo organizando uma ampla reforma nas políticas e nos aparelhos do Estado, pretendendo reduzir o “custo Brasil”, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as chamadas condições de inserção do país na economia globalizada. (CARDOSO, 1998 apud SILVA, 2003, p. 71)

Isso quer dizer que, a partir do momento em que a proteção do Estado contempla a *res publica*, ou seja, incluem os direitos básicos, denominados a partir da segunda metade do século passado de “direitos públicos”, todos os cidadãos passam a gozar, de que seja público o que de fato é público. Isso quer dizer, que se o Estado é público não pode ser privatizado por grupos de interesses. Algo central nesse debate é o argumento que defende que

À medida que a proteção aos direitos públicos passava a ser dominante em todo o mundo, foi-se tornando cada vez mais claro que era preciso refundar a república, e nesse sentido, a reforma do Estado ganhava nova propriedade, que a democracia e a administração pública burocrática – as duas instituições criadas para proteger o patrimônio público – precisava mudar: a democracia devia ser aprimorada para se tornar mais participativa ou mais direta, e a administração pública burocrática devia ser substituída por uma administração pública gerencial. (idem, 2005, p. 25).

Segundo os pressupostos desse modelo que está sustentado pelo projeto político neoliberal, *ele é orientado para o cidadão, visa à obtenção de resultados e, entre outras características serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação.* (idem, p. 28). O ponto central é a busca da eficiência governamental, visando à produtividade. Uma das primeiras decisões tomadas pelos países que aderiram a Reforma do Estado baseado nesse modelo foi a diminuição de gastos públicos, sustentando a necessidade “de retração da máquina governamental a um número menor de atividades” (ABRUCIO, 2005, p. 183).

Os países estavam sendo pressionados a reduzir o tamanho do Estado, tornando-o eficiente e eficaz e diminuindo os custos. Segundo Kettl (2005)

a maioria das nações se preocupou em “aparar” os contornos da administração pública valendo-se para tanto de inúmeros mecanismos: limitação das dimensões do setor público; privatização; comercialização ou corporatização de órgãos públicos; descentralização no governo central; desconcentração no governo central; uso de mecanismos típicos de mercado; novas atribuições aos órgãos da administração central; outras iniciativas de reestruturação ou “racionalização. (p. 78).

Para justificar a reforma gerencial do Estado, outra necessidade foi posta: a consolidação dos regimes democráticos⁷, nesse caso específico, estamos falando da América Latina, que passava por um processo de redemocratização pós-ditaduras militares. Mas, sabe-se que o aprofundamento democrático se consubstanciou a partir das demandas do capital e, nesse movimento reformista, *uma cultura democrático-participacionista floresceu no setor público (...)* (NOGUEIRA, 2005), mas

Na verdade, nenhuma reforma do aparelho de Estado feita sob o capitalismo tem como se objetivar *contra* a burocracia, em nome da superação de algum “defeito estrutural” que esse modelo conteria. Se for pensada com critérios políticos e pragmáticos consistentes, e não como agitação, ela só pode ter como meta reconstruir a burocracia, reforçá-la, atualizá-la perante a sociedade da informação e liberá-la dos entraves que lhe minaram as capacidades operacionais e a deformaram em termos organizacionais. (p. 39).

Para Bresser-Pereira (2005), identificar a administração pública gerencial implementada por muitos países que realizaram a reforma do Estado com o neoliberalismo é considerado como um equívoco, isso porque “*no Brasil, a primeira tentativa no sentido de uma administração gerencial data de 1967 – muito antes de afluírem as idéias neoliberais, consequência da crise do Estado*”. Ressalta este mesmo autor que

Deve-se notar, porém, que a identificação de ajuste fiscal com o conservadorismo ou neoliberalismo pode ter uma explicação

⁷ Para Borón (1995), a incompleta e relativamente precária democratização dos regimes políticos latino-americanos **veio acompanhada de uma reabertura do debate sobre o significado atual da democracia**. Poucas vezes poderia um tema como este ter sido mais oportuno em um continente (...) em seus quase dois séculos de vida independente não conheceu uma única revolução burguesa que tivesse culminado na instauração de um regime democrático estável. Houve algumas revoluções (...). Mas nenhuma delas concluiu suas “tarefas pendentes”, **estabelecendo um regime democrático: sua preocupação, ao contrário, foi consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista, não introduzir a democracia burguesa**. O molde autoritário do capitalismo latino-americano tem raízes muito profundas, que derivam de nosso passado colonial e da modalidade reacionária e dependente com a qual nossas sociedades se integram ao capitalismo mundial. (p.64, grifo nosso).

histórica, mas não tem explicação lógica. O neoliberalismo surgiu de uma reação contra a crise fiscal do Estado e por isso passou a ser identificado com cortes nos gastos e com o projeto de reduzir o “tamanho” do Estado. Logo, porém, tornou-se claro para as administrações socialdemocratas que o ajuste fiscal não era proposta de cunho ideológico, mas condição necessária para qualquer governo forte e efetivo. (p. 32).

No Brasil, um conjunto de justificativas também foram usadas para implementar o projeto de Estado sustentado pelo neoliberalismo, algo apresentado pelo governo Collor e recuperado por FHC sob a denominação de Estado *social-liberal*, em que esse novo modelo almejaria ser social e liberal, democrático e submetido ao controle social como afirma Silva (2002, p. 77). Esse Estado, segundo seus pressupostos, não seria social-burocrático nem tampouco neoliberal que se pretende mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais (BRESSER-PEREIRA; GRAUS, 1999, p. 17 apud SILVA, 2002, p. 77). Pelo contrário, “*esse novo modelo almejaria ser social e liberal, democrático e submetido ao controle social*” (idem).

O governo FHC em seu projeto de reconstrução do Estado, segundo SILVA (2002)

identificou quatro (4) grandes problemas que o Estado deveria enfrentar: o tamanho do Estado; a necessidade de redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da governança; a governabilidade. Com o objetivo de sanar esses problemas e de supostamente “quebrar com o clientelismo e o burocratismo”, o governo utilizou como idéias forças a parceria, a flexibilização e a privatização. Para tanto, realizou programas de infra-estrutura em parceria com a iniciativa privada; **os programas sociais foram descentralizados administrativamente para as esferas subnacionais** e em parceria com as ONGs; e o controle das políticas estatais foi transferido das instâncias colegiadas para as agências reguladoras. (p. 80).

O viés descentralizador das políticas públicas, no modelo neoliberal, foi visto como uma das saídas para enfrentar a crise do Estado que afetava o país, isso porque era justificado pelos neoliberais que a crise era do Estado,

portanto, havia a necessidade de ser reformado. Sob diversas formas, a descentralização se estabeleceu. Seja no âmbito da burocracia central com o movimento “deixe o gerente gerenciar”; seja da transferência de responsabilidades para níveis subnacionais de governo; da execução de políticas públicas por entidades não-governamentais do “Terceiro Setor”; da terceirização do fornecimento de bens e serviços públicos, ou de uma combinação qualquer destas diferentes estratégias (ZAULI, 2003, p. 47).

No caso da descentralização via transferência de responsabilidades para estados e municípios esse processo inicia com a descentralização fiscal provenientes das decisões da Constituição Federal de 1988, no entanto, a transferência ficou nos recursos e não avançou para a transferência de atribuições. Somente na década seguinte, assumiu-se que “não era mais possível que o Governo Federal desempenhasse as funções que cumpria quando da vigência do Estado Desenvolvimentista” (ARRETCHE, 2000, p. 27). O horizonte era que os outros entes da federação assumissem as políticas sociais. Um processo considerado viável de realização, uma vez que, do ponto de vista normativo, a Carta Magna passou a considerar o município não mais como um “*coadjuvante e lhe conferiu papel central na gestão das políticas sociais*” (TATAGIBA, 2006, p. 137) e dotado de autonomia política, administrativa e financeira.

A ocorrência da transferência de responsabilidades e competências do nível federal para instâncias locais de governo passou a ser edificada, alterando com isso o sistema de decisões municipais e as práticas dos atores políticos (SANTOS JUNIOR, 2001). Desse modo,

Assistimos à introdução de reformas institucionais que visam ao fortalecimento da autonomia dos municípios e ao estabelecimento de novos formatos de organização do poder local, notadamente vinculados à criação de parcerias entre o poder público e setores da sociedade civil, que se efetivam em um processo crescente de municipalização das políticas sociais e de descentralização administrativa. (p. 30).

Os municípios passaram a assumir um conjunto de responsabilidades antes exclusivas do Estado, a questão é que a maioria dos municípios

brasileiros dependem das transferências constitucionais que recebem da União ou dos estados. A arrecadação direta dos municípios, com exceção das grandes cidades e capitais, é inferior aos repasses do Governo Federal e estadual. (ANDRADE, 2007, p. 253).

Além do que, o Brasil constitui-se em um país extremamente desigual e excludente, o que vem impossibilitando estados e municípios de proporcionarem aos seus habitantes acesso a padrões mínimos de qualidade de vida. Arretche (2000) afirma que

os Estados e municípios brasileiros são profundamente desiguais entre si, seja no que diz respeito à capacidade administrativa para a gestão de políticas públicas, seja ainda no que diz respeito à sua tradição cívica. Mais que isto, o Brasil caracteriza-se pela existência de uma esmagadora maioria de municípios pequenos, com reduzida densidade econômica, dependentes de transferências fiscais e sem tradição administrativa e burocrática. (p.17).

Em tese, a descentralização vem sendo justificada como uma das estratégias para consolidar a democracia no país, assim como a participação da sociedade nas tomadas de decisões no que concerne as políticas sociais, foi fortemente aproximada da idéia de democratização, a ponto de se confundir com ela (NOGUEIRA, 2005, p. 55).

Para Abrucio (2005, p. 195) *embora possa ser fundamental para aumentar a democratização e a eficiência do sistema (...) quando não acompanhada de mecanismos de coordenação e de políticas compensatórias, a descentralização pode ser transformar “na mãe da segregação” (...).*

No que se refere a democracia, essa passou a ser entendida a partir de dois projetos ou duas concepções: o projeto político neoliberal e o projeto democrático participativo, mas antes de adentrarmos às especificidades dos projetos que disputam hegemonia, atentemos para a nova configuração na relação entre sociedade política e sociedade civil nas instâncias subnacionais de governo.

A resignificação da relação Sociedade Política e Sociedade Civil

Com efeito, a sociedade civil e o Estado se constroem historicamente de maneira simultânea, em um jogo de inter-relações complexas que é preciso analisar para entender melhor a natureza do processo de democratização. (p. 32).

Para compreender o que vem acontecendo nessa relação faz-se necessário lembrar a transição democrática, que vivenciamos a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, pois é nesse período que se conforma o que Duriguetto (2007) denomina de

uma transição democrática a ser construída “pelo alto”, ou seja, um *projeto liberal-conservador*, que não nega a legitimidade da demanda em favor de um “Estado de direito”, ou seja, o “restabelecimento do império da lei”, mas que quer concentrar nas mãos dos “de cima” o controle dos “programas de abertura. A reivindicação do “Estado de direito” era acompanhada pela reivindicação de uma “democracia sem conflitos” e do restabelecimento do Estado como órgão político capaz de assegurar a coesão da sociedade e a ordem política. (p. 139-140).

Em síntese, a democracia a ser implantada trouxe a reboque alguns impactos. A questão econômica demonstrou ser mais profunda. Com o aprofundamento da crise, o Brasil tornou-se refém dos organismos internacionais através dos empréstimos financeiros e com um conjunto de metas a cumprir a fim de melhorar seu desempenho econômico, que por fim não foram alcançados. No que se refere à questão social *a desigualdade e a injustiça na distribuição da renda cresceram na mesma proporção em que a economia capitalista* (NOGUEIRA, 2005, p. 18), sua deformidade social, *aumentou a miséria interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão social* (idem, p. 19) gerando também descontentamento nos grupos que apoiavam o regime. E, do ponto de vista político, a oposição conseguiu expressiva vitória eleitoral na Câmara federal. Segundo Nogueira (2005)

A transição democrática, em suma, será vivenciada por uma sociedade em estado lastimável, verdadeira Babel onde se falavam línguas diversas e se entrecruzavam tempos históricos variados. Uma sociedade que, a rigor, não estava preparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país. (p. 21).

Por fim, a redemocratização vinda do “alto” ou hegemônica não objetivou atender as demandas sociais, no entanto, não imaginou que apesar da fragilidade⁸ imposta pelo regime militar à ação da sociedade civil, seu revigoramento começou a se restabelecer no final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980, apesar de não ter ainda uma hegemonia consolidada (COUTINHO, 2002, p. 30). Para Duriguetto (2007, p. 148), “o ressurgimento das organizações, da ação política e das reivindicações das classes subalternas na sociedade civil vem recolocar em outros termos a chamada *questão democrática*.”

E, segundo Caccia Bava (2008), o processo democrático é carregado de contradições,

saídos da ditadura, vivemos, num primeiro momento, uma explosão das demandas cidadãs, que repercutiram no processo constituinte e se transformaram em direitos na Constituição de 1988. Houve, então, uma clara intenção de democratizar as instituições, com a criação de conselhos e conferências de políticas setoriais, (...) Apoiados por movimentos sociais, numerosos governos locais criaram, nos anos 1990, novas formas de governança, que radicalizaram a idéia da participação cidadã na gestão pública.(...) Foi o momento em que a bandeira da transformação social, empunhada por um conjunto de atores, configurou um campo político democrático e popular conquistando adesões e

⁸ Para Coutinho (2002) ao longo do período dito populista (1945-1964), voltamos a ter uma ativação da sociedade civil, que levou inclusive à forte participação de sujeitos políticos organizados nos movimentos que antecederam o golpe de 1964. Isto explica, em grande parte, esse golpe: ele é dado contra forças sociais crescentes, como o movimento dos trabalhadores rurais, pela primeira vez atuando como ator político, através de sindicatos e de ligas camponesas; movimento sindical dos trabalhadores urbanos (...). Mas eu diria que a prova de que a sociedade civil ainda não era consolidada, estável, é que foi possível acontecer o golpe tal como aconteceu, ou seja, sem nenhuma efetivação de reação popular, pelo menos no primeiro momento. (...) Aquela sociedade civil já existia e isso foi o suficiente para amedrontar a burguesia, para unificar o conjunto das classes dominantes e levá-las a romper com qualquer formalidade democrática durante muito anos; mas não era ainda consolidada e organizada. (p.22-23).

obtendo um respaldo muito generalizado da sociedade. Mas, na contramão dessa tendência ampla, já em 1989, durante o governo Collor, começaram a ser implementadas as políticas neoliberais, cuja tônica é exatamente a destituição de direitos. Tais políticas se radicalizaram nos governos seguintes, liderados pelo PSDB. (p.5)

Chegamos ao novo século sem conseguir resolver muitos dos nossos problemas; avançamos do ponto de vista econômico, mas grandes desafios se impuseram na solução das questões sociais. Para Carvalho (2008)

a estabilidade democrática ainda não pode ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (p. 199)

A Constituição Federal de 1988 considerada a grande possibilitadora do aprofundamento democrático brasileiro se configurou como um sustentáculo normativo para atender o projeto neoliberal, pois ao mesmo tempo que

ampliaria os direitos de cidadania e introduziria novas modalidades de gestão e organização nas áreas sociais através da garantia da participação da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações públicas em diferentes níveis. Essa nova lógica de gestão aparece associada à valorização da descentralização político-administrativa e do poder local, que passam a constituir um verdadeiro consenso analítico e prático-político. (idem, p. 166).

Animador nesse contexto *metamorfoseado* é perceber que a sociedade não se *entregou à passividade*", o que nos possibilitou justificar a importância de se estudar a construção democrática a partir da educação, num município que se configura enquanto um *enclave de miséria e subdesenvolvimento* como afirma Nogueira (2005) e, que na *exacerbação de seus problemas sociopolíticos e econômicos demonstra sua vitalidade na luta pelo aprofundamento democrático*.

Em São Sebastião da Boa Vista, a atuação da Igreja Católica e do recém criado Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980, moldou-se como o grande articulador e dinamizador do revigorar das lutas em torno da construção democrática como veremos no capítulo III, em que descrevemos a sua configuração na localidade com seus limites e possibilidades. Para o autor

ao seu modo, está indo à luta: questionando escolhas eleitorais, apoiando governos que se mostrem à altura dos fatos, interpondo uma pauta “social” à agenda política nacional, agitando-se e protestando nas zonas rurais e nas periferias urbanas, onde exhibe seu descontentamento e sua disposição de mudar. Não se mostra facilmente componível e tem cobrado um alto preço de todos aqueles que se dispõem a tentar algum movimento virtuoso de integração e de recomposição social. Mas está aí, às portas do poder, nas ruas e nos campos do país. Diversificada, colorida, fragmentada, tensa e contraditória. (idem, p. 25) .

Antes de adentrarmos à discussão de que a descentralização possibilitou uma maior participação da sociedade civil organizada no que tange a tomada de decisão em relação as políticas públicas, ela também foi utilizada como uma estratégia do projeto neoliberal para o seu fortalecimento. Isso porque o reformismo neoliberal adotou para si princípios antes considerados peculiares da democracia: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil foram convertidas em um “consenso” em nome da democratização.

No processo de redemocratização do países da América Latina verificamos como afirma Borón (1995) *uma inesperada “ressurreição” da sociedade civil (que no Brasil segundo o autor adquiriu uma intensidade extraordinária) que obrigou a recolocar radicalmente os termos da questão democrática* (p. 71). Ao mesmo tempo que verificamos ao final do século XX *uma sociedade onde as tradicionais estruturas de representação coletiva dos interesses populares se acham em crise* (p. 107).

Atentar para a resignificação da sociedade civil é importante para compreendermos o sentido dado a uma “suposta” nova relação entre essa e, a sociedade política na contemporaneidade. A arena em que se conforma os interesses dos diferentes grupos na sociedade e a disputa por hegemonia (DURIGUETTO, 2007, p. 55), tem entre tantas perspectivas, a despolitização

dos conflitos sociais e, se formos pensar a partir de uma visão economicista, resta-nos concordar com a *estratégia neoliberal do “salve-se quem puder”, abdicando qualquer pretensão solidária, qualquer esforço coletivo de organização e representação.* (BORÓN, 1995).

Para compreender e contrapor a concepção defendida pelos neoliberais buscamos a definição de Gramsci, que segundo Duriguetto (2007), sociedade civil

É o domínio da ideologia, é a esfera em que se desenvolve a luta pela hegemonia. Uma práxis política ativa e de discussão crítica é a via que pode propiciar a passagem da fragmentação à unicidade, de um modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente para a formação processual de uma “vontade coletiva” genuinamente revolucionária. (p. 67).

A partir das concepções apresentadas, podemos inferir que a sociedade civil não é homogênea, isso quer dizer que no seu interior “coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos, além de formas variadas de relação com o Estado” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 27).

É preciso então examinar as diferentes culturas ou tradições políticas, algumas participativas e democráticas, outras clientelistas, corporativas e autoritárias, e as continuidades e rupturas que se manifestam nos intrincados e complexos processos culturais que constituem a construção democrática (p. 28).

A autora sinaliza para um dos aspectos da heterogeneidade da sociedade civil que é pouco estudado, mas que pode nos ajudar a entender o nível e o grau da relação com a sociedade política e o poder que possui de influenciar e fazer com que seus interesses sejam estabelecidos,

[...] Não se trata de analisar os padrões de associação em si mesmos, mas de entender se eles tem implicações no desenvolvimento de potenciais democráticos, tais como as capacidades pessoais de análise e argumentação, o exercício da deliberação, a tolerância e a solidariedade; ou a criação de espaços públicos e seu impacto na definição e seu impacto na definição da agenda pública, na vigilância das autoridades e na

defesa de direitos. Ou se, ao contrário, as associações estabelecem limitações à democratização, relacionadas com a reprodução de formas de organização e modelos de ação autoritários. (p. 31).

Nos espaços de participação social criados em São Sebastião da Boa Vista, para tratar da educação municipal, era evidente que a sociedade civil não se constituía homogênea. Primeiro pela não participação do mercado, por exemplo; segundo pela diversidade dos interesses apresentados pelos representantes da sociedade civil ali presentes (Igreja Católica e evangélica; movimentos sociais, entidades de classe e associações).

Borón (1995) concorda com Dagnino (2006) quando se trata da heterogeneidade da sociedade civil no legado de hegemonia ideológica do neoliberalismo na América Latina, mas para o autor: *além de heterogênea é fragmentada e, marcada por profundas desigualdades (...) que foram exacerbadas pelas políticas neoliberais.* (p.104). O autor tem razão ao afirmar que *a tarefa de reconstrução social que temos pela frente é imensa*, e passado quinze anos após a publicação do artigo *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*, o qual estamos trabalhando, a tarefa é triplamente maior.

CAPÍTULO II

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, Ilha do Marajó, Amazônia: um Brasil esquecido?

2. 1 O processo de formação histórico-social

Ilha de Marajó. Para os turistas é como se fosse um sonho. Mas ali se vê muita pobreza. Não há trabalho para os que querem trabalhar. O dinheiro que circula é escasso. Desde o meu tempo de criança ouvem-se promessas, mas ainda nada fizeram para melhorar a vida daquela gente necessitada que vive naquela terra criada pelas mãos de Deus. (CRUZ, 1987, p. 12)

Contextualizada no século XXI, essa pesquisa necessitou do tempo recuar para épocas remotas. Falar da Grande Ilha de Joanes, Marajó de hoje, no localismo de São Sebastião da Boa Vista é buscar na memória dos viajantes do período colonial, nas narrativas dos grandes escritores amazônidas, na poesia desajeitada do caboclo marajoara um pouco da realidade misteriosa que cerca a maior ilha fluvial do planeta.

É com esse objetivo que o presente capítulo descreve o município de São Sebastião da Boa Vista a partir de seu contexto histórico, político e social a fim de demonstrar que os processos historicamente construídos ajudam a compreender de forma pormenorizada a realidade complexa desse município localizado no delta do rio Amazonas que após três séculos de existência parece romper com a estrutura vigente de outrora.

Para iniciar reporto-me a Euclides da Cunha. Em sua obra, *à margem da história* diz que a Amazônia, nela incluo o Marajó e São Sebastião da Boa Vista, *é uma terra sem história; tem tudo e lhe falta de tudo; a terra sem pátria, a pátria sem terra* (1999, p. 1-3-7). Tal afirmativa guia quem, por qualquer motivo, se vê diante da imensidão misteriosa que é esse lugar, e busca desvendá-lo. E é nessa busca que nos deparamos com um grande desafio que Cunha (1999) descreve com precisão

Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérboles. E figura-se alguma vez em idealizar aforrado o que ressaí nos elementos tangíveis da realidade surpreendedora, por maneira que o sonhador mais desensofrido se encontre bem, na parceria dos sábios deslumbrados. (p. 4)

O autor refere-se aos viajantes, exploradores, cientistas, pesquisadores que buscaram conhecer a Amazônia, e que durante suas investigações o deslumbramento, a fantasia se fez presente. Diante de tanta admiração qual é o lugar da ciência, e de seus rigores? Seria não-ciência descrever tal encantamento a partir das reações que as águas, o amazônida e a floresta causam ao mais experiente dos pesquisadores ou ao mais simples dos visitantes? “*A volubilidade do rio contagia o homem*” (1999, p. 12).

Euclides da Cunha, afirma ser essa reação tão atual. Desde os idos do século XV quando os estrangeiros começaram sua exploração até aos nossos dias que somos arrebatados pela emoção. No entanto, Cunha (1999) chama atenção para o fato de que

Vai-se de um a outro século na inaturável mesmice de renitentes tentativas abortadas. As impressões dos mais lúcidos observadores não se alteram, perpetuamente desenfluídas pelo espetáculo de um presente lastimável contraposto à ilusão de um passado grandioso. (p. 10).

Mesmo com o arrebatamento do homem diante da natureza, é incontestável que o rigor da ciência prevaleceu, pois muito se estudou e tem se estudado a Amazônia, a Ilha Grande de Joanês, mas pouco se conhece, pois se reduziu o homem e a mulher amazônida, marajoara a *uniformidade da natureza, logicamente organizada e funcionalmente determinada* (CHIZZOTTI, 2008, p. 29). Nesse sentido, o pesquisador, aplicando-se à

Observação metódica, pode encontrar as relações constantes em circunstâncias idênticas e determinar as leis que regem e explicam as relações causais entre os fenômenos e fatos observados, e prever comportamentos ou fatos. Supõe, portanto, que o mundo está definitivamente constituído e regido

por leis invariáveis e constantes, que podem ser apreendidas, verificadas e previstas. (Idem, 2008, p. 29).

Uma das possíveis explicações é que a região teve um papel fundamental desde a sua descoberta⁹. Desde o período do Brasil colônia, “a região integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão,” (Plano de Desenvolvimento do Marajó, 2007, p. 18), Primeiramente podemos falar das drogas do sertão; depois o açúcar, cacau, a borracha e no ínterim a pecuária, entre outras formas de exploração da natureza existentes no espaço geográfico amazônico.

O surgimento dos municípios, a partir dos aldeamentos indígenas¹⁰, das vilas explica a ação Portuguesa na região. Segundo Cruz (1960)

[...] para extinguir definitivamente qualquer ligação com eles (Jesuítas), o poderoso Ministro ordenou, por intermédio do irmão, a transformação das antigas aldeias em Vilas, emancipando-as, desse modo, do poder espiritual das Missões católicas. (p. 127).

São Sebastião da Boa Vista origina-se no século XVIII, como uma das funções propostas, que foi a econômica. No período em que Marquês de Pombal, foi ministro português, e implementou o projeto pombalino para a Amazônia¹¹, a localidade foi considerada uma das vilas¹² mais prósperas

⁹ Em 1500, quando velejava pelo rio a que deu o nome de Santa Mará de la Consolación de la Mar Dulce (rio Amazonas), o navegador espanhol Vicente Yañes Pinzón deparou-se com um fenômeno estranho (pororoca) na embocadura do rio, que o obrigou a aportar na margem direita. Vicente Pinzón pôde observar então os habitantes do imenso arquipélago que estava à sua frente. Seguindo o costume dos descobridores, que davam às novas terras o nome do santo do dia, Pinzón batiza a ilha com o nome de ilha Grande de Joanes. (CRUZ, 1987, p. 22). Recebeu em 1754 o nome de Marajó, que em tupi significa “barreira do mar”.

¹⁰ Segundo Cruz (1987 apud MARINHO, 2005, p. 38) São Sebastião da Boa Vista tem sua origem a partir do aldeamento indígena dos Anajá que se desenvolveu a partir da chegada dos mercedários no local onde hoje é a sede do município.

¹¹ Segundo Souza Junior (2001, p. 36), Pombal decidiu a colocar Portugal à altura dos “novos tempos”, empreendeu uma série de reformas, que iam desde à reorganização econômica do reino até ao reordenamento da cultura através de reformas de educação. (...). Cita-se o Projeto da Regeneração (...).

economicamente, mas do mesmo modo teve seus períodos de prosperidade e de decadência, em tese, acompanhou os ciclos econômicos acima referenciados. Segundo o anuário 2008, do jornal O Liberal

o então vilarejo já era considerado um dos mais prósperos das vilas conhecidas como “Pombalinas”. Anos mais tarde, a Freguesia caiu em declínio econômico, sendo abandonado e anexado à Freguesia de São Francisco de Paula, que pertencia a Muaná. (p. 305).

Abaixo apresentamos um quadro sobre a formação administrativa do município que vai do período de 1758 a 1943 quando a localidade assume a categoria em definitivo.

Quadro 1 Formação administrativa - 1758 a 1943

1758	A Povoação de São Sebastião da Boa Vista foi elevada a categoria de Freguesia.
1868	Através da Lei nº 584 de 23 de Outubro de 1868 foram-lhe restaurados os foros de Freguesia de São Sebastião, sendo por conseguinte, desmembrada da Freguesia de São Francisco de Paula, município de Muaná.
1872	Elevado à categoria de Vila com a denominação de São Sebastião da Boa Vista, pela lei provincial nº 707, de 05-04-1872
1873	A transposição de Vila para município ocorreu em 07 de janeiro de 1873 sob a Presidência de Possidônio Rodrigues de Monfredo, juramentado perante a Câmara de Curralinho.
1879	No entanto, a lei nº 994 de 18 de abril de 1879, suprimiu-lhe a categoria de Vila e conseqüentemente extinguiu o município.
1880-1881	foi novamente restaurado pela Lei nº 903 de 08 de março de 1880, e instalado em 07 de

¹² Sabe-se que em 1872, através da Lei nº 707, de 5 de abril, foi-lhe concedido o título de Vila. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 25/10/2008.

	Janeiro de 1881.
1882	Com a lei nº 1.084, de 06 de Novembro de 1882 foi extinta a categoria de município.
1886	Distrito criado com a denominação de São Sebastião da Boa Vista, pela lei provincial nº 584, de 23-10-1886.
1889	Conseguiu se firmar e conduzir a sua autonomia através da Lei nº 1.399, de 05 de outubro de 1889 que lhe restaurou os Foros, sem nenhuma aplicação prática até 07 de abril de 1890, quando instalou-se o Conselho de Intendência Municipal.
1911	Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído.
1922	Pelo decreto-lei estadual nº 2116, de 03-11-1922, o município é extinto novamente, sendo seu território anexado ao município de Muaná.
1933	Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de São Sebastião da Boa Vista figura no município de Muaná.
1936 e 1937	Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
1943	Elevado novamente à categoria definitiva de município com a denominação de São Sebastião da Boa Vista, pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30-12-1943, desmembrado do Muaná.

Fonte: IBGE

*disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 25/10/1977.

Mas, retomando à questão que trata da função econômica exercida pelo Marajó no período Colonial, verificamos que as conseqüências foram trágicas para o Arquipélago, pois viver de um passado dito por muitos opulento, grandioso, é esconder o processo de exclusão, falta de vida digna que vive sua população que historicamente vem sendo alijada, que vive à margem da sociedade e da história. Tal fato nos faz pensar por exemplo, que no período colonial,

Os índios não eram considerados verdadeiros homens, mas só um arremedo de gente, e uma semelhança de racionais; ou uma espécie de monstros, e na realidade geração de macacos com visos de natureza humana. (...) Por outra parte era brutal a lascívia e monstruosa a desenvoltura, com que sem temor de Deus nem pejo dos homens usavam, ou abusavam do sexo feminino, com tanta lassidão (lascívia), que parece enforcaram ou alijaram ao mar as consciências, ao passar da linha na viagem da Europa para as terras da América. (DANIEL, 2004, p. 263-264).

Atual parece ser mesmo Cunha ao dizer sobre a inalterável mesmice que assola a região amazônica, a exploração do homem ou bem dizer da mulher marajoara acontece de forma tão brutal quanto no Marajó colonial, hoje são crianças e adolescentes que são sexualmente exploradas pelos viajantes do grande rio-mar.

Esse é um dos exemplos a serem usados, mas a infinidade e profundidade dos problemas estão em todas as esferas: no social, no político e no econômico etc.

2.2 Condições socioeconômicas do Marajó de ontem: conseqüências para o Marajó de hoje.

Desde a Amazônia colonial o que verificamos é a ausência do poder governamental em ação¹³. Seja ele nas suas diversas instâncias e períodos históricos distintos. Para a colônia brasileira, a intenção da Coroa Portuguesa era de manter os seus negócios, uma vez que a prosperidade, “a própria existência do Reino europeu passavam a depender exclusivamente dela¹⁴” (PRADO JUNIOR, 2008, p. 49).

¹³ Segundo Sousa (2009) Pode-se dizer que a presença do Estado brasileiro, na Amazônia, era insignificante como estimulador e organizador das atividades produtivas, ou seja, não empreendia uma política de desenvolvimento para a região. Sua presença na vida da maioria da população empobrecida não se fazia sentir. Quando muito, era limitada à construção de postos de saúde, hospitais, cartórios, alguns portos e escolas. A Amazônia era apenas um apêndice no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (p. 32).

¹⁴ Para aprofundamento do projeto pombalino para Amazônia consultar FAORO (2001); SOUZA JUNIOR (2001); CUNHA (1999); DANIEL (2004); PRADO JUNIOR (2008).

Uma das conseqüências desse processo está no que Prado Junior (2008) afirma

Os caracteres gerais da colonização brasileira, essa empresa exploradora dos trópicos, se revelam aí em toda sua crueza e brutalidade. Não viriam atenuá-los, como em outras partes da colônia, elementos paralelos e concorrentes que frutificariam com o tempo, dando formas sociais mais orgânicas e elevadas. A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo, mesmo em nossos dias, ainda não se completou, seria lá muito retardada. A Amazônia ficou, nesse sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas do território brasileiro. (p. 75).

Posteriormente às drogas do sertão, período de exploração do que a natureza proporcionava aos estrangeiros, verificamos o surgimento do açúcar como grande potencial de lucro na região, no entanto deixaremos para aprofundar essa questão em outro momento, pois o acesso aos documentos e material bibliográfico não foi possível a tempo de elaboração desse texto.

De acordo com Cruz (1960) que desenvolveu estudo sobre a história do Pará desde o período colonial até o primeiro decênio do século XX, os documentos sobre a produção do açúcar e os engenhos são poucos tanto no Arquivo Público paraense quanto em Portugal. Diz

Não temos notícias amplas e certas sobre todos os engenhos que foram construídos no Estado, durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Os cronistas não se preocuparam em fixar-lhes os nomes e as características essenciais. (...) foi que podemos recompor os nomes e as situações de muitos engenhos que constituíram naquela fase auspícios do ciclo do açúcar, um capítulo interessantíssimo da história econômica do Pará. (CRUZ, 1960, p. 151).

No Marajó registra-se a existência do Engenho MARUARÚ, de propriedade de João Furtado de Mendonça; fazenda e Engenho SÃO JOÃO, este ficava à margem direita da Baía do Marajó.

A borracha como outra fonte de exploração teve destaque, principalmente entre o período que compreende os anos de 1850 a 1915. Um conjunto de fatores contribuiu para que a borracha trouxesse lucros aos seringalistas:

1. Desenvolvimento da indústria de pneus dos EUA e da Europa;
2. A quantidade e qualidades da borracha (*Hevea Brasiliensis*), fez com que a Amazônia se tornasse, em pouco tempo, o principal fornecedor de borracha em nível mundial;
3. Mão-de-obra disponível para a extração do látex, a exploração dos seringueiros através do sistema de aviamento e o baixo custo dessa mão-de-obra.

No entanto, a economia da borracha passou por um processo de decadência intenso por conta da concorrência da borracha produzida no Oriente, que devido às técnicas de plantação mais avançadas, a qualidade do produto ganhou destaque no cenário mundial, levando ao colapso e a decadência da economia da borracha na Amazônia.

O extrativismo do látex mantém-se de forma efetiva até a segunda metade dos anos 10 do século passado, com a Segunda Guerra mundial percebemos uma retomada da produção em larga escala, mas demonstrou ser o suspiro derradeiro da era dos barões da borracha. Segundo Alves Filho (2000)

Até os anos 50¹⁵, a Amazônia se manteve como área pouco conhecida e mera fornecedora de produtos extrativos explorados por aventureiros ou pioneiros que desafiavam a floresta e seus “ferozes” nativos. (p. 46).

A partir da década de 50 até meados dos anos 70 a madeira foi o principal setor que dinamizou a economia boavistense (ARAMBURU, 1994)

Na economia local a madeira começa a ter um papel hegemônico por volta dos anos 50. O comércio e exportação de madeira foi se centralizando paulatinamente em duas grandes firmas de famílias portuguesas radicadas no município desde começos do século. Os benefícios da exportação de madeira permitiam às firmas conseguir créditos bancários para financiar a extração por intermédio de comerciantes

¹⁵ A criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, representou a primeira tentativa de um planejamento regional. A SPVEA, trouxe como proposta o incentivo ao extrativismo vegetal à pecuária, e a exploração dos recursos minerais. (...) Em 1966, através da Lei nº 5.173, ocorreu a extinção da SPVEA e a criação da SUDAM. Este órgão não teve a mesma força política da SPVEA (ALVES FILHO, 2000, p. 47).

espalhados pelo interior, aumentando assim o número de fregueses dedicados ao extrativismo da madeira. Uma vez que o financiamento da madeira estava centralizado nas duas firmas, o monopólio do financiamento dessas se estendia a todos os outros produtos rurais.

Os créditos bancários que fala Aramburu (1994) foram concedidos pelo recém-criado Banco de Crédito da Amazônia (antigo Banco da Borracha) onde passou a financiar outras atividades produtivas, ampliando seu campo de atuação, principalmente a partir do Primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), no governo de Juscelino Kubitscheck. Meados da década 60, do século XX, as políticas de incentivos fiscais¹⁶ do Estado deram a tônica para o desenvolvimento regional (GUIMARÃES, 2005).

No período militar verificamos um grande impulso ao processo de industrialização do país, em que *os governos militares tentaram incrementar no país uma política desenvolvimentista e modernizadora. Verificou-se uma reorientação econômica a serviço do grande capital moderno e industrial* (ALVES FILHO, 2000, p. 49). A questão é que mais uma vez, o Estado brasileiro agiu sem levar em conta as demandas da população amazônica, nem tampouco implementou uma política de desenvolvimento que considerasse as suas peculiaridades e atendesse a região como um todo, pois como veremos a frente, o foco de atenção esteve voltado para as regiões em que os grandes projetos agropecuários foram implantados, principalmente o sul e sudeste do estado do Pará.

A intenção do Estado foi: 1) de inserir a Amazônia nos quadros da economia nacional (1966 a 1970); o segundo período (1970 a 1974) refere-se ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que diz respeito ao *milagre brasileiro* e, mais uma vez a preocupação com a Amazônia foi secundarizada em nome da *revolução na agricultura, do fortalecimento da indústria nacional, o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração do Brasil* (*idem*, p. 54) no mundo desenvolvido que foi possível de se concretizar através do Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970; Polamazônia (1974 a 1978) que segundo

¹⁶ [...] estabeleceu como ação determinante a concessão de incentivo fiscais à iniciativa privada, que consistia na isenção de impostos a quem quisesse investir, principalmente na pecuária em grande escala.

Alves Filho (idem) *era uma tentativa de reorganizar o ingresso do grande capital na Amazônia*, no entanto, a ação do Estado para a região fracassou: além do insucesso econômico; muitos conflitos fundiários; problemas ambientais com o aumento das queimadas e desmatamentos etc.

Pensar na Amazônia, e mais uma vez especificar o caso do Marajó, é pensar que a esperança em um desenvolvimento social parece ser inalcançável, a prosperidade advinda das firmas chegou ao fim na metade dos anos 70 do século passado. Dois fatores contribuíram para isso:

Primeiro, a proibição em 1973 da exportação de madeira em toras, (...); segundo, a construção da Transamazônica e outras rodovias que ligaram a Amazônia ocidental ao Sul do país e provocaram a redução do trânsito de mercadorias no rio Amazonas. (ARAMBURU, 1994)

E um terceiro motivo a ser considerado é a crise econômica da década de 70, de nível mundial, que acabou por afetar tanto as economias mais sólidas características dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

O arquipélago do Marajó, que fica na região nordeste do estado do Pará não foi contemplado nem com os grandes projetos e muito menos com os de pequeno porte. Quanto à preocupação governamental, registramos algumas ações em torno do Projeto Marajó¹⁷

que foi criado através do Decreto Federal de 25/09/1974 que tinha por objetivo a recuperação da Ilha, a triplicação do seu rebanho, assim como a proteção à pesca prejudicada pela seca que assola o Arari. Esse projeto foi iniciado em 1977, tendo como órgão responsável pela sua execução o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamentos), através do Programa de recuperação da Ilha do Marajó. A finalidade era

¹⁷ Em 1968 o Governo do Estado, através do Instituto do Desenvolvimento Econômico-social do Pará (IDESP) apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA) um pedido de assistência técnica para a execução de alguns projetos de pesquisa que pretendia iniciar (...) Dentre os projetos (...) destacou-se interesse do governo paraense a realização de estudos e levantamentos multidisciplinares e integrados da Ilha do Marajó. (IDESP,1973).

aproveitar a potencialidade de 18 mil km² de pasto natural existente na ilha, mediante um trabalho de recuperação, realizando estudos hidrológicos e levantamentos planialtimétricos. (SILVA, 2003, p. 119).

Diz o documento Projeto Marajó: relatório de andamento 1971/1972 do Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará (1973)

por sua situação geográfica, expressão política e condições ambientais propícias ao exercício de atividades econômicas diversificadas, a Ilha não deveria mais ficar entregue às práticas exploratórias tradicionais nem às consequências desastrosas das inundações e estiagens que se alternam todos os anos, prejudicando em particular, a região dos campos naturais. (p. 1).

A partir de 1969 foram realizados levantamentos sistemáticos dos solos, mapeamento e estudos hidrológicos (parte oriental da Ilha), observações meteorológicas, levantamentos geofísico, inventário florestal etc. através da equipe envolvida no projeto, no entanto, os estudos restringiram-se à região dos campos marajoara, que sofre com problemas de seca (no período menos chuvoso) e cheia dos rios (mais chuvoso), especialmente a bacia do Arari (IDESP, 1973, p. 22).

O documento apresenta sugestões para o desenvolvimento do arquipélago,

A análise econômica regional servirá como orientação de decisão a respeito de onde os recursos financeiros limitados disponíveis para investimentos no Estado do Pará produzirão o máximo em termo de desenvolvimento. (...) Dentro do contestado do Marajó, muitos setores e recursos merecem ser estudados em detalhe de modo que qualquer decisão quanto a projetos específicos possa ser considerado em profundidade. (...) Uma resposta específica a pergunta “que setor e/ou recursos apresenta mais rentabilidade em termos de desenvolvimento? Pode ser muito frequentemente arbitrário quanto outra. No caso do Marajó, entretanto, essas decisões não precisarão ser nem consideradas nem tomadas ainda por que, pelo menos quanto a parte leste da Ilha, o “desenvolvimento” de qualquer recurso depende da solução

para o problema das seca e enchentes cíclicas. (IDESP, 1973, p. 24).

A justificativa apresentada em relação a realização do estudo na bacia do Arari foi decorrente de que

A parte leste do Marajó é prejudicada por um duplo problemas de secas e inundações que afetam não apenas a pecuária mas também os meios de transportes, a agricultura e as comunicações. A questão toda de encontrar o melhor meio para desenvolver essa parte da Ilha de Marajó pode ser encontrada na resposta da viabilidade técnica e econômica do controle das enchentes, drenagem e manejo das águas. (p. 24)

Mas, poderíamos inferir que a interferência política dos fazendeiros¹⁸ da parte leste do Marajó (campos) teve papel fundamental nesse processo, uma vez que são os latifundiários que historicamente vem detendo poder político e econômico na região, pois

até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos naturais, como os campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança aos proprietários atuais. O caráter histórico de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTAVEL DO ARQUIPELAGO DO MARAJÓ, 2007, p. 20)

De maneira geral podemos afirma que o Arquipélago ficou abandonado, esquecido desde então, salvo as ações específicas desenvolvidas pelo Governo Federal e estadual como a descrita acima. Somente em 2007 quando

¹⁸ A fazenda de criação foi instituída em Marajó no século XVI, quando o Brasil era Colônia de Portugal e sujeito, economicamente, ao sistema mercantilista. Na foz do riomar, onde está situada a grande ilha, o adventício (portugueses, holandeses, ingleses e franceses) explorou, inicialmente, as drogas do sertão. Depois, com a conquista do território pelos portugueses e a fixação dos missionários por entre os índios Aruã, a criação extensiva consolidou-se. Nos anos 30 de 1900, portanto quatro séculos depois, essa atividade continuou a prevalecer nas terras de Marajó, sob o domínio de uma elite fazendeira que se perpetua pelo privilégio de herança, e

do lançamento do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó ou Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹⁹ é que recebe nova atenção. O PAS²⁰ constitui-se como

Uma alternativa de estruturação e promoção do desenvolvimento nessa região particular da Amazônia. Um dos grandes desafios para o Arquipélago do Marajó consiste em estabelecer uma agenda transformadora e abrangente, para poder pensar no estabelecimento de níveis mínimos de investimento para a região.

O objetivo central do Plano [...] é, a partir da ação articulada dos diversos níveis de governo e da sociedade civil, implementar um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis, com inclusão social e cidadania.

Visando a ação articulada entre sociedade civil e sociedade política é que no período de 30 de janeiro a 08 de fevereiro de 2007 audiências públicas foram realizadas em cinco municípios do Arquipélago (Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Afuá e Anajás) pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI) coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó (GEPLAM) para que a população do Marajó fosse ouvida em suas reivindicações em torno do desenvolvimento da Ilha.

a escola a assumir uma função necessária para o fazendeiro: corroborar na permanência do vaqueiro em suas terras, sob seu julgo. (ARAÚJO, 2003, p. 4).

¹⁹ Desde maio de 2003, quando ocorreu em Rio Branco, Acre, reunião do Presidente da República com os governadores da Amazônia para discutir a viabilização de um novo modelo de desenvolvimento para a região, o Governo Federal tem procurado discutir com a sociedade amazônica e os governos estaduais e municipais, a implementação deste novo modelo, pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra-estrutura; voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, que gerem emprego e renda; compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas e, visando em última instância, a elevação da qualidade de vida da população. (BRASIL, 2007, p. 8).

²⁰ A área de atuação do Plano de Desenvolvimento compreende os dezesseis municípios que compõem, segundo o IBGE, a Mesorregião Geográfica do Marajó, que além do arquipélago, abrange alguns municípios do continente, somando 104.140 km²: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure, Afuá, Anajás, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. (BRASIL, 2007, p. 10-11).

A primeira parte do PAS refere-se ao diagnóstico realizado do Arquipélago, onde mostra a realidade vivida pela população marajoara e que serviu como orientador para as suas diretrizes e ações. Destacamos alguns aspectos (contexto natural²¹, histórico de ocupação e utilização da região, demográfico, fundiário, econômico e social) considerados importantes que contribuiu para traçar o fio condutor dessa pesquisa ao buscar entender essa situação e como serve de mediadora entre a relação poder local e poder governamental no município de São Sebastião da Boa Vista, a partir de 2004.

Em relação ao contexto histórico e de ocupação, apresentamos no início do texto um retrato de como aconteceu esse processo. Abaixo apresentamos uma síntese dos aspectos levantados no diagnóstico.

2.3 Contexto Demográfico

Do ponto de vista *demográfico*, o documento discorre que

A densidade demográfica é bastante reduzida, em decorrência da diminuta base econômica. Em 2000, era de 3,65 habitantes/km², cerca de 30% inferior a já baixa média paraense e correspondente a menos de 1/5 da média nacional. Da mesma forma, condizente com uma estrutura econômica essencialmente primária, a taxa de urbanização é muito baixa, de apenas 38,8% em 2000, ou menos da metade da média nacional. Cerca de 61% da população local reside nas áreas rurais, enquanto a média do país é de 18%. Dos dezesseis municípios, apenas três (Breves, Soure e Salvaterra) possuem população urbana superior à rural. (p. 20).

²¹ Em relação ao contexto natural preferimos deixar para abordar na introdução, no item que trata do contexto natural de São Sebastião da Boa Vista por se aproximar da realidade do município e não se configurar como repetição.

2.4 Contexto Fundiário

A regularização fundiária dos imóveis localizados nas ilhas que se situam no estuário do rio Amazonas onde se faz sentir a influência das marés representa um verdadeiro desafio, seja para o poder público, seja para as populações locais. A legislação em vigor não se adapta à realidade amazônica. (p.22).

[...] a falta de uma legislação que favoreça o acesso à terra das populações locais mostra o descaso das políticas públicas de ordenamento territorial adotadas nesta região. Segundo estudo da GRPU-PA/AP, a documentação em poder destes moradores é absolutamente precária: Dados não oficiais indicam que cerca de 70% dos ocupantes dessas áreas não possuem qualquer documento comprobatório de propriedade dessas áreas ocupadas. (p.22).

2.5 Aspectos econômicos do Marajó

Considerada a mesorregião menos desenvolvida do Estado do Pará, a economia do Marajó caracteriza-se principalmente pela agricultura de subsistência considerada incipiente, tendo a mandioca como seu principal produto, mas o arroz, o abacaxi, o feijão também tem sua representatividade.

No que se refere à pecuária, herança colonial, com 300 anos de tradição, sua prática vem decaindo ano a ano. Em decorrência das condições sanitárias adequadas e o desenvolvimento tecnológico inexistente, além da queda no preço do boi e infra-estrutura elétrica precária e difícil acesso, são os principais obstáculos para o desenvolvimento e melhoria da produtividade na área. O mesmo processo vem ocorrendo com criação de búfalos e com o rebanho dos suínos. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO MARAJÓ, 2007, p. 36).

Em relação à atividade pesqueira,

é uma das mais importantes e tradicionais atividades do arquipélago, dada sua importância na subsistência alimentar das populações e na movimentação econômica que representa. A cadeia produtiva da pesca no Arquipélago do Marajó envolve o suprimento de bens e insumos necessários ao desenvolvimento da atividade. Nela, está incluída a produção de embarcações, de motores e apetrechos de pesca e insumos básicos como gelo e combustível. (idem, p.41).

Outro aspecto que obstaculiza o desenvolvimento do Marajó é a falta de infraestrutura econômica, apresentando enorme insuficiência e precariedade em todos os seus componentes: transportes, energia, telecomunicações e armazenagem (idem, p. 50) constituindo-se um grande desafio governamental e da sociedade civil.

2.6 Contexto Social

No que se refere ao contexto social, o Marajó

associa-se intrinsecamente ao restante da região Amazônica tanto pelas suas características ambientais (como o clima, a flora e a fauna, a hidrografia), como também por uma história marcada por intensas mudanças econômicas e sociais, principalmente a partir do final do século passado. Estas mudanças influenciaram o modo como a população local interage na produção e reprodução de sua organização familiar e de suas estratégias de sobrevivência. (p. 53).

Os problemas sociais são intensos, de forma sintetizada o diagnóstico realizado para elaboração das diretrizes e ações do PAS apresentam que no arquipélago, existe um elevado índice de mortalidade infantil, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias (ditas doenças de pobre). Sérios problemas com saneamento básico, falta de um sistema de distribuição de energia elétrica, deficientes prestações de serviços públicos como: saúde, segurança e educação; transporte e meios comunicação também deficitários.

Concretizar o desenvolvimento da Amazônia, em especial, o Marajó, é uma tarefa *herculeica* e de longo prazo. Por fim,

Analisando o desenvolvimento pelas variáveis Educação, Longevidade e Renda, mais precisamente o IDH, a situação da maioria dos municípios do arquipélago do Marajó ainda se enquadra na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza. (p. 53).

Após o diagnóstico foi possível pensar as diretrizes e ações prioritárias que foram subdivididas em eixos temáticos, abaixo apresentados

1. Diretrizes e ações prioritárias de ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
2. Diretrizes e ações prioritárias de fomento às atividades produtivas sustentáveis;
3. Diretrizes e ações prioritárias de inclusão social e cidadania;
4. Diretrizes e ações de infra-estrutura para o desenvolvimento;
5. Diretrizes e ações de relações institucionais e gestão do Plano; (idem)

Abaixo segue as diretrizes e ações de inclusão social e cidadania onde está presente a educação

Tabela 2: Diretrizes e Ações do eixo inclusão social e cidadania - PAS

Diretrizes e ações prioritárias de inclusão social e cidadania	Diretrizes e ações de relações institucionais e gestão do Plano
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, agrotécnicas, técnicas, e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais; • Apoiar os mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráfico de mulheres) e o fortalecimento da cidadania; • Criar mecanismos que fortaleçam o controle social na definição e execução das políticas e programas; • Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais; • Incentivar atividades do terceiro setor. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a modernização da administração pública do Arquipélago, por meio da Escola de Governo do Estado do Pará, e outras instituições; 2. Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local; 3. Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo; 4. Gestão e controle social do plano.

Em relação à educação o diagnóstico é de que existem poucas escolas e,

a maioria das escolas existentes na zona rural, até uma década atrás, tinha como nível máximo o terceiro ano do primeiro grau (antigo curso primário). Isso determina o baixo índice de educação das populações locais. Nessas localidades, freqüentemente encontraram-se "escolas" cujas aulas são ministradas por particulares em suas próprias casas, sendo que tais professores, muitas vezes, não possuem sequer o primeiro grau completo. Portanto, o número de analfabetos é muito grande no arquipélago [...] (2007, p. 67)

Na área de educação, diz serem as carências enormes e, demanda ações fortemente articuladas entre as três esferas de governo. Diz

- Inicialmente, deve-se ressaltar a importância de se garantir a efetivação de uma educação voltada para a realidade marajoara com perspectivas de inserção social e desenvolvimento local. Por outro lado, a condição essencial para o sucesso da estratégia setorial é a captação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção, ampliação e reforma de unidades escolares, aquisição de material e equipamentos, formação inicial e continuada de profissionais da educação.
- Essenciais são as parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade civil, objetivando um levantamento da situação física da rede escolar e da oferta da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e das demais modalidades da educação básica, assim como o conhecimento do funcionamento das escolas, de seu pessoal (diretores, professores, pessoal de apoio) e das práticas pedagógicas.
- Na educação fundamental, o Plano deve priorizar o pleno acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.
- Promover e valorizar os profissionais da educação, mediante a ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, cursos de especialização, disponibilização de bolsas de estudo para mestrado e doutorado, realização de concursos público, melhoria das condições de trabalho, atualização do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério são também condições essenciais para o desenvolvimento da educação no Arquipélago.
- Da mesma forma, deve-se implantar políticas de qualidade da educação com foco nas áreas pedagógica, de gestão e de integração com a comunidade, nos conteúdos programáticos das disciplinas, na implementação e melhoria do sistema de avaliação da educação, no reforço às políticas de descentralização das ações da secretaria.

Numa primeira análise tem-se que atentar que o PAS é uma ação governamental de *caráter emergencial*, e que algumas ações não atendem a todos os municípios, que apesar de a população ter sido consultada durante as audiências que foram realizadas, a primeira proposta foi elaborada em nível governamental e outra questão é que por caracterizar-se como uma ação interministerial, envolvendo as três esferas governamentais e a sociedade civil, a maioria das ações, já existiam como ações dos ministérios envolvidos, não configurando, portanto, algo novo. Como exemplo, apontamos os programas na área da educação, que estão presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²², previstos no Plano de Ações Articuladas (PAR), onde todos os municípios do Arquipélago aderiram ao Plano de Compromisso Todos pela Educação²³ do Governo Federal.

Outra questão que chama atenção foi o estímulo à participação da sociedade civil no processo de construção, implementação e monitoramento das ações do PAS, fomentadas no documento e que se configura como uma das estratégias de sucesso do Plano.

No entanto, esse processo apresenta suas contradições e, demonstra a realidade do Marajó, no que se refere à disputa pelo poder e quais interesses estão em jogo. Após a realização das cinco audiências, foi elaborado um relatório de viagem sobre as consultas públicas, pela Secretaria Especial de Estado de Governo, do Governo do Estado do Pará (SEGOV). Esse documento, além de discorrer sobre o resultado de cada uma das audiências, apresenta algumas ocorrências que retratam como se articulam e se estabelecem as relações de poder anteriormente referenciadas (Anexo C) como: desorganização das consultas, ausência do poder público

²²O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

²³O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE, e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

governamental em alguns municípios, intimidação por parte dos latifundiários, presença de capangas, etc.

CAPÍTULO III

A CONCRETUDE DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Seus temas e problemas vêm antes, de muito tempo atrás, mas são também novos e novíssimos. Recobrem um leque histórico que vai da época colonial aos dias dramáticos, velozes e surpreendentes da globalização. É uma sociedade, digamos assim, literalmente no mundo. **Seus dilemas são dilemas de todos os povos, evidentemente temperados com as cores locais.** (NOGUEIRA, 2005, p. 26, grifo nosso).

Como apresentamos anteriormente, os temas e principalmente os problemas de São Sebastião da Boa Vista, são remotos e, como a força e profundidade do rio Amazonas se propaga até os nossos dias, permeado por novas dinâmicas, próprias do tempo atual. Compreender o que vem ocorrendo no município, a partir de 2004 é tão complexo quanto outrora os viajantes e aventureiros consideraram ao enfrentar o grande rio. *“É uma trama que se entrelaça com o social, o político e o econômico num contexto de mudanças velozes e surpreendentes como nos diz Nogueira”* (2005) que parecem determinar a vida das pessoas, assim como o rio na sua mudança constante surpreende e arrebatava a vida de seus habitantes.

As *“cores locais”* de seus dilemas que estão literalmente no mundo, é o que nos instiga a compreender como esses processos se configuram na construção de uma política educacional, num momento em que se avança no aprofundamento da democracia agora pautada na democracia participativa e deliberativa, ao mesmo tempo, em que o capitalismo busca estratégias para manter a sua hegemonia, inclusive considerando que a democracia *“não seria mais do que um simples método de seleção das elites através de eleições periódicas”* (COUTINHO, 2007, p. 271), não reduzindo sua definição à visão

minimalista do pensamento liberal, ou seja, como simples respeito por “regras do jogo”²⁴.” (idem), mas resignificando o “*léxico da democracia, promovendo um verdadeiro deslize semântico, que inverteu e modificou o sentido e o valor de alguns estratégicos conceitos democráticos*”. (TELLES, 2000 apud NOGUEIRA, 2005, p. 55).

O debate sobre democracia na atualidade adveio segundo Dagnino; Olvera; Panfichi (2006)

graças à combinação de três processos: 1) a consolidação da democracia eleitoral; 2) **a insatisfação com os resultados dessas democracias em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política** e; 3) experimentos que, em matéria e aprofundamento e inovação democrática, ampliação do campo da política e construção da cidadania, vem se desenvolvendo em vários países da América Latina em anos recentes, re-significando a idéia mesma de democracia e demonstrando, em distintas escalas e graus de complexidade, que é possível construir um novo projeto democrático baseado nos princípios de extensão e generalização do exercício dos direitos, da abertura de espaços públicos com capacidades decisórias, da participação política da sociedade e do reconhecimento e inclusão das diferenças. (p. 14, grifo nosso).

O segundo processo citado pela autora pode ser melhor compreendido pelo que Carvalho (1997) afirma

Houve frustração com os governantes posteriores à democratização. A partir do terceiro ano do governo Sarney, o desencanto começou a crescer, pois ficara claro que a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso modo da população. **As velhas práticas políticas, incluindo a corrupção estavam todas de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos voltados unicamente para seus interesses.** (p.203, grifo nosso).

²⁴ Segundo Wanderley (2010) uma análise e proposta de cunho tradicionalmente apreciada vêm da abordagem exposta por Norberto Bobbio, cuja expressão *regras do jogo* fincou raízes em boa parte dos países. As regras cobrem basicamente: existência dos Três Poderes, normatividade jurídica eleitoral, co-existência de partidos políticos plurais, direito de votar e ser votado, eleições periódicas, regras da maioria e possibilidade de mudanças pelas minorias, doações de recursos etc. (p. 126).

No capítulo II também tratamos da questão política na região amazônica, especificamente, no Marajó e pudemos verificar que as velhas práticas de gestão ainda estão presentes na atualidade. Na municipalidade pesquisada, ainda é possível percebê-las até a primeira metade dos anos 2000. Mais adiante descreveremos como a frustração em relação a democracia se configurou nessa localidade e, foi um aspecto importantíssimo para a mobilização da população que lutava por justiça social e mudanças na política.

Continua a autora, em relação ao terceiro processo:

é precisamente a importância desse campo de experiências que deu lugar a uma renovação do debate sobre democracia. Esse debate se caracteriza hoje em dia por uma grande disputa entre projetos políticos que, usando os mesmos conceitos e apelando a discursos parecidos, são de fato completamente distintos. (p. 14).

Como mostramos no capítulo I, essa disputa vem se estabelecendo entre o projeto democrático participativo e o projeto político neoliberal e,

Reconhecer a existência desses projetos e a identificação mais precisa de seus conteúdos e formas de implementação nos parecem fundamentais, particularmente na situação de “confluência perversa” (idem, 2004 apud idem, p. 16) que hoje caracterizaria a disputa política dentro da aparente consolidação democrática em grande parte do continente latino americano. (idem, p. 16).

A perversidade está na presença de um discurso comum nos dois projetos que são distintos em sua essência e significados. Parece-nos impossível pensar na compatibilidade entre democracia e capitalismo. Se consideramos a definição “*governo do povo*” que pressupõe distribuição de poderes, essa relação foge a nossa compreensão. Isso porque nesse caso, o projeto político neoliberal não estaria colocando em prática os princípios democráticos, mas sim dando um novo significado ao redefini-lo. Wood (2007) ao tratar da concepção de democracia para o capitalismo atual afirma que

O ponto central desta definição de democracia (...) não se encontra no poder do povo, mas sim em seus direitos passivos, não assinala o poder próprio do povo como soberano, mas sim, no melhor dos casos, aponta para a proteção de direitos individuais contra a ingerência do poder de outros. De tal modo, esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado. (p. 383).

O projeto democrático participativo, em contrapartida, tem como concepção o aprofundamento e a radicalização da democracia. Considera a importância da democracia representativa na construção democrática, mas vê nela limites, complementando-a nesse processo. Para o projeto em questão, *“a participação da sociedade nos processos de decisão assume um papel central para a democratização”* (DAGNINO, 2006), apesar da incorporação da idéia de participação pelos neoliberais como vimos anteriormente.

E se a participação ganhou centralidade partimos do pressuposto que a relação entre sociedade política e sociedade civil, no contexto estudado também passou por mudanças. A sociedade civil teria um novo papel a desempenhar, assim como o Estado. Segundo Nogueira (2005)

Hoje é quase unanime o argumento de que só pode haver reforma que produza um Estado ativo, competente e democrático se ela trazer consigo uma sociedade civil igualmente forte, ativa e democrática.

A idéia é fragilizar a ação da sociedade civil como contraposição aos ditames do neoliberalismo. A questão é que a partir da redemocratização, principalmente, com a realização de eleições diretas vimos emergir experiências governamentais de âmbito municipal que atribui um papel significativo à sociedade civil na construção da democracia. Segundo Dagnino (2006)

No Brasil, graças à capacidade de inclusão do PT e à natureza inovadora de seu projeto político, a esquerda desenvolveu um grande poder cultural, social e político, sem paralelo no resto da América Latina. Nesse país, a esquerda foi capaz de criar

um projeto político democrático-participativo original que, em boa medida, permitiu confrontar significativamente as tradições autoritárias do passado. (p. 29).

A aposta na atuação política conjunta entre Estado e sociedade (FELTRAN, 2006) estabelecidas a partir de experiências de governos municipais ligadas a partidos de esquerda tem possibilitado também a revalorização do poder local como uma instância que se configurou “*como espaço privilegiado de práticas inovadoras; depois, como importante instrumento de democratização...*” (SOUSA, 2009, p. 65).

A análise dos poderes locais remete às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas. (FISCHER, 2002, p. 13).

Diante do exposto e, considerando que a relação entre sociedade política e sociedade civil são articuladas e, que mesmo que essa convergência esteja vinculada a um projeto de sociedade democrática, percebemos que nesse processo há consensos e dissensos. Perceber se o que ocorre em São Sebastião da Boa Vista, no processo de construção de sua proposta de política educacional democratiza o poder local é o nosso grande desafio.

Considerando também que as duas gestões do PT (2005/2008 e 2009/2012) evidenciaram comportar a complexidade dessas relações através de alianças e, principalmente, a presença de conflitos nas relações entre o governo municipal e a sociedade civil é que intentamos em pesquisá-lo.

Abaixo apresentaremos as decisões metodológicas as quais orientaram o desenvolvimento dessa tese.

3.1 O Caminho Metodológico

O caminho metodológico constitui-se como parte essencial dos processos investigativos, pois sustenta os fundamentos que auxiliarão no cumprimento dos objetivos propostos. Toda pesquisa explicita uma concepção da realidade e, as pesquisas qualitativas, em contraposição as pesquisas experimentais, segundo Chizzotti (2006)

Não tem um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos. (p. 26).

Levando em consideração as afirmações de Chizzotti (2006) decidimos optar pela pesquisa qualitativa, a partir de uma análise crítica pois é o tipo de pesquisa que nos ajuda a compreender o problema de investigação em sua totalidade e as suas contradições. Segundo Cury (2000)

O conceito de totalidade implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos. Isso não quer dizer que se deva conhecer todos os fenômenos, igual e indistintamente. Significa que o fenômeno referido só se ilumina quando referido à essência, ou seja, àqueles elementos que definem sua própria natureza no seu processo de produção. A totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas. (p. 36).

Continua o autor

Dados isolados não passam de abstrações. Por isso, a totalidade é concreta. Interna aos dados empíricos, implica-os e os explica no conjunto das suas determinações contraditórias. Os dados, vistos na sua visibilidade imediata e nas suas relações externas, só adquirem concreticidade (tornam-se concretos) quando revistos nas relações essenciais de uma totalidade histórico-social. (ibidem).

Em relação a contradição importa percebê-la não só como *“categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no*

movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade” (idem, p. 30).

Quando levantamos a questão de que para entender *o que fazer* da educação em São Sebastião da Boa Vista, no período entre 2004 a 2009 deveríamos considerar o seu processo histórico-social, objetivamos perceber a ligação entre o passado e o presente a fim de poder afirmar que muitos dos problemas sociais, políticos e econômicos do município advém de decisões políticas centralizadoras que desconsideraram a população do lugar como também nos permite inferir, que o sentimento de desejo de mudança esteve presente nesse processo e, nesse movimento compreender o que nos fala Cury (2000) que a realidade é imprescindível, pois ela

Não é apenas o ***já sido***, embora ela possa no seu *estar-sendo* incorporar elementos do *sido*. Ela também ***não é só o ainda-não***, embora sem este elemento o real se torne superável. A realidade, no movimento que lhe é endógeno, é exatamente a tensão dialética sempre superável do *já sido* e do *ainda-não*. A tensão entre o já sido e o ainda-não é que possibilita o surgimento e a implantação do novo, pois penetra no processo, do começo ao fim, o desenvolvimento de todas as coisas. (p.31, grifo nosso)

Entender a complexidade dessa realidade em um movimento dialético nos permite acreditar que processos de mudanças vem se estabelecendo historicamente, mesmo considerando as limitações e as contradições inerentes a realidade em questão.

Abaixo apresentamos o desenvolvimento da pesquisa, de forma mais detalhada, o percurso desse processo.

3.2 O Desenvolvimento Metodológico

Conexas com a epistemologia e a ontologia “*aparece a questão dos caminhos a seguir para esclarecer o problema e sistematizar uma afirmação fidedigna sobre o problema em estudo*” (CHIZZOTTI, 2006).

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua vida. (p. 11).

Diante disso apresentamos como desenvolvemos a pesquisa em questão: a estratégia, as técnicas e o método importantes para que pudéssemos alcançar a sua compreensão e significados.

3.3 Estratégia de Pesquisa: Estudo de caso

Enquanto estratégia de pesquisa definiu-se pela utilização do *estudo de caso*, por considerá-lo como uma modalidade que melhor poderia contribuir para a compreensão do objeto de estudo e que auxiliaria na afirmação do pesquisador sobre a importância de se estudar a educação do município de São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó, estado do Pará. Isso porque o estudo de caso

Objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores. (Idem, 2006, p. 135).

Como também segundo Merriam (1988 apud BOGDAN; BIKLEN, 2006)

Consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de acontecimento específico.(p. 89).

Seguindo as definições de Stake (1994; 1995 apud CHIZZOTTI, 2006, p. 137) nosso estudo foi definido como um estudo de *caso intrínseco*, pois segundo este autor

Procura conhecer melhor um caso particular em si, mesmo porque em sua singularidade ordinária e específica torna interessante esse caso mesmo que não seja representativo ou ilustrativo de outros casos. Ao não objetivar construir teorias ou elaborar construções abstratas, ajuda-nos a compreender os aspectos particulares do objeto definido.

Em síntese Yin (2005) afirma que

Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. (...) Podem-se encontrar estudos de caso até mesmo na economia, em que a estrutura de uma determinada indústria, ou a economia de uma cidade ou região, pode ser investigada através do uso do método de estudo de caso. Em todas as situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos. (p. 20).

Para demonstrar se a investigação em questão possui as quatro características consideradas essenciais num estudo de caso, sendo eles: a particularidade, a descrição, a heurística e a indução apresentamos a *posteriori* condução da pesquisa. Para André (2005) essas características são definidas da seguinte forma

Particularidade significa que o estudo de caso focaliza uma situação, um programa, um fenômeno particular. O caso em si tem importância, seja pelo que revela sobre o fenômeno, seja pelo que representa. É pois, um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos, questões que emergem do dia-a-dia.

Descrição significa que o produto final de um estudo de caso é uma descrição “densa” do fenômeno em estudo. (...) entende-se uma descrição completa e literal da situação investigada. O estudo de caso engloba um grande número de variáveis e retrata suas interações ao longo do tempo. Os dados são expressos em palavras, imagens, citações literais, figuras literárias.

Indução significa que em grande parte, os estudos de caso se baseiam na lógica indutiva. “Descoberta de novas relações, conceitos, compreensão, mais do que verificação ou hipótese pré-definida caracteriza o estudo de caso” (apud MERRIAM, 1988).

Segundo a autora, além das características acima apresentadas o estudo de caso também é valorizado pela sua capacidade heurística,

isto é, por jogarem luz sobre o fenômeno estudado, de modo que o leitor possa descobrir novos sentidos, expandir suas experiências ou confirmar o que já sabia. Espera-se que o estudo de caso ajude a compreender a situação investigada e possibilite a emergência de novas relações e variáveis, ou seja, que leve o leitor a ampliar suas experiências. Espera-se também que revele pistas para o aprofundamento ou para futuros estudos. (p. 34).

Figura 2:Rio Boa Vista



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

O nosso tempo não é o de São Paulo, nem de Belém. O nosso tempo é feito de espera. A gente já nasceu fora do cronograma. (GALLO, 1981, p. 31).

Uma das principais preocupações no desenvolvimento do estudo de caso é possibilitar ao leitor a compreensão da situação investigada. No processo de organização do relatório de pesquisa ou a escrita da tese nos questionamos se as decisões tomadas para o desenrolar investigativo levará o receptor a *experiência vicária*, sobre o objeto de estudo e, isso exige fornecer uma visão profunda” do caso (ANDRÉ, 2005, p. 33) *a partir da descrição detalhada, apresentando as informações recolhidas e os meios utilizados para as coletar, analisando as questões e temas, fazendo asseverações analíticas para chegar a uma interpretação compreensiva do caso* (CHIZZOTTI, 2006, p. 140).

A figura acima mostra o rio Boa Vista que margeia o município, tivemos como intencionalidade demonstrar de onde parte a inquietação da pesquisadora. A tranqüilidade do rio faz transparecer que São Sebastião da Boa Vista é mais um lugar, no entanto, para além da grandiosidade das águas e da floresta há outras formas de vida que precisam ser percebidas. E, que dentro desse mundo desconhecido e cobijado chamado Amazônia, há um *pulsar* que vem mexendo com as estruturas opressoras. Incomodando e mobilizando num movimento constante e inconstante que demonstra que além do imediato, do perceptível no primeiro olhar das águas precisamos ir além, nas profundezas, principalmente por ser uma água sedimentada que traz uma coloração que não é transparente, é o que o *caboclo marajoara* denomina de “*água barrenta*”, que dificulta perceber a complexidade existente nesse lugar, isso justifica a inquietação e a necessidade da pesquisadora de pensar no seu público leitor.

3.4 O Trabalho de Campo em um Estudo de Caso

Yin (2005) afirma que para conduzir um estudo de caso, a coleta de dados é realizada a partir do que ele denomina de fonte de evidências, sendo elas em número de seis (6): documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Afirma também que a quantidade de fontes de evidências é extensa, em que podemos utilizar filmes, fotografias, histórias de vida, testes psicológicos entre outros.

Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos como fonte de evidências: documentos, entrevistas, conversas informais e observações diretas. Abaixo descrevemos qual a importância e função de cada uma das evidências para a compreensão e análise do caso.

3.4.1 Pesquisa Documental

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é *corroborar e valorizar evidências oriundas de outras fontes* (Yin, 2005, p. 112) diante disso utilizamos os documentos para auxiliar na compreensão do fato ou fenômeno observado durante o trabalho de campo, como também a partir dos depoimentos dos entrevistados no desenvolvimento da análise.

A pesquisa documental (com o uso de materiais oficiais e não oficiais), procedimento este definido como *“qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais, etc., fixada em um suporte material como fonte durável de comunicação”* (CHIZZOTTI, 1998, p.109), que possam ser utilizadas como fontes de informação para o estudo, tendo como intencionalidade a compreensão e registro das situações e acontecimentos que contribuíram para o entendimento do que vem ocorrendo com a educação em São Sebastião da Boa Vista.

3.4.2 Observações diretas

Durante as visitas realizamos observações diretas que tinham como objetivo contribuir com a descrição do estudo de caso e, conseqüentemente para a análise e elaboração do relatório final da pesquisa. Para Stake (1995 apud ANDRÉ, 2005, p. 52) “as observações dirigem o pesquisador para a compreensão do caso.” Para André (2005)

Na observação de campo deve ser dada atenção especial ao contexto, pois segundo Stake, para propiciar experiência vicária ao leitor, para “dar a sensação de ter estado lá” a situação física precisa ser muito descrita. A observação deve incluir plantas, mapas, desenhos, fotos. Não só o contexto físico deve ser descrito, mas o familiar, o econômico, o cultural, o social, o político ou aqueles que ajudam a entender o caso (...). O pesquisador deixa a ocasião dizer qual é a estória, a situação, o problema. (p. 52).

Realizamos a observação em cinco (5) momentos os quais consideramos importantes para percebermos as nuances que nos levariam a entender o caso. No item que trata da apresentação dos dados da pesquisa demonstramos os resultados das observações realizadas.

3.4.3 Entrevistas

Para os pesquisadores que elegeram o estudo de caso como estratégia de pesquisa, a entrevista é a principal técnica a ser utilizada. Segundo Stake (1999, p. 63) “*La entrevista es el cauce principal para llegar a las realidades múltiples.*” Para Yin (2005, p. 116) é considerada “*uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso.*”

Segundo o autor durante o processo de entrevista duas tarefas devem ser realizadas pelo pesquisador, uma em que ele segue sua própria linha de investigação, consequência de seu planejamento de pesquisa e outra é fazer as questões reais (de uma conversação) “*de uma forma não tendenciosa que também atende às necessidade de sua linha de investigação*” (idem, p. 117).

Utilizamos a entrevista semi-estruturada para a coleta de dados em que seguimos um roteiro com perguntas fechadas e abertas, considerando a possibilidade do depoente de discorrer de maneira mais aprofundada sobre a questão ou o sobre o tema, uma vez que o roteiro foi elaborado destes.

A primeira parte do roteiro (Anexo A) teve por objetivo conhecer o (a) entrevistado (a): idade, sexo, escolaridade, profissão, militância nos movimentos sociais, entidades, associações, partidos políticos etc.

Na segunda parte elaboramos questões pertinentes ao processo de construção da proposta educacional assim como perguntas voltadas para entendermos o desenrolar desse processo: os antecedentes que vinculavam a realidade econômico-social do município, a ação da sociedade civil, mandatos dos prefeitos, mobilização, participação, espaços públicos de participação entre outros temas.

Elaboramos também um termo de compromisso solicitando autorização aos (as) depoentes para realização das entrevistas (ANEXO B).

3.5 Sujeitos pesquisados: Os protagonistas

Durante as visitas feitas ao município para realização de pesquisa de campo fizemos um mapeamento das pessoas que seriam entrevistadas, no entanto, no momento em que nos dedicamos à realização das entrevistas, algumas pessoas consideradas informantes-chave não estavam na localidade como o prefeito, vice-prefeito, representantes da sociedade civil e o atual Secretário de Educação. Após o período de observação e pesquisa documental que ocorreu com mais densidade entre janeiro de 2008 a janeiro de 2009, realizamos as entrevistas no mesmo período em que realizamos o último momento de observação, na Semana Pedagógica promovida pela Secretaria de Educação do município.

Abaixo apresentamos um quadro que demonstra os sujeitos da pesquisa.

Tabela 3: Sujeitos da Pesquisa

Quantidade	Representação
2	Secretários da Educação
4	Sociedade Civil
3	Professoras
1	Gestora
1	Técnico da Secretaria de Educação

3.5.1 O Processo de Seleção dos Sujeitos da Pesquisa: Critérios Utilizados

Na perspectiva de compreender que repercussões, impactos e desdobramento podem ser percebidos no sentido da consolidação do poder local a partir das dinâmicas organizacionais e pedagógicas implementadas na educação de São Sebastião da Boa Vista, levamos em consideração, para a escolha dos sujeitos da pesquisa, o que afirma Chizzotti (2008, p. 83) de que na pesquisa qualitativa,

todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam um concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais como contexto geral da sociedade.

A intencionalidade era de que os sujeitos pudessem contribuir para o entendimento do problema em questão. Quem melhor do que as pessoas que estão envolvidas no processo de discussão, elaboração, implementação da política educacional para nos dizer o que vem acontecendo, seus sonhos, as dificuldades, os desafios, enfrentamentos, os consensos e dissensos, enfim, as contradições que se fazem presente?

As pessoas que estão diretamente ligadas são professores, diretores, técnicos da Secretaria de Educação e secretário de educação. Os outros entrevistados fazem parte das associações existentes no município, de sindicatos, cooperativas, poder legislativo entre outras.

No quadro abaixo demonstramos o perfil dos entrevistados.

Tabela 4: O Perfil dos entrevistados

Quant	Sexo	Idade	Formação	Profissão
1.	Masculino	36 anos	Superior	Pedagogo/Técnico Educação/Funcionário
2.	Masculino	40 anos	Superior Letras	Professor Licenciado, atualmente exerce cargo legislativo
3.	Masculino	40 anos	Superior Geógrafo	Presidente do Sindicato dos Professores e Professor
4.	Feminino	36 anos	Fundamental Incompleto	Funcionária Pública/Presidente da Associação de Mulheres Amigas de São Sebastião da Boa Vista
5.	Feminino	36 anos	Superior	Pedagoga/Diretora Escolar/Coordenadora de Pólo.
6.	Feminino	36 anos	Superior	Pedagoga/diretora de ensino/funcionária pública
7.	Feminino	38 anos	Superior	Professora Contratada
8.	Feminino	34 anos	Superior Historiadora	Professora Concursada
9.	Masculino	65 anos	Ensino Médio	Funcionário Público/Presidente Associação de Pescadores de São Sebastião da Boa Vista.
10.	Masculino	71 anos	Alfabetizado	Presidente Partido dos Trabalhadores
11	Masculino	33 anos	Magistério Superior incompleto Licenciatura em	Professor ex-coordenador escola Participante conselho escolar

			Matemática	
--	--	--	------------	--

O quadro acima nos mostra que em relação ao sexo, mais de 54, 54% é do sexo masculino e, 45, 45% do sexo feminino. Em relação a idade, 81, 81% deles estão entre 34 a 40 anos e somente 18,18% encontra-se entre os 65 a 71 anos. Sendo 100% das mulheres tem idade entre 34 a 38 anos e, entre os homens 66% entre 36 a 40 anos e, 33,3% entre 65 a 71 anos. Quanto a formação, 72,72% tem ensino superior completo, em que constatamos serem eles funcionários públicos, exercendo principalmente a função docente ou técnico-pedagógica; 27,272% tem ensino fundamental incompleto e um ensino médio completo, em que estes estão atuando no funcionalismo público como também nas associações e entidades da sociedade civil existentes no município.

3.6 Apresentação dos Dados Brutos: Pesquisa Documental, Observação e Entrevistas

3.6.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi desenvolvida em duas frentes. A primeira relaciona-se aos documentos que tratam da história do município do ponto de vista de sua origem, organização político-administrativo, estatísticas oficiais como as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, em que buscamos em seu banco de dados informações censitárias, perfil dos municípios brasileiros, da contagem da população e fotos e mapas do município na biblioteca digital²⁵.

No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) buscamos documentos sobre o inventário que o instituto realizou sobre as

²⁵ Conferir <http://www.ibge.gov.br/biblioteca>

festividades de São Sebastião na Ilha do Marajó²⁶, que compõe o Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN e do Ministério da Cultura – MINC.

Na Universidade Federal do Pará tivemos acesso: a Biblioteca Central da instituição à Coleção Amazônia que tem um acervo significativo sobre o Marajó, além da Biblioteca Prof. José Marcelino Monteiro Costa do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da mesma instituição e a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; fomos também à biblioteca Arthur Viana do Centro Cultural e Turístico (CENTUR)²⁷ que faz parte da Fundação Cultural Tancredo Neves (FCTN) da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT); biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) e do Centro de Biológicas e Saúde (CCBS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), além do Arquivo Público do Estado do Pará que buscamos a história do município através de relatórios, leis, mapas e fotografias. No sítio da Biblioteca Nacional digital encontramos documentos do período colonial, fotos, mapas e gravuras digitalizadas. Apesar do pouco material encontrado sobre o Marajó é um espaço importante para o aprofundamento de pesquisas que caracterizam-se como históricas ou que se utilizam da abordagem historiográfica em um momento específico da investigação.

Em São Sebastião da Boa Vista, segunda frente de trabalho nos dirigimos à Biblioteca Municipal Jarbas Passarinho que não possui arquivo com documentos que aborde sua história, apenas um livro sobre os municípios paraenses, em que o referido volume, trata da origem histórica, economia e políticas dos municípios que compõem o Arquipélago do Marajó. A auxiliar de

²⁶ Tratou-se de uma pesquisa realizada no período de 2004 a 2006, em 12 (doze) Municípios da Ilha, com exposições, de comidas, bebidas, eventos culturais de cada município como Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

²⁷ A biblioteca Arthur Viana possui um arquivo de Obras do Pará e de obras raras, atuando assim como depositária e disseminadora da documentação histórico-cultural paraense. Condensa em seu acervo um significativo número de obras escritas por autores paraenses e por assuntos relacionados ao Estado e à Região, tais como livros, folhetos, relatórios, diários oficiais, além da coleção de jornais editados no Pará, considerada uma das mais completas do Brasil; e, de obras raras que dispõem de um dos acervos mais significativos e de alto valor histórico destinado à pesquisadores, constituído de livros, folhetos, periódicos, álbuns, etc, dos séc. XVII a XX. Disponível em: <http://fcptn.pa.gov.br> acessado em: 14/03/2010.

biblioteca Ocilena Nogueira Rodrigues informou que é o único exemplar e a única referência que possuem para indicar aos alunos e alunas da rede municipal e estadual que buscam as mesmas informações que a pesquisadora.

Resultado da Pesquisa Documental

Tabela 5: Resultado da Pesquisa Documental

Outros Documentos	Documentos do Município	Educação a partir de 2004
<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal de 1988 • Constituição do Estado do Pará • Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo • Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (educação do campo) Estatística Municipal de 2007 – Governo do Pará/SEPOF • Plano Nacional de Educação – PNE • LDB 9394/96 • Resoluções Tribunais de Contas dos Municípios do Estado do Pará • INEP • IBGE 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica do Município • Atas Reuniões de Elaboração do Plano Diretor • Plano Diretor do Município • Mapas • Fotos • Relatórios Reuniões de Avaliação do Governo • Relação das Entidades da Sociedade Civil • Relação Setor Privado (comércio e prestação de serviços) • Plano de Governo • Lei nº 004/97 de 12/05/1997 - Dispõe sobre a Política de Assistência Social Municipal e dá outras Providências • Pesquisa Avaliação Governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Atas das Pré-conferências • Edital nº 001/2007 – Convoca os órgãos e entidades públicas, a sociedade civil e demais interessados a participar da I Conferência Municipal de Educação. • Folder de Divulgação da I Conferência Municipal de Educação • Folder de Divulgação do II Forum Mesorregionla de Educação do Campo – Marajó; • Regimento Interno da I Conf. de Educação de SSBV • Ata da I Conferência Municipal de Educação SSBV • Proposta Educacional • Projeto de Lei nº 193/2009 - Criação do Conselho Municipal de Educação • Projeto de Lei nº. 198/2009 – Novo Plano de Cargos, Carreira e remuneração dos trabalhadores em educação do município de SSBV • Regimento unificado das Escolas de SSBV • Documentos da Secretaria de Educação • Plano Municipal de Educação (Proposta) • Estrutura Básica dos Órgãos da

		<p>Administração Direta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Organizacional da SEMED • Carta Educacional de 2007 • Avaliação da Educação – Reunião Avaliação Governo • Plano Diretor do Município • Plano de Ações Articuladas – PAR (Diagnóstico e Monitoramento) • Quadro Estatístico da Educação • Editais de Concurso para a Secretaria de Educação
--	--	--

Os documentos tiveram papel importante para o desenvolvimento da pesquisa, contribuíram de forma significativa para a construção do capítulo II em que buscamos evidenciar a origem do município considerando os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais e o referido capítulo que trata da descrição da pesquisa, além de complementar as entrevistas e as observações no momento de análise dos dados.

As dificuldades estão relacionadas a inexistência de documentos e falta de arquivamento dos existentes. Tal fato foi percebido, principalmente, durante as visitas ao município em que a maioria da documentação que tivemos acesso, foram conseguidas através dos (as) entrevistados (as) que possuíam arquivo pessoal.

3.6.2 Observação

No total, seis viagens foram feitas ao município para o desenvolvimento da pesquisa de campo. De fevereiro de 2007 a janeiro de 2010. Abaixo segue o resultados das observações realizadas.

3.6.2.1 Audiência Pública Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó

A primeira visita realizada, em fevereiro de 2007, teve como objetivo acompanhar como observadora, uma das cinco audiências públicas que visava discutir em conjunto com a sociedade civil e sociedade política (Governo Federal, Estadual e Municipal) o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó como descrevemos no capítulo II. Um evento que reuniu 607 pessoas dos municípios de Curralinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, no Centro Comunitário São Sebastião.

Serviu como um primeiro contato com o contexto, no sentido de perceber e sentir o que estava acontecendo no município desde que o Partido dos Trabalhadores ganhou a eleição em 2004 e iniciava o Mandato Governo Caboclo, governo popular, sustentado pelos princípios democráticos como eles denominam em seus documentos.

Durante a Audiência Pública tivemos como primeira preocupação saber quem eram as pessoas que poderiam ser os informantes-chave da pesquisa, aqueles que poderiam indicar com quem eu deveria conversar, pegar informações e documentos. Tive oportunidade de ouvir algumas dessas pessoas discursando na abertura do evento como o presidente da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais Extrativistas de São Sebastião da Boa Vista, o prefeito Laércio Pereira, o vice-prefeito Getúlio Brabo, representante da Igreja Católica, o Padre Raimundo Mendes, o Secretário de Educação na época, professor Marinaldo Reis entre outros.

A abertura do evento foi importante para compreendermos o que espera a população do Marajó das entidades de primeiro e segundo grau na ordem

federativa do Estado brasileiro. Os discursos versavam principalmente sobre os aspectos econômicos e sociais dos municípios, o abandono histórico, a falta de planejamentos que efetivamente proporcionassem um outro modo de vida às pessoas do lugar, que tivessem caráter de continuidade, assim como apresentaram seus anseios diante de um plano que visava tal mudança.

No retorno à Belém nos deparamos com a precariedade do transporte fluvial na Ilha do Marajó. Em decorrência do número expressivo de participantes na audiência, advindos da capital do estado, a capacidade de passageiros para os camarotes excedeu, ou seja, além da demanda ser maior que a oferta para os camarotes, não havia espaço suficiente para redes, diante disso dividimos o espaço com os outros grupos e guardamos as bagagens. A falta de uma comunicação adequada entre a organização do evento e os prestadores de serviço desencadeou esse problema.

3.6.2.2 I Conferência Municipal de Educação e o II Fórum Mesorregional de Educação do Campo - Marajó

No mesmo ano, no mês de maio, retornamos ao município para participar da I Conferência Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista e II Fórum Mesorregional de Educação do Campo - Marajó. Passamos quatro dias no município. Nesse momento começamos a fazer os primeiros contatos com os supostos sujeitos da pesquisa de forma mais efetiva e sistematizada, além de iniciar a pesquisa documental.

Aproveitamos para pré-testar o instrumento de pesquisa, nesse caso, o roteiro de entrevista com 4 (quatro) pessoas afim de avaliarmos se estava bem elaborado e condizente com o problema de pesquisa.

Observamos um número significativo de participantes. Desde 7:30h da manhã, do dia 17 de maio de 2007, que delegados e observadores reuniam-se em frente ao *Centro Comunitário São Sebastião* para o credenciamento. Sob o tema *Cidadania: Compromisso e Responsabilidade Social*, o evento reuniu,

segundo informações dos técnicos da SEMED, mais de 400 pessoas, número considerado acima do aguardado. Segundo a SEMED

objetivo maior desta ação foi o de trazer para o debate - a luz das pré-conferências realizadas nas escolas pólos do meio rural e na cidade – o resultado de uma diagnose sobre o aspecto educacional deste município do período compreendido entre 2005 a 2007 e sistematizar um conjunto de metas, objetivos e proposições, que se definiriam objetivamente quando da elaboração do conteúdo final do Plano Municipal de Educação; acrescenta-se a esta finalidade a intenção de mobilizar os segmentos e entidades à participação na II Conferência Municipal de Educação que, dois anos após, certamente aconteceria. (2009, p. 14).

Além das mesas de discussão em que *Concepção de Educação (Cidadania, Democracia, Currículo, Gestão, Compromisso social)*, *valorização dos profissionais da educação e qualidade de ensino com enfoque à educação do campo* foram apresentadas pelos palestrantes convidados com ampla participação dos delegados nos debates; foram constituídos 4 (quatro) grupos de trabalho: acesso e permanência, valorização dos profissionais, qualidade no ensino e modalidades de ensino que objetivavam à elaboração das *Diretrizes Operacionais e de Políticas Públicas para a educação do município* (SEMED, 2007) futuramente o Plano Municipal de Educação.

No decorrer do evento foi proporcionado ao participantes apresentações artísticas em que destacamos que ora possuíam caráter religioso em que coreografias com músicas gospel como a apresentada pela escola Rei Salomão: *“Hoje tudo vai mudar, Deus está na tua frente renovando os teus sonhos. Ninguém é capaz de destruir os teus sonhos, porque eles são projetos de Deus”* (SEMED, 2007, p. 3) e a apresentação da escola Alacid Nunes, do Pólo Pracuuba Miri cuja temática versou sobre *Carimbó, (pescador e agricultor)*, uma dança típica paraense. Um encontro entre o religioso e o profano. Além de um momento destinado à poesia, tivemos a oportunidade de conhecer o artesanato do município produzido pelos alunos e alunas das escolas da rede municipal de ensino que ficou em exposição durante a Conferência.

No momento destinado à plenária para socialização dos Grupos de Trabalho e aprovação das proposições verificamos que os delegados queriam aprová-las, em sua maioria, a curto prazo, esse fato, demonstrava a emergência e urgência na busca de solução para os problemas da educação. Foi o momento da Conferência em que verificamos a constituição de uma arena de disputas como poderá ser verificado na descrição da pesquisa. O evento terminou as 19h do dia 18 de maio de 2007 com a escolha dos delegados para a I Conferência Estadual de Educação que ocorreria em janeiro de 2008 em Belém, capital do estado do Pará.

Figura 3: Mesa Abertura I Conferência Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista



Figura 5: Participantes da I Conferência Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista



Figura 4: GT's I Conferência Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007

O II Fórum Mesorregional de Educação do Campo do Marajó ocorreu entre os dias 19 e 20 de maio de 2007 e teve como objetivo configurar-se *como*

- 1) *um espaço plural e democrático da interação entre atores sociais e institucionais, buscando efetivar práticas e políticas educacionais voltadas à mesorregião do Marajó;*
- 2) *a partir das discussões coletivas e troca de experiências com a participação de instituições acadêmicas, entidades da sociedade civil e movimentos sociais, propõe-se a implementação de ações voltadas para a educação do campo e desenvolvimento rural sustentável da mesorregião e ainda a constituição de documento a ser encaminhado aos debates do III Seminário Estadual de Educação do Campo.*

Figura 6: Faixa Mobilização à Participação II Forum Mesorregional de Educação do Campo – Marajó



Figura 7: Mesa de Abertura do II Fórum Mesorregional de Educação do Campo - Marajó



Figura 8: Participantes do II Forum Mesorregional de Educação do Campo – Marajó



3.6.2.3 Reunião de Avaliação de Desempenho do Governo Popular – Mandato Caboclo

Nos dias 05 e 06 de janeiro de 2008 participamos de uma das reuniões de avaliação do primeiro mandato do Governo Popular – Mandato Caboclo, na sede campestre “Malocão Pereira”, zona rural de São Sebastião da Boa Vista.

Nos deslocamos da sede do município ao local através de uma pequena embarcação, comum na Amazônia, chamada “rabeta”. Permanecemos no local durante o dia e, retornamos à sede do município à noite, apesar de que estava previsto que o grupo pernoitasse no lugar, no entanto, para os “desacostumados” enfrentar os “carapanãs” (pernilongo), o frio advindo da floresta e dormir em rede não foi algo enfrentado com tanta facilidade pela pesquisadora e pelo professor Dr. Orlando Nobre que participou da reunião como consultor educacional do município. Mas, a dúvida permanência, como seria o retorno, uma vez que não havia embarcações para fazer o nosso transporte? Até o momento não sabemos explicar de onde apareceu uma “bendita rabeta”. O novo desafio e aventura era enfrentar a escuridão da noite, o rio, a floresta e a possibilidade de sermos surpreendidos pelos habitantes do lugar: cobras, jacarés, botos e, o motor da embarcação que tem trazido problemas sérios de escarpelamento das mulheres marajoaras etc. Chegamos bem e “salvos” é bem verdade, o maior perigo éramos nós, que não nos permitimos contemplar o luar, sentir o cheiro de “floresta” para afirmar ser ar puro como também sentir a força das águas nas mãos, nos pés, pois por conta do tamanho da “rabeta” era incontrolável a presença de água dentro da embarcação. Tivemos papel importante: pegar as latas e tirar a água.

Mas retomando à reunião, a dinâmica foi a seguinte: após orientações iniciais dos coordenadores, as pessoas que estavam participando apresentaram-se, inclusive a pesquisadora, pois havia um entendimento de que era um ser alheio as coisas que vinham acontecendo no município. Perguntavam quais os motivos de estar lá. Posteriormente o prefeito falou sobre a necessidade de abordar os avanços e os limites do governo. Era um desafio também por ser um ano eleitoral. Nessa ocasião os secretários da

educação, saúde, assistência social, urbanismo, meio ambiente e secretaria de agricultura além do setor jurídico municipal expuseram as ações realizadas por cada secretaria no período correspondente. Após cada apresentação seguiu o debate entre os presentes. Posteriormente, os resultados da pesquisa encomendada pelo executivo municipal sobre o desempenho do governo foram divulgados. A educação foi bem avaliada por 50 % dos entrevistados, o que contribuiu para a compreensão de que esse resultado teve papel importante para a reeleição do prefeito Laércio Pereira nas eleições municipais de 2008. Como também os problemas enfrentados pela Secretaria de Saúde também serviram como plataforma central de campanha, assim como saneamento básico, água potável, lixo, desemprego, violência, drogas etc.

3.6.2.4 Diagnóstico do Plano de Ações Articuladas (PAR)

Além da I Conferência Municipal um momento considerado importante na realização da pesquisa de campo foi a observação realizada durante a elaboração do diagnóstico do Plano de Ações Articuladas (PAR) - Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação” que compõe o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (MEC).

Após não ter alcançado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ficando entre os 1.242 municípios brasileiros com os mais baixos indicadores, o gestor municipal aderiu ao referido termo que nos levou ao município. O consultor do MEC destacado foi o prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza do Instituto de Educação (ICED) da UFPA.

A elaboração do PAR teve duração de 4 (quatro) dias, no mês de fevereiro de 2008, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio “Padre José de Anchieta”, localizada na sede do município. Um trabalho intenso que exigiu do comitê um nível de detalhamento das informações de modo aprofundado.

Algo que chamou atenção foi a composição do comitê, em sua maioria, os integrantes eram funcionários públicos, em especial, da Secretaria de

Educação. Dos 14 componentes nove (9) estão na administração pública e, os outros seis (6) faziam parte da sociedade civil e representantes de pais e dos alunos.

Foi oportuno participar para observar se os princípios e razões do PDE figuraram com centralidade na elaboração do PAR de São Sebastião da Boa Vista, algo que poderá ser melhor visualizado na descrição da pesquisa. Resultante desse momento tivemos acesso a 150 páginas de informações sobre a educação do município e, aproveitamos para fazer contatos com os integrantes do comitê para futuras conversas informais e se necessário a realização de entrevistas.

Também foi possível nesse momento ter acesso a Lei Orgânica do Município, as atas das pré-conferências e outros documentos da SEMED. Em relação as pré-conferências, não foi possível realizar observações, pois iniciaram antes de entrarmos em campo. Assim como não foi possível também acompanhar a realização da II Conferência Municipal de Educação que ocorreu nos dias 16 e 17 de maio de 2009 e teve como tema: *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação*

Em decorrência das atividades acadêmicas na PUC-SP e momento destinado à escrita do material de qualificação da tese não foi possível participar desse momento.

3.6.2.5 *Semana Pedagógica*

Em fevereiro de 2009 fizemos nossa penúltima viagem para realizar as entrevistas e em busca de novos documentos e informações. Nesse mesmo período estava acontecendo a Semana Pedagógica do Município em que pude fazer mais observações e sentir o que estava acontecendo na localidade.

As observações não aconteceram em todas os momentos da Semana Pedagógica, demos atenção a sessão de abertura_ registrando a presença do representante da SEDUC professor José Pedro, professor Dr. Orlando Nobre

da UFPA, prof. Wilson Carlos do SINTEPP, Marinaldo Reis representante do legislativo, professora Raimunda Mendes entre outros _ e, para os momentos de plenária por dois motivos: 1) na abertura encontraríamos os sujeitos da pesquisa (professores, técnicos da Secretaria, legislativo, executivo, sociedade civil etc.) e 2) devido a agenda (horário e dia) das pessoas que se disponibilizaram a dar seus depoimentos.

3.6.2.6 *Seminário Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Marajó*

No dia 28 de janeiro de 2010 a última viagem foi realizada da etapa de pesquisa de campo objetivou-se o acesso aos documentos do Plano Diretor Municipal, da Secretaria de Assistência Social e do Monitoramento do PAR entre outros.

Nessa viagem nos deparamos com a realização do Seminário sobre o Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Marajó que estava acontecendo na Prefeitura do Município que teve como finalidade *“integrar as ações governamentais no Território; conhecer as ações do poder público federal e estadual no âmbito de suas atribuições e competências; identificar as ações existentes para o Marajó e discutir os meios necessário (estabelecer parcerias) para que novas ações sejam passíveis de implementação.*

Esse momento não foi dedicado à observação por não tratar da questão educacional, apesar de focar no desenvolvimento dos municípios que compõem o arquipélago e a educação tem papel fundamental nesse processo.

Em síntese, durante a pesquisa de campo realizamos num primeiro momento o que denominamos de sondagem com as pessoas que consideramos informantes-chave, que

não apenas nos fornecem percepções e interpretações sob um assunto, como também podem sugerir fontes nas quais se podem buscar evidências corroborativas ou contrárias_ e pode-se iniciar a busca a essas evidências (ibidem).

Essas pessoas contaram um pouco de tudo. A história do município, as dificuldades enfrentadas nos últimos anos por conta da má administração da ex-prefeita, as expectativas com o novo governo, o que justificava a sua participação nas conferências, audiências e na militância seja ela, nos partidos políticos ou nas entidades, movimentos sociais e associações da sociedade civil.

Posteriormente realizamos as entrevistas seguindo o roteiro anexo A com onze (11) entrevistados conforme mostrado quadro 4. O resultado das entrevistas poderá ser verificado no item destinado a descrição como também na análise dos dados.

3.7 Deslindando a trama de fios: A descrição do caso

Como anteriormente apresentamos, adotamos a descrição como estratégia analítica geral para esse estudo como sugere Yin (2005). O objetivo foi trabalhar com a descrição no sentido de organizar o estudo e proporcionar uma compreensão aprofundada do caso. Segundo Chizzotti (2006)

O investigador segue uma indução analítica (BOGDAN; BIKLEN, 1994), recolhendo e analisando dados singulares a fim de desenvolver um modelo descritivo que englobe todas as instâncias do fenômeno e autorize a apresentar, didaticamente, as lições aprendidas ou as descobertas feitas a partir do caso estudado.

A organização da descrição foi realizada a partir de uma estrutura cronológica, isso quer dizer que *“a sequência dos capítulos ou das seções dever obedecer às fases iniciais, intermediárias e finais da história de um caso”* (YIN, 2005, p. 184).

3.7.1 *A ruptura com velhas práticas de gestão: o constructo de uma nova institucionalidade política*

O poder pode ser instituído de cima para baixo, mas não silenciar os indivíduos que a ele se submetem. (NOGUEIRA, 2008, p. 77).

O discurso dos defensores do projeto político neoliberal em relação à necessidade da reforma do Estado e da implantação de um novo modelo de gestão pública assentava-se na idéia de que a administração burocrática deveria ser superada e colocada em prática a administração gerencial.

Essa ruptura tem um significado mais profundo quando nos referimos à Amazônia. Uma região em que o atraso, por muito tempo, foi considerado uma estratégia político-econômica importante para a manutenção do poder nas mãos das oligarquias regionais. Local onde impera o mandonismo, o clientelismo e o patrimonialismo etc. *vícios da política tradicional* (CARVALHO, 1997) uma estrutura que não condiz com as perspectivas do capital na atualidade, pois emperra o desenvolvimento econômico do país calcado em seus pressupostos. Segundo Coelho (2008)

O interior da Amazônia, ainda tem sua estrutura política assentada na aristocracia rural, no coronelismo, os quais exercem o poder político em quase totalidade dos municípios, atuando inclusive na gestão pública, usufruindo das benesses dos cargos. Na maioria dos municípios, detecta-se uma sociedade civil frágil, como na maioria do interior do país, com uma população dispersa, com baixo nível organizativo e problema de comunicação em função das dificuldades geográficas e de acesso ao seu interior. Tal cenário é propício ao controle político por pequenos grupos à improbidade administrativa e à violência no campo. (p.74).

Para a realidade amazônica faz sentido a observação de Marx, em *O Capital*, comentada por Faoro (2001) quando esclarece que os países da Europa continental por não conseguirem acompanhar o ritmo da Inglaterra “condutora do mundo, sofriam não apenas a pressão atormentadora de fora, mas as deficiências do desenvolvimento incompleto” (p. 821). Para o autor

[...] a adaptação ao ritmo mundial impõe a combinação original de bases diversas do processo histórico. “Selvagens lançaram fora os arcos e flechas e apanharam imediatamente os fuzis, sem percorrer o caminho que havia entre essas duas armas no passado.” “A desigualdade do ritmo,” – prossegue mais tarde – “que é a mais geral das leis do processo histórico, manifesta-se com especial rigor no destino dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade do ritmo decorre outra lei que, na falta de melhor nome, pode denominar-se lei do desenvolvimento combinado, no sentido da aproximação das etapas diversas, da combinação de fases discordantes, da amálgama de formas arcaicas com as modernas. (p. 821).

O modelo gerencial trouxe transformações no processo de formulação e implementação das políticas sociais, no caso pesquisado, a política educacional como veremos mais à frente. Chama-nos atenção o fato de que a ruptura com as denominadas velhas práticas de gestão, no caso da municipalidade pesquisada, é necessária não só para edificar o modelo de sociedade defendida pelos neoliberais, mas também o condizente com as perspectivas de quem defende uma sociedade democrática substantiva.

Para os municípios que ganharam poder na reforma institucional, um grande desafio foi posto. A partir do momento em que foram considerados entes federativos com autonomia para determinar sua organização administrativa e passaram a assumir novas responsabilidades, antes exclusivas do Governo Federal e Estadual, ganhando “*maiores competências no que diz respeito às políticas sociais*” (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 16) seu papel é de demonstrar sua capacidade “*de dar respostas a esse novo cenário econômico e social*”, ou seja, fazer com que seu governo seja considerado uma *best pratics* implementando novas práticas de gestão não concordantes com o modelo burocrático vigente até então. Santos Junior (2001) que

[...] se desenvolve uma reforma institucional no país, caracterizada pela descentralização das políticas públicas, amplamente disseminada pelos municípios brasileiros. Essa disseminação está promovendo um processo de profundas mudanças nas instituições de governo local, bem como no debate sobre o papel e a gestão das cidades, materializada em novas formas de organização do poder local, em um contexto

de crescentes municipalização das políticas sociais e descentralização administrativa (p. 11).

Essas mudanças ao terem seu enfoque na eficiência e na eficácia da prestação de serviços públicos, as reais possibilidades de garantir transformações nas esferas de governo local parecem duvidosas ao considerarmos que a reforma institucional vivenciada pelo país, a partir da década de 90, é regida pelo novo modelo da gestão pública que objetiva atender as novas demandas do capital, portanto, colocar em prática tais mudanças é criar estruturas acordantes com o modelo de desenvolvimento econômico desconsiderando o social e o político e, em última instância, parece não se preocupar em constituir *“um governo democrático e um instrumento de promoção da justiça social e da cidadania”* (idem, p. 31). O horizonte é de que

Apesar de a reforma institucional em curso apontar para um novo modelo de gestão, ***existem condições sociais, políticas e institucionais adversas na perspectiva de instituição do modelo de governança democrática das cidades no Brasil.*** (idem, p. 20, grifo nosso).

São Sebastião da Boa Vista demonstra ser um desses casos que reúnem condições adversas. O processo de construção de sua política educacional vislumbra romper com as estruturas das tradicionais práticas políticas e colocou-se na perspectiva de não concordância com as determinações advindas do projeto político neoliberal. No entanto, não podemos desconsiderar que exista tanto complementaridade quanto também tensões. Apresentaremos abaixo como se conformam essas questões na especificidade do município marajoara.

3.7.2 A Gênese: A transição democrática no Brasil e os reflexos em São Sebastião da Boa Vista

Apontar como gênese do processo de mudança, sonhada pela população de São Sebastião da Boa Vista, a transição democrática brasileira soaria como absurdo caso não considerássemos o processo histórico, pois a luta por melhores condições de vida esteve presente na municipalidade, apesar de não se constituir foco de análise, sabemos por exemplo, que o movimento revolucionário Cabanagem²⁸ ocorrido no século XIX no estado do Pará que também se estabeleceu na Ilha do Marajó foi significativo nesse processo. Mas, o período posterior à Ditadura Militar, na década de 1980, segundo Duriguetto (2007) em que

[...] assistimos a uma reativação dos movimentos sociais, de base operária e popular, em múltiplas e diferentes formas de organização e de expressão de conteúdos reivindicativos. Uma pluralidade de movimentos sociais de diversos matizes multiplicaram-se por todo o país, constituindo uma vasta teia de organizações que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais [...] Tais organizações, reivindicações e demandas pela consolidação de novos direitos passam a constituir o enredo da tão propalada descoberta ou redescoberta da sociedade civil, enredo que é enlaçado por referência fundamental: a luta pela cidadania. (p. 150)

²⁸ Rebelião social de negros, índios, mulatos, cafusos, mestiços, tapuios (índios destribalizados) e brancos das camadas mais pobres da sociedade, os quais habitavam em cabanas à beira dos rios e igarapés. As origens das ações estão nas lutas pela independência do Brasil, mas foi a partir de 1822 que a agitação social tomou gradativamente feições populares, até desembocar num movimento armado em 1835, que toma o poder da Província e expulsa o então representante da corte imperial. Mas o desenrolar efetivo do movimento ocorreu entre 1835 e 1836, quando os cabanos no poder, em Belém do Pará, constituem o primeiro e único governo popular de base índio-camponesa da História do Brasil no período

No período da ditadura militar a sociedade civil na Amazônia foi duramente combatida. Segundo Coelho (2008).

[...] O governo militar centralizador sufocou, pelo menos por mais de uma década, as organizações da sociedade civil na região, colocando sob seu domínio aparelhos privados de hegemonia como: sindicatos, partidos, imprensa e as escolas. (p. 74).

Apesar do isolamento geográfico a mobilização em torno da luta contra o Estado de exceção também esteve presente no município através das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica²⁹, mas a organização de forma mais efetiva começa a se estabelecer no período de transição democrática em que o horizonte de luta passou a ser o aprofundamento da democracia no país. Segundo Coelho (2008)

Na Amazônia a mobilização social cresceu com a mudança de direção política dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Colônia de Pescadores, Movimentos de Mulheres Trabalhadoras no Campo e na Cidade. Tais Movimentos fortemente influenciados pelas **Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e por partidos de esquerda** como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o PT, **traziam em seu bojo o desejo de democratização das instituições do Estado, além de influenciar nas políticas públicas de saúde, moradia e educação.** (p. 76).

mais efetivo (...) GOHN (2003, p.34). Para aprofundar consultar ALVES FILHO; SOUZA JUNIOR; MAIA (2001).

²⁹ As CEBs surgiram inicialmente nas zonas rurais, especialmente no nordeste. Foram parte da nova política das pastorais da Igreja Católica no Brasil, com o Plano de Emergência e depois da Pastoral de Conjunto. Em 1968 o congresso de Medellín, na Colômbia, sistematizou a versão latino-americana para a participação da Igreja no meio popular. Em 1978, em Puebla, reafirmou-se a opção por uma Igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na Terra. O Cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais. A Teologia da Libertação, sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros os irmãos Boff, para a ser o principal guia espiritual das CEBs. (GOHN, 2003, p. 110)

A Igreja Católica também teve um papel fundamental na criação do Partido dos Trabalhadores em São Sebastião da Boa Vista, assim como em outros municípios do Arquipélago do Marajó, a exemplo, Gurupá³⁰. Segundo o Presidente da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais Extrativistas de São Sebastião da Boa Vista (APAEBV), senhor Raul Tavares

Foi na década de 1980, lá pelos anos de 1984-1985 dentro do processo de democratização do País. Primeiramente nas bases da Igreja Católica, nas CEB's; aí nós trabalhamos a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e aí começamos o processo de organização da companheirada.

O ex-presidente e um dos fundadores do partido no município, senhor Canuto Serrão Marinho³¹ descreve como foi o protagonismo

Nós visitamos bastante as igrejas quando fomos criar o sindicato, o PT do município. Nós visitávamos as Igrejas através das Comunidades Eclesiais de Base na zona rural. (...) Eu era filiado ao PMDB quando o PT foi criado. Nós saímos do PMDB. Em 1984 nós começamos uma luta pelo sindicato. E essa luta pelo sindicato dos trabalhadores rurais, em que o companheiro Getúlio foi o presidente e eu fui tesoureiro etc. O PT aqui no município foi criado por um pequeno grupozinho quando nós fizemos uma comissão provisória para acompanhar a eleição do Antonio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) que foi candidato a deputado estadual. No principio o PT sofreu muito com aquela história de que era comunista era isso, era aquilo, mas hoje em dia as pessoas estão vindo para o PT pelo trabalho que está se fazendo. Nós começamos mesmo a criar o partido em 1986. Essas pessoas que estiveram aqui para nos orientar, nos ajudar é o Avelino Ganzer, Antonio Pereira e Paulo Rocha; aquele outro que não é mais do PT agora é do PV, o José Carlos, então essa é a luta, mas nós andamos muito, nós fomos pelo Rio eu e Getúlio participar dos Congressos do partido, nós fomos em Brasília e, em Belém nós íamos em todos os encontros afim de buscar conhecimento para poder formar o partido. Nós começamos o trabalho nas comunidades rurais, com o companheiro Getúlio, em visita pelo sindicato rural. Nós

³⁰ Para aprofundar a criação do PT em Gurupá consultar obra de PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Jinkings, 1996.

³¹ A cinco (5) anos o senhor Canuto é servidor público no município, ocupando o cargo de chefe do almoxarifado municipal.

visitamos todas as comunidades quando nós fomos fazer a chapa do partido.

O PT no município não tem memória. Não existe sede e nem arquivo dos documentos que nos ajudasse a contar de forma pormenorizada como começa o trabalho de criação e organização do partido que existe a 24 anos. Alguns documentos (destinados ao Tribunal Regional do Trabalho – TRE Pará) estavam guardados na casa do senhor José Edivaldo Marques Vales, Secretário de Administração e Finanças da prefeitura municipal, conhecido como “Chocolate”, mesmo assim, não tivemos acesso.

A luta do partido dos trabalhadores, em São Sebastião da Boa Vista continuou, assim como das associações, entidades e movimentos. As ações estiveram voltadas para a questão político-partidária com o pensamento nas eleições municipais de 1988 como uma das possibilidades de libertação de uma realidade de miséria e empobrecimento da população boavistense, em que a democracia direta, através da representação iniciou-se o processo de implementação de um projeto de “*sociedade igualitário, no qual a justiça social possa (pudesse) se efetivar*” (ZANARDI, 2009, p. 83).

O senhor Canuto sintetiza o percurso do PT enquanto ação político-partidária

Nas **eleições de 1988** nós lançamos candidatos: Laércio prefeito, Getulio vereador e eu fui um dos candidatos também para vereador, mas eu não me elegi. Eram poucos candidatos, fizemos o consenso eleitoral pra um. Eu fui o terceiro mais votado mas fiquei de fora por conta do consenso eleitoral do partido. E aí quando foi **na outra eleição** tinham vários candidatos não cheguei lá também, foi o Getúlio. Dois mandatos, só ele. Na terceira candidatura fui eleito, em **1996**³². Quatro anos de mandato ate o ano 2000, em 2000 fui reeleito para o mandato até 2004. O companheiro Getúlio foi direto, dezesseis anos. Já está com dois mandatos de vice-prefeito. (grifo nosso)

³² Nas eleições municipais de 1996 Laércio Pereira foi candidato a vice-prefeito concorrendo na chapa do candidato do PSDB Benedito Odival Oliveira Gomes. Ganharam as eleições, mas o prefeito foi afastado do cargo por improbidade administrativa, ficando a frente do município até o mês de setembro de 2000. O vice assume o cargo no período de 18 de outubro de 2000 a 31/12/2000.

Os quadros abaixo demonstram o percurso³³ do PT a partir das eleições do ano 2000 a 2008.

Tabela 6: Eleições 2000 - apuração para prefeito

Candidato	Partido	Número de votos
VIOLETA DE MONFREDO BORGES GUIMARÃES	PFL	3 003
LAÉRCIO RODRIGUES PEREIRA	PT	2 814
BENEDITO ODIVAL OLIVEIRA GOMES	PSDB	2 075
BENEDITO MARIO TAVARES PEREIRA	PTB	196
Votos Brancos	-	69
Votos Nulos	-	484
Comparecimento	-	8 641
Abstenções	-	2 011

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2000

Tabela 7: Eleições 2000 - apuração para vereador

Candidatos eleitos	Partido	Número de votos
JOSÉ RAIMUNDO TAVARES PEREIRA	PT	165
CANUTO SERRÃO MARINHO	PT	187
GETULIO BRABO DE SOUZA	PT	301
GILDA MARIA FERREIRA FRAZÃO	PMDB	199
GUARACY FERREIRA FRAZÃO	PMDB	214
FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO FARIAS	PFL	273
JOSÉ ALVES BARRETO	PFL	243
ADEMAR DA SILVA GOMES	PSDB	292
MILTON NASCIMENTO TAVARES	PSDB	192
Votos Brancos	-	71
Votos Nulos	-	236
Comparecimento	-	8 641
Abstenções	-	2 011

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2000

³³ Não tivemos acesso até o encerramento da pesquisa aos dados estatísticos das eleições de 1988 a 1996. Sabemos que em 1989-1992 Juarez Távora Guimarães foi eleito prefeito; Erminda Lobato Borges exerceu o cargo entre 1993-1996; Benedito Odival Oliveira Gomes elegeu-se para o mandato de 1997-2000 e Violeta Monfredo Borges Guimarães entre 2001-2004.

Tabela 8: Eleições 2004 - apuração para vereador

Candidatos eleitos	Partido	Número de votos	% (em relação aos votos válidos)	% (em relação ao total de votos)
REINALDO DE SOUZA E SILVA	PT	357	3,63	3,53
MIGUEL MACEDO BITTENCOURT	PDT	318	3,23	3,14
RAIMUNDO NONATO PINHEIRO FARIAS	PFL	273	2,78	2,70
WILLAMIS CHAVES NORONHA	PSDB	220	2,24	2,17
RAIMUNDA AUGUSTA PANTOJA BARBOSA	PT	326	3,32	3,22
JUSCELINO GOMES DE JESUS	PFL	239	2,43	2,36
JOSÉ ROSA PEREIRA	PSB	230	2,34	2,27
Votos Brancos	-	64	-	0,63

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2004

Tabela 9: Eleições 2008 - apuração para prefeito

Candidato	Partido	Número de votos	% (em relação aos votos válidos)	% (em relação ao total de votos)
LAERCIO RODRIGUES PEREIRA *	PT	7 783	65,26	61,63
ANTENOR FONSECA DE OLIVEIRA	PSL	4 144	34,74	32,82
Votos Brancos	-	148	-	1,17
Votos Nulos	-	553	-	4,38
Comparecimento	-	12 628	-	84,20
Abstenções	-	2 369	-	15,80

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2008

Tabela 10: Eleições 2008 - apuração para vereador

Candidatos eleitos	Partido	Número de votos	% (em relação aos votos válidos)	% (em relação ao total de votos)
REINALDO DE SOUZA E SILVA	PT	652	5,51	5,16
DORIEDSON TEIXEIRA DA SILVA	PSB	627	5,30	4,97
RAIMUNDA AUGUSTA PANTOJA BARBOSA	PT	563	4,75	4,46
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA TEIXEIRA	P#B	561	4,74	4,44
MARINALDO DO SOCORRO FERREIRA REIS	PT	486	4,10	3,85
MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA SOUZA	PT	443	3,74	3,51

MIGUEL MACEDO BITTENCOURT	PDT	385	3,25	3,05
ALAIRSON CARDOSO DA SILVA	PDT	341	2,88	2,70
JOSÉ ROSA PEREIRA	PSB	310	2,62	2,45
Votos Brancos	-	101	-	0,80
Votos Nulos	-	686	-	5,43
Comparecimento	-	12 628	-	84,20
Abstenções	-	2 369	-	15,80

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2008

Os quadros mostram a crescente aceitação do PT nos processos eleitorais tanto para o executivo quanto ao legislativo, um diferencial, pois por muito tempo foi visto com “temor”

No principio o PT **sofreu muito com aquela história de que era comunista**. Era isso, era aquilo, **mas hoje em dia as pessoas estão vindo para o PT pelo trabalho que está se fazendo**.

E ai o partido foi crescendo e eu fui presidente duas vezes e dia treze de fevereiro vou entregar a presidência para outro. Vai ter uma festa aqui, que não é dos 30 anos do PT no Brasil, mas no município, **ele existe a 24 anos**. A data é dez de fevereiro (data da fundação), mas nós vamos fazer dia 13. Ai a gente vai continuando nessa luta.

Em 2004 o Partido dos Trabalhadores assume o executivo municipal de São Sebastião da Boa Vista, um marco na política paraense, pois, como veremos abaixo, o PT não tinha visibilidade e nem tradição política como descrevemos anteriormente. O trabalho de mobilização e sensibilização dos habitantes para o seu projeto político, aliado ao fato de que, projetos políticos de outros partidos, que sempre foram hegemônicos no Marajó, mas que não eram comprometidos com a população empobrecida da região começaram a perder credibilidade, fez com que fosse depositadas a confiança necessária não só no partido, mas, principalmente, no grupo que lutou por mais de 20 anos para assumir o poder municipal.

Outros fatores contribuíram para a chegada do PT ao executivo de São Sebastião da Boa Vista dentre elas elencamos a questão política, social e econômica do município como veremos no item seguinte.

3.7.3 A gota d'água: Fome, desemprego, perseguição política e corrupção

Os primeiros cinco anos do século XXI foram um muito complicados para a população de São Sebastião da Boa Vista. Nesse período, que vai do ano 2000 a 2004, as ações do executivo municipal centralizavam-se na pessoa do Secretário³⁴ de Administração, Finanças e Obras Juarez Guimarães, esposo da Violeta de Monfredo Borges Guimarães, prefeita, que implementou, o que podemos denominar de velhas práticas de gestão que acabou gerando *má qualidade de vida* aos cidadãos boavistenses, consequência do péssimo desempenho da administração municipal.

Para melhor configurar esse período buscamos o depoimento da professora Henriqueta Tavares que

O primeiro mês do governo da dona Violeta, segundo e terceiro: janeiro, fevereiro e março transcorreram tranquilamente. **Do quarto mês, do primeiro ano de mandato a coisa assim, mudou de configuração.** Os salários começaram a atrasar três meses, quatro, cinco e no último ano até seis meses de atraso no salário do funcionalismo. O povo, não só o que trabalhava na educação, mas qualquer cidadão boavistense, ele era maltratado, ele era humilhado, sabe? Ele era ignorado diante do gestor por que às vezes **quando as pessoas chegavam para receber seu salário ficava aglomerado na frente da casa do cidadão porque ele nunca atendia aqui** (a entrevista estava ocorrendo na prefeitura), **atendia na casa dele, tipo assim: lá em casa, ninguém vai fazer nada contra mim, porque eu estou debaixo do que é meu.** Na prefeitura qualquer pessoa pode chegar, pode se rebelar, esse tipo de coisa.

Pra não detalhar muito a questão o que foi o governo da Dona Violeta, antes do seu Laércio a gente pode dizer que **foi uma tragédia em todos os âmbitos, tanto faz saúde quanto educação, assistência e saneamento.** Assim, você não pode dizer que nenhuma coisa aconteceu? Aconteceu sim, aconteceu sim, de o povo ser desprezado.

³⁴ O Secretário de Administração, Finanças e Obras, do Governo da Prefeita Violeta Monfredo Borges Guimarães, foi prefeito do município por dois mandatos: o primeiro, no período de 1977 a 1982 e o segundo, no período de 1989 a 1992.

O Governo anterior ele foi um governo de muita decepção sabe? **Ele foi um governo de angústia, um governo de desespero, um governo assim, falho com o povo, fracassado com o povo.** Há muito tempo já tinha sido prefeito (Juarez Guimarães) o esposo da senhora que era candidata, Dona Violeta e existiam muitos rumores que tinha sido um excelente administrador, mas como diz o meu pai: a banana não vinga duas, três vezes no mesmo fruto (árvore).

Para Dalvino Barbosa, representante da Sociedade Civil

Na verdade é que quem administrava o município era o esposo dela, que foi prefeito por duas ocasiões e, achou que poderia contribuir com ela. Pra nós que fazemos uma avaliação enquanto executivo, nós consideramos que ele não se reciclou e quis fazer uma gestão à moda antiga e aí falhou.

O professor e também representante de uma entidade de classe, José Tavares fez a seguinte afirmação

Naquele tempo, a gente até usava uma linguagem, deixa eu lhe dizer, de que **não existia governo.**

Para a professora Maria de Melo

Os anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 foram anos de muita opressão, de muita opressão mesmo. As pessoas sobreviveram aqui em São Sebastião por conta da coragem. (...) **Resume-se a história de São Sebastião de 2001 a 2004 foi o período das cinzas, tudo acabou.**

Cada vez mais o problema foi se agravando, a ponto dos funcionários públicos usarem da violência física contra o secretário para pressionar o executivo municipal, uma vez que a tentativa de dialogar foi em vão, segundo a professora Henriqueta Tavares

Aqui mesmo nesse gabinete, **eu cometi um ato de violência com o esposo da prefeita, né?** A gente tava aí com quatro

meses sem receber e o povo todo andando, os funcionários andando atrás dele pra cima e pra baixo e determinada vez a gente discutiu, né? Foi muito feio o negócio. A situação é que, como eu falava pra ele: é muito fácil você aqui na sua mesa, você tem o seu alimento lá na sua casa, você passa o Natal farto com sua família, mas o povo lá trabalhador, os filhos dele estão chorando de fome, está às mínguas porque não tem de onde tirar pra pelo menos fazer uma ceia digna para os seus filhos. Isso eu falei pra ele na época. (...) nossos créditos foram fechados porque nós não recebíamos.

3.7.4 A Personalização do poder e centralização política

Você mandava ofício pra ele (Juarez Guimarães) discutir, vê a educação, as comunidades como estavam passando, ele não recebia. **Ele só fazia o que ele queria, nunca recebeu entidade nenhuma.** (...). A gente ficava na porta dessa prefeitura aí pra mais de cento e poucas mulheres e nada. (Joana Resque – representante sociedade civil)

Para Dalvino Barbosa

O diálogo com a sociedade organizada não existia, não tinha espaço de diálogo, não tinha espaço pra nada e eu mesmo sou um ativista dos movimentos populares, sou associativista, mas **nós jamais tivemos uma oportunidade de conversar com ela ou qualquer indivíduo pertencente à administração.**

Para a professora Celina Melo

Nós não tínhamos, na época do mandato da prefeita, antes dele (Laércio), **direito de falar, direito de reclamar, a gente tinha que aceitar as coisas da forma que eram.**

Diante da negação do executivo municipal em dialogar, as entidades e associações da Sociedade Civil, dentre elas, a Associação de Mulheres

Amigas de Boa Vista (AMABV), que naquele período não existia legalmente³⁵, dirigiram-se a Promotoria de Justiça da Comarca para reivindicar junto a este órgão solução para os problemas que afetavam a população boavistense, especialmente as mulheres e seus filhos e filhas. Um dos depoimentos retrata a luta das mães pela Bolsa Escola³⁶

Quando veio a Bolsa Escola que era do Fernando Henrique, nós temos até foto que a gente parou até pelo Fórum muito. Sentamos na frente do Fórum, nossos filhos lá pra poder pegar aqueles R\$ 15,00, (...). **A gente ficou um dia lá no fórum para o juiz atender e nada. Para o juiz atender para fazer o governo receber a gente.** Porque ele (Juarez Guimarães) escolhia a dedo quem podia e quem não podia. E quando chegou esse programa pra cá, eles não pagavam. Foi isso que nos trouxe mais para a luta.

Em outras ocorrências, segundo o entrevistado Dalvino Barbosa,

O Ministério Público fez a parte dele, na época era um promotor de nome Franklin de Prado Lobato, **homem aguerrido. Que o resultado eu lhe falei antes, tem mais de 70 processos contra essa senhora** (Violeta Guimarães).

³⁵ A AMBV surge no ano de 2004 legalmente, mas a luta das mulheres em São Sebastião da Boa Vista existe a aproximadamente 15 anos.

³⁶ O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo governo federal em outubro de 2003, no âmbito da estratégia Fome Zero, com objetivo de unificar a gestão e a implementação de cinco programas federais de transferência de renda destinados às famílias mais pobres do país. Dois deles, o Programa Bolsa Escola e o Programa Bolsa Alimentação, eram transferências de renda com contrapartidas da família, compostas de ações em prol de sua educação e saúde respectivamente. Outros dois eram programas de transferência não condicionados a ações dos beneficiários – o Auxílio-Gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL), mais conhecido como Cartão Alimentação. Para este último, a única condição existente era que as famílias gastassem a transferência exclusivamente com comida. Cabe lembrar que o quinto programa focalizado e com contrapartida, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), foi integrado ao PBF somente a partir de dezembro de 2005. Este programa, o mais antigo do governo federal no campo das transferências de renda, foi criado em 1996 apresentando constante crescimento de sua cobertura desde então. (IPEA, 2009, p. 569)

Figura 9: Audiência Pública



Fonte: Partido dos Trabalhadores de São Sebastião da Boa Vista – Pará, 2003 (?)

Segundo Dalvino Barbosa

a câmara na época, ela era subserviente. A gente lamenta dizer isso, mas a verdade era essa. **Os vereadores faziam o que o esposo da prefeita mandava.**

Algo que estava em desacordo com a Lei Orgânica do Município. Segundo o Artigo 30 que trata das competências da câmara e seus incisos que tratam de suas atribuições, o Legislativo deveria

VI – Tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios no prazo máximo de 60 dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

- a) O parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços), dos membros da Câmara;
- b) Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para fins de direito.

VIII – Criar comissões especiais de inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, sempre que o requerer pelo menos 1/5 (um quinto), dos seus membros;

IX – Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

X – Convocar o Prefeito ou seus auxiliares para prestar pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada;

XIV – Julgar o Prefeito, o vice-prefeito e os vereadores nos casos previstos em Lei.

Em desacordo estava também a postura dos vereadores, que envolvidos em relações colaborativas e obedientes com o Executivo parecem ter esquecido o juramento de posse, em que

Promete cumprir e fazer cumprir as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Boa Vista, desempenhar fielmente com honestidade o mandato que me acho investido, assim prometo. (Art. 37, § 3º).

E desconsideraram as atribuições constitucionais do cargo que segundo Joffre Neto

A função legislativa, em sentido amplo, permite aos vereadores participar da administração do município. Todavia, esses papéis são desconsiderados pelos vereadores e a submissão da Câmara ao Executivo é quase absoluta. Essa situação é agravada nos pequenos e médios municípios, majoritários no cenário nacional. (2003, p. 414).

Em síntese Joffre Neto (2003) afirma que uma das explicações para a subserviência do Legislativo frente ao Executivo está na percepção que a população tem da separação de poderes e do papel do vereador, por exemplo: *se a população cobra atitudes e providências de caráter executivo, o vereador tenderá a se comportar como o exigido* (p. 424). A questão toda é que diante das pressões por demandas assistencialistas ou administrativas, diz o autor

Que a população pede o que o vereador não pode dar, e o vereador promete o que não pode cumprir, ou então há um caminho: **negociar com quem tem a chave do “cofre das graças”:** o prefeito. Instala-se uma confusão de papéis: o vereador anseia, pressionado pela população, ser um miniprefeito e pretende realizar obras, desembaraçar casos, empregar amigos e necessitados. **Mas, tentando desempenhar o papel de miniprefeito sem miniprefeitura, sem máquina administrativa e sem verbas, logo se sente na necessidade de aproximar-se do “prefeito de verdade”.**

E o executivo diante da necessidade de aprovação de leis (administrativas, autorizativas e principalmente orçamentárias) recorre às atribuições específicas do legislativo e, conseqüentemente nessa relação, estabelece-se um jogo de trocas de favores que tende a ser crescente. Como diz o autor

Naturalmente que este exigirá cada vez mais e mais um comportamento “colaborativo” e obediente, até se chegar a uma posição de mando incontestado. De genuflexão em genuflexão, de poder eqüipotente ao Executivo o Legislativo se transforma em poder subserviente. Ou, por outra perspectiva, o vereador abdica dos seus poderes originais para adquirir nacos do poder de mando do administrativo. (idem, 2003, p. 428).

3.7.5 A Lei Orgânica do Município: elaboração de gabinete, exemplo de tomada de decisão centralizada

A Constituição brasileira, promulgada em 1988 institucionalizou várias formas de participação da sociedade na gestão da coisa pública, dentre elas, *incluiu mecanismos de participação no processo decisório federal e local como também concedeu maior poder aos municípios que estão, em princípio, mais próximos do cidadão.* (IPEA, 2009, p. 802).

Com referência à participação direta, a Constituição destaca referendo, plebiscito e iniciativa popular. Já no tocante à democracia participativa, estabelece conselhos gestores de políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal com representação do Estado e da sociedade civil, indicando, por exemplo, que a gestão das políticas de seguridade social, educação e criança e adolescente deveria ter caráter democrático e descentralizado. (Idem).

Outro exemplo da existência de centralização das ações nas mãos do executivo esteve na elaboração da Lei Orgânica do Município que deveria contemplar as emendas populares como um mecanismo de aprofundamento democrático participativo. Mesmo afirmando em sua Lei Orgânica que

Respeitando todos os princípios constitucionais da República Federativa e do Estado do Pará, rejeitando todas as formas de colonialismo e opressão, almejando a construção da ordem moral em que se alicerce a democracia, com uma sociedade justa e pluralista; buscando igualdade econômica, política, cultura, jurídica e social entre todos, reafirmando os direitos e garantias fundamentais e as liberdades inalienáveis, de homens e mulheres, sem distinção de qualquer espécie; pugnando sempre por um regime democrático avançado, social e consciente de que não pode haver conveniência fraternal e solidária onde exista injustiça e egoísmo, pois, sabemos que o valor supremo é a liberdade do ser humano que devem ser reconhecidos, respeitados, especialmente o direito ao trabalho, à livre iniciativa, à saúde, à educação, à alimentação, à segurança e à dignidade;

O contrário foi estabelecido. A elaboração da Lei foi realizada no gabinete. Outro exemplo da péssima gestão municipal de Violeta Guimarães está relacionado à fuga dos profissionais da educação para outros municípios do arquipélago, os motivos que levaram professores e técnicos da educação foram os mais diversos, mas destacamos a perseguição política e o desemprego.

3.7.6 A fuga dos professores e técnicos da educação para outros municípios ou a permanência com submissão

Durante os governos do PSDB e PFL (DEM) muitos trabalhadores da educação tiveram que ir embora de São Sebastião da Boa Vista dentre os muitos motivos, um deles foi a perseguição política.

Desde o governo do Prefeito Benedito Odival Oliveira Gomes³⁷ (Xidó), do PSDB que esses fatos vinham ocorrendo. Filiar-se ao Partido dos Trabalhadores ou a qualquer partido que fizesse oposição ao governo era visto como “traição” e isso tinha um preço.

³⁷ O prefeito sofreu impeachment pela câmara municipal de São Sebastião da Boa Vista, em decorrência

Segundo a professora Maria Melo

Eu tive que me ausentar do município. Porque eu tive que me ausentar do município? Por que chegou um momento que eu considero que eu fui exilada. Em 1993, eu passei no vestibular para Pedagogia da Universidade Federal do Pará, no núcleo de Soure. (...) Quando eu retorno ao município com o diploma em mãos de Pedagoga, eu sonhava em fazer algo pelo município, sonha em contribuir, sonhava em fazer com que, a partir dos conhecimentos adquiridos, o município em relação à educação se modificasse, mas pra minha surpresa quando eu chego de volta no ano de 2000, de 1999 pra 2000, eles tinham cortado a minha carga horária, eu trabalhava na época no município com 260 horas. (...) Eu estava naquele momento, naquele ano (2000) com uma carga de 88 horas, não tinha nem 100 horas. Eu comecei a checar qual era o motivo. ***Antes disso, eu tinha tido, assim um desentendimento com o prefeito, que hoje já é falecido, o Sr. Benedito Odival, mais conhecido como Xidó.*** Eu tinha tido um pequeno atrito com ele, ***onde ele censurou o fato de eu ter me filiado no PT. Fui censurada pelo fato de ser funcionária, e que o partido dele, o partido político partidário era o PSDB. Ele havia me convidado pra eu me filiar e, eu falei o seguinte pra ele: pela minha leitura, minha visão de mundo, não era aquele partido político partidário que eu queria pra mim.*** Eu não queria fazer parte daquele partido, eu queria fazer parte do partido dos trabalhadores. ***Só que eu acho que ele imaginou que eu estava brincando e, que eu não me filiaria (ao PT), ele acabou descobrindo isso no final de 1999, início de 2000 que eu havia me filiado de fato (...).*** Quando eu voltei em 2000, eu tive essa surpresa. A minha carga horária tinha sido acabada, diminuída por completo e o meu salário naquela época, não chegaria a nem um (1) salário mínimo já que eu não havia sido lotada com ao menos cem horas (100) e aí, eu me desesperei por que eu sou de uma família muito humilde. Meu pai era pescador, minha mãe era lavadeira e eu, por muito tempo lavei roupa. Os meus irmãos não concluíram os estudos, nenhum e, eu sonhava em dar uma melhor condição para a minha família, por isso a minha luta. (...) ***Então eu fui embora para Breves com muita tristeza por que eu ficaria longe dos meus pais. Eu sabia que lá seria melhor pra mim, apesar de que eu estava longe, mas eu ia ganhar melhor.*** (...). Minha história de vida é muito longa, pra resumir, eu fiquei fora do município por cinco (5) anos. Eu não precisei voltar para o município porque o município pra mim e, pelo fato das pessoas que comandavam o município de 2001 a 2004 não terem um compromisso com o seu servidor, com o seu funcionário público então eu dizia que não me servia àquela situação. Eu não vou (voltar) por que eu não tenho estrutura. Eu retornei dia 29 de agosto de 2005.

Outro motivo evidenciado nos depoimentos referia-se a não concordância com a forma com que a educação vinha sendo administrada. Segundo o técnico de educação Tarcisio Tavares

Em 2000 eu me afastei do município. Por não concordar com a administração, fui trabalhar em Limoeiro do Ajuru, minha terra natal. **Eu não concordava com a forma que a educação era trabalhada aqui, aí eu fui embora. Fui eu, o Anderson, Rosane e Marinaldo. Foi uma boa quantidade de educadores pra outros municípios** e voltamos em 2004 já pra ganhar o governo como oposição.

As pessoas citadas por Tarcisio Tavares são filiadas ao PT e quando o partido lança sua candidatura à prefeitura, em 2004, muitos, além destes citados, retornaram ao município para trabalhar na campanha eleitoral e outros voltaram, após a vitória do PT nas eleições de 2004 para assumir cargos públicos. Marinaldo Reis foi o primeiro Secretário de Educação; José Anderson Farias assumiu a Diretoria de Ensino do Município; Rosane era técnica pedagógica e foi Secretária de Educação do município por oito (8) meses entre outros.

Concordar com as imposições do executivo municipal pareceu como uma das únicas formas de sobrevivência para o funcionário público do município e, principalmente para os professores e servidores da Secretaria de Educação, uma vez que era o maior órgão empregador, caso contrário perderiam o emprego e conseqüentemente passariam necessidade financeiras, pois a situação econômica no município era complexa. Não havia emprego, não havia incentivo, investimento, era um marasmo.

Segundo a professora Maria Melo

[...] aqui em Boa Vista o que gera emprego é muito pouco. Só a prefeitura e algumas fábricas de palmito”, portanto, não haveria para onde recorrer.

A não realização de concurso público aprofundava a situação de submissão, pois conservaria os funcionários em regime de contrato temporário para mantê-los no “cabresto”. O retrato da política local configurou-se da seguinte forma, segundo Tarcisio Tavares

Os coronéis mandavam e desmandavam usavam aquele voto, o voto de cabresto. Aí ficava complicado. Passou vários anos pra gente poder ganhar o governo.

Mesmo sendo uma prática da “primeira fase da República Velha e grande parte do período histórico posterior à redemocratização de 1946”, temos que concordar com Andrade (2007) de que o Coronelismo

Sobreviveu metamorfoseado em muitas regiões, mesmo após a industrialização, **a ainda prevalece em muitas das pequenas localidades do Brasil contemporâneo**, porque suas causas não foram ali totalmente removidas. (p. 247-248)

Esse é o retrato de São Sebastião da Boa Vista, onde percebemos que do ponto de vista político as relações entre as diversas esferas de poder estavam estabelecidas pelo clientelismo. Mesmo não fazendo parte da oligarquia local e regional, o executivo municipal da época, para ter apoio desta, e legitimar o seu poder arregimentava votos junto à população.

Esses votos eram conseguidos, dentre tantas formas, através do controle do funcionalismo público onde verificamos no depoimento de Henriqueta Tavares que

O quadro funcional, ele era praticamente todo contratado, por isso que não existia aquela pressão, porque eu te contrato, **se tu te rebelares contra mim, se tu não quiseres trabalhar nessas condições, tem gente lá fora que quer e pronto, vai embora**, tu és descartável, era sim que todos eram tratados.

A gente via colegas nossos em ponto de desespero. Aí **abandonar o posto? Para abandonar, amanhã já tinha outro em meu lugar entendeu? Se eu me revoltar? Da mesma forma, se eu me revoltar, ele me demite, eu não**

tenho vínculo mesmo, né? Faz o que quiser me manda embora e ainda coloca outro no meu lugar. Não tenho a quem recorrer, sou um simples profissional descartável.

O ex-secretário de educação Gilvanni Tavares afirma que

Não havia respeito à pessoa dos professores e **outros trabalhadores da educação que recebiam vale, requisição para mercearia e não recebiam o seu salário.**

O depoimento da professora Porfíria Tavares é representativo da situação em que os trabalhadores estavam passando

Nesse lugar que nós estamos, por exemplo, tinham sábados que eram marcados, dizia que ia ter o pagamento, isso aqui lotava. A casa dele era aí na frente (da praça central). Era muito chocante. Tem coisas registradas na minha mente que ao mesmo tempo em que eu quero esquecer, mas não dá. **A fome foi muito forte.** Pessoas que vinham do Alto Pracuúba, pagando passagem, chegavam aqui e não tinha nada. Ficavam aqui de cinco a seis horas e nada.

A descrição dos acontecimentos mediados pelos depoimentos teve como objetivo demonstrar um conjunto de problemas que desencadearam o sentimento na população de que a mudança era necessária e urgente. Nesse momento as eleições municipais de 2004 pareciam ser a única saída como foram em outros momentos da política brasileira.

Importantes também seriam, para se constatar irregularidades na administração do município, as prestações de contas, no entanto, a demora na análise impossibilitou que os responsáveis fossem punidos pelas instâncias competentes, uma vez que demoraram aproximadamente dois (2) anos para finalizar o processo e publicar o resultado.

Segundo a Resolução 8.842 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, através do Processo de nº 08000012002-00 (200310325-00) de 23/09/2003, resolveram os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade

Emitir Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista, **exercício 2002**, de responsabilidade da Sra. Violeta de Monfredo Borges Guimarães.

EMENTA: Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista. Exercício 2002. Prestação de Contas. Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas. Não apropriação de encargos patronais. Ausência de processos licitatórios. Multa pela remessa intempestiva do PPA, LDO, Orçamento, Prestações de Contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, Balanço Geral e todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, Multa pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres. **Multa pela não remessa em separado da documentação do FUNDEF. Multa pelo não encaminhamento do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF.** Multa pelo não encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Multa pela não apropriação de encargos patronais no exercício devido. Multa pelo não encaminhamento de processo licitatório. Multa pela remessa de Processos Licitatórios incompletos.

Na prestação de contas do exercício financeiro de 2004 resolveram os Conselheiros, através da resolução nº 9.499, processo 800012004-00 de 30 de Junho de 2009

Emitir parecer prévio, recomendando à **Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista**, a **não aprovação** das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade da sra. **Violeta de Monfredo Borges Guimarães**, por estarem irregulares (...) devendo a citada ordenadora recolher aos Cofres Públicos do Município, devidamente corrigido, o valor de **R\$ 8.343.484,14 (oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos)**, contabilizado à conta “Agente Ordenador”, com fulcro no Art. 52, III, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94 (...).

A versão preliminar do Plano Municipal de Educação aponta, que “*neste período os meandros da educação municipal tornaram-se o retrato típico da corrupção que assola nossa sociedade*”. (SEMEL, 2007, p. 13). Segundo Trevisan (2003), a corrupção

Afeta a qualidade da educação e da assistência aos e estudantes, pois os desvios subtraem recursos da merenda e do material escolar, desmotivam os professores, prejudicam o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças e as condenam a uma vida com menos perspectivas de futuro. (p. 14).

Concomitante a reivindicação de uma educação de qualidade, outras estavam em curso em distintas áreas

Sobre a **saúde**, você procurava um médico em São Sebastião e não tinha. **Água** você não tinha. **Saneamento básico** você não tinha, você não tinha nada aqui em Boa Vista. Você pra conseguir água, tinha que fazer uma reunião com a comunidade para poder puxar água. Era essa a realidade de nosso município.

O exercício cívico da AMABV mesmo no localismo de São Sebastião da Boa Vista, nos faz recorrer ao que Gohn (2008) nos fala da segunda onda do movimento feminista em que

As mulheres emergiram na cena pública brasileira após 1975, por meio de seus diferentes papéis sociais: **como mães** que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; **como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia** (...) (p. 140).

A AMABV inicia sua luta a partir de uma demanda muito específica que atingia suas integrantes, a agressão física que sofriam por parte de seus companheiros machistas e violentos. Por uma questão de sobrevivência passaram a lutar por seus direitos enquanto mulheres. Perceberam que poderiam ser sujeitos de sua própria existência e protagonistas nesse processo de transformação social. “Compreender os planos e projetos de intervenção na realidade social” (idem) da AMAVB nos ajuda a compreender como um

processo de “transformação” no município começou a se estabelecer a partir de lutas específicas da Sociedade Civil sejam elas através das associações, cooperativas, partidos políticos, Igreja, etc. As mulheres são

Categorias sociais que estiveram até agora em situação de exclusão socioeconômica e inferioridade na escala de prestígio social. (...), tal como tem ocorrido historicamente com a categoria “mulher”, têm formado movimentos sociais para se libertar. Essas categorias sociais são parte das tensões no mundo ocidental, mas também são fontes de dinamismo, além de serem, como no caso das mulheres, as “atrizes principais” de um novo e possível modo de recomposição do mundo. (Idem, p. 135).

3.7.7 Eleições 2004: o papel da democracia representativa na construção democrática em São Sebastião da Boa Vista

Durante décadas, São Sebastião esteve atrelado à política partidária da segregação, da opressão. (profa. Maria de Melo).

Muito tem se discutido sobre os limites da democracia representativa na construção democrática do país e, sua necessidade de reforma. Segundo Trindade (2003)

Repensar a representação é o grande desafio que se coloca para o aprofundamento da democracia no Brasil atual na perspectiva da construção de uma democracia política, participativa e cidadã. (Que) supõe uma combinação entre cidadania democrática e representação política plena. Se a construção da democracia se faz pelo confronto permanente entre a democracia possível e a criação de espaços democratizantes articulados, uma nova dinâmica poderá fazer avançar o processo. Será preciso associar a prática da cidadania democrática a uma nova concepção de representação política para transformar o Estado privatizado pelo patrimonialismo. (p. 64-65).

O depoimento da professora Maria Melo sobre a questão política em São Sebastião da Boa Vista e a necessidade apontada por Trindade (2003) sobre o repensar da representação no país para o aprofundamento democrático foi um dos desafios que se colocou como necessidade para compreender a realidade do município do ponto de vista político, mas suas relações com o social e o econômico como também com questões políticas mais amplas que ultrapassavam o limite geográfico e se estendiam para o centro político do país e, mais atualmente pensarmos as relações vigentes do ponto de vista global.

No que se refere às eleições desse ano, três partidos figuraram como favoritos: O PFL (Violeta de Monfredo Borges Guimarães), PT (Laércio Pereira) e o PTB com o candidato Salomão Donato.

Retomando as eleições daquele ano, perguntamos aos entrevistados como foi o processo de discussão com a coligação Frente do Povo Boavistense (PT-PV). Segundo a entrevistada Joana Resque *“visitas eram realizadas às comunidades, principalmente, da zona rural”*. Nessas reuniões que eram marcadas com as lideranças comunitárias, muitos questionamentos foram feitos aos candidatos tanto ao executivo quanto ao legislativo municipal

Eu lembro que uma vez eu estava em casa quando ele foi com a equipe lá, de campanha. E, eu assim **falava da situação que tinha acontecido**. (Henriqueta Tavares).

A depoente faz referência aos problemas relacionados à educação: salários atrasados, condições de trabalho, escolas em péssimas condições físicas, falta de organização administrativa e pedagógica e, mais diretamente sobre a relação com o governo municipal. A entrevistada Joana Resque afirma que

Houve muitas discussões. Ele reunia muito com as comunidades. A gente marcava, entre as entidades, uma reunião e ele ia lá pra gente discutir. Ele ouvia o povo como seria a educação se ele fosse eleito. Como ele poderia endireitar a educação no município. As entidades que chamavam pra discutir como seria: A comunidade e as entidades. Aliás, a gente levou um bom tempo discutindo isso.

era muito discutido isso e, sobre os colégios que não existia em São Sebastião, a gente chegava nos colégios e via que, principalmente as crianças estudavam em baixo da mangueira.

Então era isso era muito discutido qual eram as escolas que iam ser primeiro contempladas? Qual o rio, a cidade. Então a gente votava que conseguisse logo um colégio para São Sebastião que não tinha. Tem o Anchieta ali, aquela parte tava **caindo em cima das crianças**. Então, era mais isso que a gente discutia. E até hoje a gente cobra dele quando tá fora de controle. Então era isso, mais a discussão também tava num padrão melhor para as crianças, porque de primeiro não era tanto fácil pra estudar, por que não tinha **merenda**. Os pais, tinha uns que não tinha condição, por ser principalmente da zona rural, não tinha um **casco** pra chegar no colégio. Nós moramos todos na Ilha, não tem estrada.

Do depoimento destacamos que as exigências estavam relacionadas as condições físicas das escolas da rede municipal como também a inexistência de escolas para a educação infantil. A merenda escolar também ficou como um problema significativo e a falta de transporte escolar.

Perguntamos também o que esperavam do candidato se fosse eleito. Segundo a professora Porfíria Tavares

Eu sempre conversei muito com o senhor Laércio, sempre coloquei muito os meus anseios pra ele, tudo o que a gente viveu. Sempre coloquei pra ele: **não deixe a gente passar o que a gente passou, não deixe a gente viver (...)** sempre que o senhor puder fazer alguma coisa pela educação, algo diferente que a gente possa se destacar, faça (...) **é como se nós tivéssemos no fundo do poço (...) ele veio e conseguiu içar a gente.**

Gilvani Tavares que compunha a equipe de campanha da coligação PT-PV afirma que as promessas feitas à população tinham como perspectiva mudar a realidade do município, nesse sentido

a gente propôs para a sociedade boavistense, não só na campanha de 2004, mas lá atrás, em outras disputas, que nós fizemos, **que era possível fazer diferente.** (MR)

Continua

nós pensávamos diferente: na hora que chegamos, se chegamos a gente vai fazer concurso, a gente vai discutir, fazer uma ampla discussão com a sociedade, com os principais atores que são os alunos, os professores, as famílias pra gente discutir junto qual é a educação que de fato queremos. Por que a gente sabia que a forma que era trabalhada, imposta, não podia continuar.

Durante a campanha as pessoas foram sensibilizadas. Para Henriqueta Tavares

A gente via o olhar, um olhar ameno, um olhar de mudança mesmo, de uma pessoa que prisma por uma educação de qualidade, né? Que luta pra vê os projetos no município, pra trazer benefícios para a população, pro professorado (...). **Com certeza ele ganhou os olhares. A gente queria mudança. A gente queria mudança**, queria integrar uma proposta de governo popular, um governo democrático.

Segundo Maria de Melo

E ele conhece a situação de cada um boavistense. Porque ele lutou vinte anos pra chegar nessa cadeira, então ele conhece. Se você chegar com ele e perguntar qualquer nome de filho boavistense ele dá, como diz o homem, igual médico, ele dá o laudo inteiro dessa família.

Todos esses fatores contribuíram para que o candidato do Partido dos Trabalhadores ganhasse a confiança da população, mas esse processo foi lento uma vez que consideravam que nessas eleições se elegeria mais um governo sem compromisso com a população local.

Fato que pode ser explicado pela *crise da representação e das instituições políticas que marca as democracias ocidentais nas últimas décadas* (MENEGUELLO, 2003, p. 345). A relação entre os eleitores e os governos anteriores, no caso de São Sebastião da Boa Vista, é marcada pelo não

cumprimento de promessas de campanha e o aprofundamento dos problemas sociais.

A coligação PT-PV também trazia a marca de uma nova institucionalidade, em que a representação era um dos componentes, mas não o principal na construção democrática. A possibilidade de ser colocada em prática uma gestão participativa, em que os boavistenses fossem ouvidos em suas reivindicações e proposições fossem objetos de deliberação nos espaços públicos de participação trouxe um outro olhar sobre a política para os eleitores do município.

Outro fator apontado pelos depoentes refere-se a inversão de prioridades, ou seja, o foco seria na implementação de políticas sociais que visassem a melhoria de vida com dignidade dos habitantes do lugar. A educação figurou como uma das principais bandeiras de luta. Um dos exemplos, seria a regularização da situação trabalhista dos funcionários públicos. O governo anterior, segundo Gilvani Tavares

(...) não fazia concurso para professor, o professor era temporário por que aqui a política na nossa região sempre foi assim. Então, **se usava a estrutura da administração para poder captar votos.**

O voto figurou como um instrumento importante de mudança, como verificamos na tabela abaixo, que trata do resultado das eleições 2004, no entanto, a vitória não garantiria que as transformações aconteceriam, pois a era preciso introduzir uma nova dimensão na gestão da coisa pública que é a participação social. *Não como um recurso gerencial, mas uma participação que facilitasse a obtenção de respostas para as demandas comunitárias, promovendo a expansão da cidadania ativa.* (NOGUEIRA, 2005)

Tabela 11 Eleições 2004 - apuração votos para prefeito

Candidato	Partido	Número de votos	% (em relação aos votos válidos)	% (em relação ao total de votos)
LAÉRCIO PEREIRA *	PT	6 211	64,61	61,40
VIVI	PFL	2 063	21,46	20,40
SALOMÃO DONATO	PTB	963	10,02	9,52
NITO TAVARES	PDT	376	3,91	3,72
Votos Brancos	-	87	-	0,86
Votos Nulos	-	415	-	4,10
Comparecimento	-	10 115	-	84,13
Abstenções	-	1 908	-	15,87

Fonte: TRE - PA - Secretaria de Estatística Eleitoral - Eleições 2004

Para a depoente Porfíria Tavares

Assim como um dia eu acreditei que haveria mudança, eu acredito que no final do mandato dele em 2012, que você possa está aqui, vendo um resultado excelente.

3.7.8 A educação como plataforma de campanha

Nas eleições de 2004, a educação, assim como a saúde, saneamento básico, sistema de abastecimento de água e energia elétrica figurou com centralidade na campanha da coligação PT-PV. Constituiu-se também como bandeira de luta das entidades, associações e movimentos sociais existentes no município configurando-se como uma das exigências feitas aos candidatos, tanto para o executivo quanto para o legislativo municipal.

Para Gilvani Tavares militante do PT e ex-secretário de educação que trabalhou na campanha, possibilitar melhoras na educação era o diferencial defendido, pois

Nós tínhamos consciência que se não desse para fazer melhor, não adiantava questionar a forma como estava sendo feita.

Nós pensávamos diferente. Na hora em que chegamos, se chegamos a gente vai fazer concurso, a gente vai fazer uma

ampla discussão com a sociedade, com os principais atores que são os alunos, os professores, as famílias pra gente discutir junto qual é a educação que de fato queremos. Por que **a gente sabia que a forma que era trabalhada, imposta, não podia continuar.**

As imposições, a centralização das decisões no executivo municipal foram questões apontadas como problemas mobilizadores para que a população apostasse na candidatura do Partido dos Trabalhadores e do Partido Verde conforme destacamos anteriormente. A nova gestão trazia como promessa de campanha não só resolver os problemas emergenciais que afligiam a educação municipal, mas avançar nos processos de democratização da tomada de decisão que estão presentes na última versão do Plano Municipal de Educação, que é do ano de 2009.

Fazer o diferente para Henriqueta Tavares significava enquanto

Uma das principais propostas, regularizar a situação funcional, fazer concursos públicos e, pagamento de salários em dia, construir escolas, reformar as escolas, trazer cursos de formação continuada.

Abaixo elencamos os principais problemas da educação municipal vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

3.7.9 O Quadro Educacional em 2004

Como antecipamos, a educação do município passava por sérios problemas em todas as esferas. Abaixo apresentamos um quadro que elaboramos a partir dos documentos que tivemos acesso, que demonstra um pouco a realidade educacional de São Sebastião da Boa Vista. Segundo o documento denominado Plano Municipal de Educação

Entre os anos de 2001 a 2004 o município de São Sebastião da Boa Vista, passou por sérios problemas, pois se viu mergulhado numa profunda crise econômica, social e educacional, devido a uma série de irregularidades administrativas (...) (SEMEL, 2007, p. 13).

As irregularidades apontadas anteriormente, fruto da má administração dos governos passados, trouxe como consequência problemas sérios como demonstra o quadro abaixo

Tabela 12: Elenco dos problemas decorrentes das irregularidades

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Professores leigos, em sua maioria, em regime de trabalho temporário, salários atrasados; - Condições precárias da estrutura física das escolas, sem condições de funcionamento tanto do ponto de vista físico quanto de equipamento; - Rendimento escolar anual da rede municipal de ensino ficou em torno de 44,6% de aprovação; - Falta de uma política de formação continuada de professores; - Falta de política de transportes para atender todos os estudantes; - Falta de planejamento da educação (Semana Pedagógica); - Escolas sem Projeto Político Pedagógico; - Inexistência de eleição direta para diretores de escola (indicação); - Inexistência de um Plano Municipal de Educação; - Inexistência do Conselho Municipal de Educação; - Ausência de um Plano de Cargos, carreira e remuneração para docentes e servidores; - Inexistência de Conselho Escolar; - Grêmios Estudantis; - Falta de merenda escolar; - Falta de material didático - entre outros. |
|--|

O quadro acima nos mostra um nível profundo de desorganização da educação do município. Temos claro que os problemas não advêm apenas das administrações anteriores, a falta de comprometimento de professores e técnicos da educação também poderiam explicar a situação acima. No entanto, evidencia uma questão que pontuamos desde a introdução e, que Nogueira (2005) chama atenção com maestria sobre os avanços obtidos pelos países no que concerne a industrialização, desenvolvimento econômico e urbanização, por exemplo, mas que “não conseguiu se livrar de seus mais tristes e

assustadores fantasmas: altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo, desigualdades sociais e injustiça na distribuição de renda.

Em suma, o diagnóstico da educação em São Sebastião da Boa Vista elaborado em 2004, em pleno século XXI, é resultado, também, da inexistência de um Estado estrutura ou moderno na Amazônia, o que não se que dizer ausência estatal, mas a existência de um Estado que reflete seu comprometimento com alguns setores restritos da sociedade. Ianni (2004) afirma que

O próprio caráter da intervenção do Estado neste processo desenvolvimento parece ter contribuído em larga medida para acentuar o quadro de pobreza. (...). Sob vários aspectos, a formação do capitalismo no Brasil realiza-se de modo desigual e combinado. Desigual e combinado em termos não só econômicos, mas também sociais, políticos e culturais. As diversidades regionais, raciais e culturais escondem sérias desigualdades sociais, econômicas, políticas. Mas o capitalismo floresce, beneficiando-se e aproveitando as desigualdades que escondem nas diversidades. (p. 261).

E, esse comprometimento do Estado com os interesses do capital, exclui “operários, camponeses, empregados, funcionários e outros, compreendendo negros, mulatos, índios, caboclos, imigrantes e outros, que se sentem deslocados, não representados, alienados do poder”. (idem, p. 260). Algo que parece justificar que

Em 2004 algumas escolas não terminaram o ano letivo, trazendo um prejuízo imenso. O aproveitamento escolar não chegou a 50%. (Ex-secretário de educação Tarcisio Tavares).

Os documentos da SEMED confirmam o depoimento acima

Em 2004 o saldo alcançado foi oito (8) escolas com suas atividades paralisadas ainda no início do segundo semestre, culminando em um dos piores resultados já obtidos em relação ao rendimento escolar da rede municipal de ensino, 44,6% (alunos) conseguiu aprovação.

Em relação ao transporte escolar, Tarcisio Tavares afirma que o serviço

Atendia apenas parte dos alunos e os que atendiam não eram de boa qualidade, não tem toda a segurança que deveria ter. Hoje eu diria que não atende ainda 100% da demanda, mas nós passamos de 68 embarcações para 122 embarcações circulando diariamente no município.

Uma das primeiras versões do documento “Proposta Educacional”, a de abril de 2007 descreve que em relação ao combustível dos barcos que realizava o transporte dos alunos e alunas para as escolas acontecia o seguinte,

Alunos, pais e responsáveis e a comunidade escolar **tendo que fazer coleta para adquirirem o combustível para efetivação do transporte escolar**, isso quando havia a disponibilidade de algum barco para o referido transporte, uma vez que também a remuneração dos barqueiros não estava garantida. (SEMED, 2007, p. 5)

3.7.10 A educação da população do campo

Como verificamos acima, a educação no município sofria do descaso e da falta de compromisso de seus governantes. A questão mais preocupante é de que a maioria das escolas localizam na zona rural³⁸. Pensemos, se na sede do município onde está presente toda a estrutura da Secretaria de Educação, os problemas são graves imaginemos no campo. Para Arroyo (2004)

A escola do meio rural passou a ser tratada como um resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, **à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica.** (p. 10, grifo nosso).

³⁸ Sem sobras de dúvida, a realidade no campo continua sendo uma questão historicamente recorrente, predominando aí uma situação das mais injustas e desiguais. Ela recobre necessariamente as três realidades antes elencadas – indígena, negra e feminina – já que dentre os segmentos sociais rurais são encontrados parcelas populacionais proporcionalmente mais oprimidas, exploradas e excluídas. Mas ela se amplia para outros segmentos englobando nativos, mestiços, crioulos, e assim por diante, fruto da miscigenação que caracterizou a história do continente. (WANDERLEY, 2007b, p. 102)

Mesmo considerando importantes avanços ocorridos nos últimos anos, no que se refere à garantia dos direitos à educação básica para crianças e adolescentes do campo, verificamos que ainda não são capazes de resolver seus problemas. Um diagnóstico da educação do campo apresentado pelo INEP (2006) nos possibilita tal afirmação:

1. **A insuficiência e a precariedade das instalações físicas** da maioria das escolas;
2. **As dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas**, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
3. **A falta de professores habilitados e efetivados**, o que provoca constante rotatividade;
4. **Currículo escolar** que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
5. **A ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar** nas escolas rurais;
6. **O predomínio de classes multisseriadas** com educação de baixa qualidade;
7. A falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
8. **Baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série**;
9. **Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores**, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana;
10. A implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra.

No caso de São Sebastião da Boa Vista as evidências advindas das entrevistas, observações e dos documentos consultados nos mostram que para um município em que a maioria da população (21.874 habitantes, segundo dados IBGE, 2009) vive no campo e de lá tiram o seu sustento e de sua família, sua educação não poderia ser negligenciada e o debate central das discussões em torno da política educacional e mais além, na organização do sistema de ensino deveria ser pautado pelas demandas advindas do campo e não somente da cidade. Mesmo considerando que as condições da educação na cidade são complexas e difíceis de resolver, pensemos no que acontece nas

comunidades tão distantes e invisíveis aos olhos do poder governamental. Nos reportamos a Arroyo (2004) que afirma

Como no campo persistem incrustados todos os crônicos problemas de nossa educação: analfabetismo, crianças, adolescentes e jovens fora da escola, sem escola, defasagem idade-série, repetência e reprovação, conteúdos inadequados, problemas de titulação, salários e carreira dos seus mestres. E mostram um atendimento escolar reduzido às quatro primeiras séries do ensino fundamental. (p. 10).

Para o ex-secretário Tarcisio Tavares

Na verdade, historicamente, a educação do campo ou educação da zona rural, ela sempre foi, e eu diria, e hoje é um grande percentual, ainda é um fragmento da educação urbana. Então se pensa uma educação geral e se adapta às vezes para a zona rural e a gente tem feito uma discussão.

Segundo a entrevistada SS

Nós temos muitas crianças com dificuldades na zona rural. A distorção idade-série (...) Foi, segunda-feira eu tava fazendo a triagem da questão da matrícula, porque agora com implantação do ensino fundamental de nove (9) anos a gente tem que fazer uma readequação. E aí que nós vamos perceber o quanto as nossas crianças da zona rural, os nossos adolescentes eles estão atrasados. A distorção idade-série, ela é muito grande.

Nós temos crianças que vão descalças para a escola, que não tem sandália, não tem uma "sandalinha". Nós temos crianças que chegam à escola com piolho, com feridas, que não tomam banho, que chegam com fome, e nós infelizmente ainda não temos aquele atrativo para fazer com que o nosso aluno ele cresça intelectualmente e ele ganhe gosto pela educação.

Trabalhar aqui, dentro da zona urbana é muito diferente de trabalhar na zona rural. (...) Porque a gente precisa ir prá lá, a gente precisa está junto da comunidade, tá indo conversar com o povo, tá indo conversar com os pais, tá indo ver as dificuldades. Às vezes os nossos alunos, eles abandonam a escola e não tem um coordenador que se interessa em ir atrás.

Quando chega, que a gente vai ver as faltas dos alunos. Mas, por quê? Tá doente? O que aconteceu? Vocês não procuraram saber?

O abandono é motivado por vários motivos, dentre eles destacamos: a escola não atende as necessidades individuais do aluno e, no caso de algumas comunidades, em decorrência do período de seca, onde pouco chove, interfere no deslocamento das crianças e adolescentes à escola. Henriqueta Tavares

O caso do Pau de Rosas que eu estava te falando a pouco, que é uma localidade muito distante e tem uma diversidade cultural, geográfica completamente diferente da nossa, porque é uma região que em determinado momento predomina a cheia e em determinado momento predomina a seca e é difícil lá (...) Quando seca (o rio), o pessoal vem andando, é uma hora, duas horas de caminhada, entendestes?

Outro fator que explicativo é a falta de merenda escolar nas escolas do campo, segundo Tarcisio Tavares

Quando a merenda escolar não é capaz de atender 100%, por que aqui, na nossa realidade, apesar dos programas sociais, apesar de alguns investimentos na geração de renda, **as nossas crianças, elas dependem muito da alimentação escolar para poder estudar. Então, se faltar um dia, dois dias, uma semana a alimentação escolar a frequência cai consideravelmente, porque se a criança souber que não tem, ela não tem disposição pra ir pra lá.**

Após elencarmos os problemas da educação em seus aspectos gerais e depois especificando a educação do campo, apresentamos abaixo um quadro que trata do rendimento escolar do ensino fundamental, no período de 2001 a 2004.

Tabela 13: dados de aprovação, reprovação e evasão escolar no período de 2001 a 2004

ANOS	Ensino Fundamental Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2001 Aprovados	-	-	59,90	-
Reprovados	-	-	17,60	-
Evadidos	-	-	22,50	-
2002 Aprovados	-	-	56,10	-
Reprovados	-	-	22,20	-
Evadidos	-	-	21,70	-
2003 Aprovados	-	-	59,80	-
Reprovados	-	-	19,40	-
Evadidos	-	-	19,40	-
2004 Aprovados	-	-	49,50	-
Reprovados	-	-	20,50	-
Evadidos	-	-	30,00	-

Fonte: MEC/INEP/SEDUC-PA
Elaboração SEPOF-PA, 2007

O foco do estudo não está no rendimento dos alunos, mas o diagnóstico elaborado pela SEMED para elaboração das ações da Secretaria a partir de 2005 evidenciou o fracasso escolar da rede municipal de ensino no período de 2001 a 2004. Os índices apontam uma média de 40% de evasão e reprovação no referido período, sendo que em 2004 esses mesmos índices tiveram um aumento de 11,70% entre os alunos matriculados.

Resultados preocupantes para o novo governo que teria que dar conta do “universo de problemas”, não só no campo educacional, mas na saúde, na assistência social, emprego e renda, saneamento básico que afetavam o município naquele momento de forma agravante. No entanto, devemos considerar que o problema do fracasso escolar não pode ser explicado por

causas isoladas, “mas a todo um conjunto de determinações tanto internas quanto externas à escola e dependentes de políticas sociais mais amplas”. (PARO, 2001, p. 144).

Isso evita por exemplo, que as explicações para o fracasso nesse período, estejam relacionadas apenas as ações decorrentes da administração local, do período em questão, como também nos traz elementos significativos para avaliar o papel do Governo Federal e Estadual na solução dos problemas educacionais do País.

O rendimento escolar na última década do século XX e início do século XXI, foi considerado um indicador importante para se avaliar a qualidade da educação brasileira. Período esse, caracterizado pela implementação de políticas nacionais de avaliação calcadas em um modelo que enfoca o resultado. Nesse sentido, o rendimento escolar tem por objetivo demonstrar se a educação em um determinado município (ou estado) é de qualidade ou não. É claro que essa é uma explicação simplificada, mas nos possibilita perceber a intencionalidade do governo brasileiro, na época, de alinhar-se aos países que têm obtido êxito na promoção do sucesso escolar de seus alunos (VIEIRA, 2009, p. 112).

A construção de um sistema de avaliação no país ganhou força e, após a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) sedimentou-se abrindo precedentes para estados e municípios brasileiros criarem seus próprios sistemas de avaliação.

Verificamos também que o país aderiu às avaliações internacionais promovidas por organismos como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que promove a realização do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA) entre outros. Mas, sobre essa questão abordaremos mais à frente quando tratarmos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Lula e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em que São Sebastião da Boa Vista não alcançou a meta proposta pelo Governo Federal tendo sofrido uma “intervenção” do Estado brasileiro no *que fazer* de sua educação. Colando-nos algumas interrogações a serem tratadas posteriormente.

A questão que nos é posta, nesse momento, é sobre a concepção de avaliação que está por traz das políticas que vem sendo implementadas no país, pois se resgatarmos os resultados apontados por essas políticas de avaliação, no caso do município pesquisado, “parece” que os indicadores desastrosos não causaram mobilização para solucionar seus problemas, configurando-se enquanto uma concepção de *avaliação que visa a domesticação*. (SAUL, 2007, p. 31).

Em síntese, quando o PT assume o governo em 2005,

O resultado foi um dos piores quadros já presenciados dos caos educacional em nossa rede municipal de ensino; escolas em quase 100% não apresentavam condições de funcionamento, telhados danificados, pisos arrebitados, pontes e rampas sem condições de tráfego, carteiras sem condições de uso, quadro de giz esburacado, em fim um total abandono que até hoje não foi totalmente recuperado (...) (SEMED, 2007, p. 7).

3.7.11 *A vitória nas eleições municipais: início do aprofundamento democrático?*

O candidato a prefeito da coligação PT-PV elege-se com mais de 60% dos votos válidos, no entanto, não consegue a maioria no legislativo, elegendo apenas dois vereadores. Mas, segundo a professora Maria de Melo

A gente sentia no rosto das pessoas aquela amargura, aquela vontade de mudança. Tanto que eu soube alguns relatos que no último comício que houve do PT, o início da Rua 18 de novembro até o final, a cidade vermelhou. As pessoas com as suas bandeiras, as pessoas com as suas camisas, aquelas faixas, querendo mudança e a gente sabia (como diz o meu querido pai) que a surra seria grande no dia da eleição, como realmente foi. O Laércio teve uma votação histórica.

Um grande desafio a ser enfrentado pelos novos governantes. Muitos problemas e déficit nas contas municipais. “caixa zero” e muitas promessas de campanha a serem cumpridas sem desconsiderar as determinações normativas que vem controlando a ação dos governos municipais contra as “velhas práticas” de gestão.

Do ponto de vista metodológico a partir desse item avançaremos para além da apresentação das evidencias em estruturas cronológicas, em que buscamos *desenvolver uma estrutura descritiva a fim de organizar o estudo* (YIN, 2005) para identificar as ligações com determinantes históricos que envolvem o município, que nos possibilite encadeamentos com a realidade atual e sua posterior análise.

3.7.12 1º Governo Caboclo (2005-2008): Primeiras impressões e ações

Quando assumem o executivo municipal, em janeiro de 2005, Laércio Pereira e Getúlio Brabo colocam-se diante da situação de que a partir daquele momento não eram mais oposição, e sim governo. Como diz Dulci (2003) *a eleição dá a legitimidade para fazer as mudanças, mas não garante que elas serão feitas* (p. 43).

Muitos desafios foram enfrentados no que se refere à governabilidade, um deles esteve relacionado ao fato de que, na eleição para o legislativo, a coligação Frente do Povo Boavistense (PT-PV) não obteve a maioria das cadeiras na câmara municipal, algo que nos fez pensar quais estratégias seriam usadas para concretização da mudança aguardada por todos. Uma das explicações seria colocar em prática uma gestão em que o povo, soberanamente exercesse sua cidadania.

As relações também não seriam tão fáceis com a esfera estadual de governo, em que o PSDB continuava no poder por mais de uma década. Supostamente passariam a melhorar quando Ana Júlia Carepa, do PT, assumiu o governo do estado em 2006, mas que isso não se configurou como uma certeza, pois segundo Cardoso (2009)

As expectativas em torno do mandato a ser iniciado eram muitas. Afinal, uma proposta de mudança em que uma frente de partidos capitaneados pelo PT mobilizou a sociedade e elegeu seu programa vencedor, após muitos anos de governo do PSDB no Pará. O Programa para a Educação defendia uma Escolha empenhada na construção de homens e mulheres comprometidos socialmente com sua coletividade e com mudanças que assegurassem dignidade e plenitude às pessoas que fazem este imenso país que é o Brasil. Essa escola de qualidade deveria assegurar no seu cotidiano a autonomia dos atores que a compõem, a democratização como princípio e prática da gestão e a formação de profissionais competentes que emprestem seu conhecimento e sensibilidade humana na construção de uma nova realidade social. (p. 13).

No entanto, a SEDUC foi recebida pelo PT com problemas tão graves como os existentes em São Sebastião da Boa Vista, “careciam de iniciativas de várias ordens (de domínio político, financeiro e administrativo e ainda de natureza relacional), considerando os entraves que uma administração centralizada e autoritária deixaram de herança.” (idem, p. 14).

Os desafios, como pudemos perceber, foram enormes diante da situação em que o PT recebeu município. O primeiro passo foi “organizar” a casa, a partir, praticamente, do zero. foi de “limpeza geral” segundo Tarcisio Tavares.

No dia da posse, quando adentraram o prédio da prefeitura depararam-se com o descaso e o abandono. Segundo Maria Melo professora

O prefeito não estava mais, sua mulher não estava, ela é que era a prefeita na verdade. Quem entregou a chave para o prefeito Laércio foi o filho da prefeita, Paulo Gilmar. Ele entregou a chave para o prefeito e nós adentramos a prefeitura. A prefeitura estava toda saqueada, tinha xixi por tudo quanto era canto. Um fedor horrível, de xixi, de vômito, de fezes de pessoas jogadas pela prefeitura. Eu própria falei para o prefeito, o senhor tem um grande desafio pela frente, viu prefeito. Ele disse assim pra mim: é verdade, mas eu tenho uma grande Fé em Deus que eu vou conseguir resgatar o nosso município.

O caminho percorrido retrata o percurso que consideramos necessário para compreender se o que está ocorrendo em São Sebastião da Boa Vista, nesse processo de construção da política educacional, coaduna para a afirmação de que o poder local ali se consolida democratizado. A intenção foi demonstrar os avanços, mas principalmente evidenciar seus limites, uma vez que ao “reconhecer seus limites não significa negar possibilidades” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 8), pois temos como horizonte que a construção da democracia no país

É um processo complexo, desigual e contraditório, distinto em forma e ritmo em cada nação, determinado tanto pelas especificidades históricas locais, regionais e nacionais, como pelas condições criadas pela globalização e pela intervenção de agências multilaterais, redes internacionais de ONGs e movimentos sociais alternativos. (p. 7).

A partir desse momento, intentaremos demonstrar como se constitui nesse espaço as relações, as alianças e conflitos ali estabelecidos no que diz respeito a educação. As questões próprias da atualidade que nos são apresentadas colocam-se como novos desafios para tentar compreender como se processam na especificidade desse município.

3.7.13 O Governo Caboclo e a educação: primeiras ações, grandes desafios

Os primeiros dois anos de governo foram bastante complexos como mostramos anteriormente, as demandas para criar condições de funcionamento tanto da Secretaria de Educação quanto das escolas foram enormes. Segundo o ex-secretário de educação Tarcisio Tavares eles tiveram muitos desafios

Eu não diria um desafio, desafios. Pois eram diversos desafios. **No primeiro momento**, ao assumir a secretaria de educação, eu determinei que fosse feito um recadastramento para nós sabermos, porque não encontramos em nível de

documentação nada. Não tinha um ponto de como seguir. Então tinha que encontrar um ponto de começo. Pra mim, o desafio maior, era regularizar a situação funcional dos trabalhadores da educação. **O segundo** desafio era como fazer, encontrar uma estratégia já no primeiro momento pra começar as aulas. Normalizar a questão das aulas e fazer com que a gente pudesse **avançar no melhoramento do índice de aprovação das nossas crianças**. Então tem o desafio da merenda escolar, do transporte escolar, o desafio de capacitar os professores e, foi o que a gente fez no primeiro momento. **Era o momento de entender que a gente tava começando um novo momento na história desse município**. Entender que na vida pública precisa ter registros que antes não tinha então se dava um bilheteinho... Então os desafios foram muito grandes porque **não é só a implantação da nossa vontade de mudar a educação**, da nossa vontade de fazer com que os alunos aprendam, mas acima de tudo mudar toda uma cultura, **fazer uma nova gestão**, romper com muitos, eu diria, vícios dentro da própria educação e a gente está conseguindo fazer isso, ainda não 100%.

Fazer uma nova gestão significa para a realidade de São Sebastião da Boa Vista *“lutar contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital – e tem como “tarefa educacional a transformação social ampla emancipadora”* (SADER, 2005, p. 18). Significa também “superar os graves antagonismos estruturais de nossa sociedade” (MÉSZÁROS, 2005, p. 24) que no caso do município pesquisado a gravidade é muito maior quando relacionada a muitos do país, principalmente os localizados nas regiões mais desenvolvidas. A educação que até então foi ofertada as crianças e adolescentes

Que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de

perpetuação e reprodução desse sistema. (SADER, 2005, p.15).

Pelo menos no plano das orientações, a educação no município vem sendo tratada como uma alavanca para a mudança. Segundo Tarcisio Tavares

Nós temos consciência, nós temos debates acumulados ao longo da nossa história, que a emancipação de um povo, ela se dá com a educação, que é necessário tratar a educação com outro olhar.

No entanto, “fazer uma nova gestão” tem um duplo sentido que devemos levar em consideração em nossa análise. Ao mesmo tempo que o governo municipal visa atender as necessidades da população local, implementando políticas que busquem a *melhoria das condições de vida da população por meio de reformas sociais profundas e que apontem para a superação da pobreza e da injustiça social* (KHON, 2002, p. 145) como é o caso de São Sebastião da Boa Vista, faz-se necessário seguir as determinações advindas do *novo arranjo federativo resultante da Constituição de 1988* (idem) que o município ao tornar-se um ente da federação e assumindo responsabilidades antes pertencentes as outras esferas de governo na prestação dos serviços à população terá que dar conta do determinismo normativo que se impõe.

Duplo sentido e, duplo desafio. Como atender as demandas da população local a partir de uma perspectiva de gestão que vise uma democracia “real” (WANDERLEY, 2010) o qual consideramos ser a intencionalidade do Governo Popular – Mandato Caboclo ao mesmo tempo em que o “bom desempenho” do governo é regulado pelo primado do direito? Segundo o professor e representante da sociedade civil, José Tavares

O Laércio (prefeito) é uma pessoa muito inteligente, tem uma história de luta aí, a gente conhece muito, mas ele não entende muito de leis e pelo fato de não entender de leis, **ele é refém do jurídico. (...). Não se faz nada aqui sem parecer do setor jurídico.** A gente percebe assim, que devido essa questão da lei da responsabilidade fiscal³⁹, agora a lei de nepotismo e

³⁹ [...] a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe regras para a gestão dos recursos públicos. Contrariamente às expectativas de muitos, que temiam que a lei não “pegasse”, deu-se o oposto. As primeiras análises da Lei de Responsabilidade Fiscal mostraram que a imensa maioria dos municípios brasileiros conseguiu não ultrapassar os seus limites. Acostumados a

todas essas leis que engessam os governos e que na verdade elas são a baliza da sociedade, que faz com que hoje haja mais moralismo no poder público. Então essas leis fazem com que, hoje, os administradores eles fiquem muito medrosos em tomar determinadas atitudes. **E aí a gente já percebe assim que as administrações, elas estão se dando a partir do setor jurídico das prefeituras. E aqui não é diferente.** O que está acontecendo...dessa forma. Quando o jurídico quer, a coisa funciona.

Essa sobreposição do jurídico e administrativo sobre o pedagógico trouxe alguns entraves na organização da educação e o cumprimento de ações previstas no PAR, que vamos tratar mais a frente, mas que para exemplificar apresentamos o caso da aprovação Lei nº 200/09 de 11 de maio de 2009, que altera alguns dispositivos da Lei nº 001/91 de 27 de março de 1991 que cria o Conselho Municipal de Educação. Essa Lei demorou dois anos para ser aprovada contando que a elaboração e aprovação em primeira instância do seu conteúdo aconteceu na I Conferência Municipal de Educação, no mês de maio de 2007. Temos também como exemplo a Lei que cria o Sistema Municipal de Ensino e o projeto de Lei n.º 198/2009 – MSSBV, 15 de dezembro de 2009 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Trabalhadores em Educação Pública do Município de São Sebastião da Boa Vista/PA - PCCR. Em relação ao Plano de Cargos José Tavares relata que

Nós lutamos o tempo todo para fazer um plano de carreira do município e aí o governo coloca a responsabilidade para cima do sindicato. Quer que o sindicato venha com a proposta. Nós temos a proposta, mas só que nós precisamos de dados, trabalhar valores de salários e todo o tempo o governo não repassa esses dados pra gente. Nós já fizemos duas reuniões e fechamos acordo com o governo de fazer uma equipe de elaboração do plano de carreira composta pelo sindicato, pelo governo, secretaria de educação, representante do legislativo que era pra já sair um documento pronto pra que a gente tivesse a certeza de que ele iria ser aprovado. Não na íntegra, mas pelo menos a sua maior totalidade. **E todo o tempo o governo...se envia, não chega no setor jurídico.**

driblar os preceitos constitucionais quando estes se referem a gastos, os prefeitos vêm fazendo um duro aprendizado de austeridade e responsabilidade. O temos das punições, as pressões da população, das Câmaras e dos contabilistas que os assessoram têm contribuído decisivamente para o bom resultado verificado na gestão orçamentária dos municípios. (ANDRADE, 2007, p. 255).

No caso acima exemplificado, chamamos atenção para a demora na análise e liberação dos processos pelo setor jurídico e, que no município *tudo* passa pelo setor jurídico, que está ligado diretamente a Prefeitura Municipal, mais especificamente ao gabinete do prefeito. Registramos que no II Forum mesorregional de Educação do Campo – Marajó, realizado no município, a mesa que tratou da valorização dos profissionais da educação, teve a participação do advogado do município Hideraldo Tavares.

O quadro abaixo mostra as atribuições do setor jurídico da prefeitura do município e, que a equipe, em 2007 era composta por 3 (três) advogados, uma sobrecarga de trabalho mediante a demanda da municipalidade, o que pode ser um fator explicativo para a demora na análise e liberação dos processos pelo setor.

Tabela 14: Organograma do setor jurídico

Institucional	Contencioso	Administrativo	Ordenadministrativos	Atendimento à comunidade
Contratos/convênios Convênios Ofícios Pareceres Legislação Orçamento municipais Projetos de lei Licitação Decretos	Civil Penal Trabalhista Precatórios judiciais Constitucional Previdência	Contratos Certidões Parecer Notificações Ato administrativos Bens públicos Controle interno Servidores Tributário Serviços e obras municipais Desapropriação Urbanismo	Contratos Certidões Parecer Notificações Ato administrativos	Civil Penal Trabalhista Agrário

Fonte: Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista, 2007.

Mas, que também aponta uma contradição que vamos tratar mais a frente que está relacionada a aprovação da Lei que cria o Conselho Municipal de Educação. Segundo Gilvani Tavares havia a necessidade de

regulamentar uma série de questões, inclusive aprovar a Lei que nós já discutimos, já foi aprovada no meio educacional, que é a Lei da criação do Conselho e o Conselho precisa ser criado até por uma determinação do PAR e também da própria Procuradoria da República que está cobrando até junho a instalação do Conselho Municipal de Educação. Nós sabemos que o Conselho é crucial para o avanço das políticas do nosso município e é uma exigência do Plano de Desenvolvimento de Educação.

A Lei de Criação do Conselho Municipal de Educação só foi aprovada por conta da determinação jurídica advinda da Procuradoria da República. O não cumprimento das ações do PAR no município é outro ponto a ser tratado posteriormente.

Retomando às primeiras ações do executivo, para a educação, vimos na fala de Tarcisio Tavares a necessidade de realizar um recadastramento dos profissionais que atuavam na Secretaria e nas Escolas do município, pois o governo anterior não deixou nenhuma documentação; iniciar as aulas; melhorar os índices educacionais; transporte escolar, merenda etc. Esse primeiro momento foi de ação emergencial, o “fazer acontecer” com as condições existentes.

Os anos de 2005 e 2006 transcorreram nesse sentido, foi um período de transição, somente em 2007 que nas análises dos documentos e nos depoimentos passamos a ver um nível de organicidade maior, apesar de afirmarem na Proposta Educacional (2008) que

A partir de 2005, em uma nova Administração, a SEMEEL vem desenvolvendo seu papel de Gestora Institucional da Política Educacional de sua rede, na busca da **construção de um processo participativo, democrático e descentralizado, envolvendo as Unidades Educativas no conjunto das discussões e da tomada de decisão dos rumos da Educação Municipal**, o que caracteriza uma atuação positiva que incentiva o processo de autonomia das Unidades Educacionais. (SEMED).

O processo de descentralização começou, segundo Gilvani Tavares

(...) com a formação dos Conselhos, né? Conselhos nas suas áreas específicas: Conselho de Alimentação, Conselho do FUNDEB, dando autonomia a esses conselhos, e até capacitação para que eles pudessem entender o processo de fazer discussão.

No município mediante as condições estruturais foram criados

Num primeiro momento 14 Conselhos Escolares constituídos e esse conselho é um espaço de debate da própria escola ou das escolas, porque têm Conselhos que são consorciados, cinco (5) escolas formam um Conselho. É um espaço onde os professores e a comunidade se encontram para fazer a discussão. Precisamos avançar na questão que ainda não conseguimos da eleição direta para diretores, um passo que nós vamos ter que dar ainda este ano e trabalhar a gestão democrática nas escolas.

Houve avanços

Todas as unidades escolares do município já instituíram o Conselho Escolar, são atendidas 42 escolas da rede municipal de ensino, totalizando 5.700 alunos, com recursos repassados às escolas. (SEMED, 2009, p. 151).

A criação dos Conselhos Escolares foi vinculada num primeiro momento ao recebimento dos recursos advindos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Sobre as limitações na implementação da gestão democrática abordaremos com mais profundidade no item que trata do PAR.

3.7.14 A criação dos pólos

Posterior à criação dos Conselhos, a Secretaria de Educação cria os Pólos de Educação. Segundo Gilvani Tavares

Depois a gente sentiu a necessidade de polarizar o município, fazer seis pólos de educação, onde escolas próximas pudessem estar se encontrando, fazendo a discussão, planejando, fazendo o planejamento pedagógico. Mas isso na nossa concepção não era suficiente. Nós tínhamos que encontrar outros mecanismos. Os próprios professores terem espaços de convivência, de discussão, então a gente criou alguns encontros em nível de pólo e depois dos pólos entre si.

A polarização foi feita no sentido de atender as demandas advindas da zona rural

Então, a polarização que nós fizemos é justamente uma tentativa de dar uma resposta. Fazer com que os professores da região se capacitassem e vários cursos foram dados nesse sentido para poder compreender e atender as necessidades da zona rural. (Tarcisio Tavares).

Os pólos descritos por Gilvani Tavares são em número de seis (6) e foram criados seguindo o *critério de localização geográfica (proximidade), para facilitação dos processos educacionais* (SEMED, 2007). Eles são os seguintes:

Tabela 15 Pólos Educacionais

PÓLOS	ESCOLAS
URUCUZAL	Pedro Nogueira, Nazaré, Bom Jardim, São Marcos, Antonio Fonseca, Floriano Peixoto e Custódio Ferreira.
CAETÉ	Caeté, São Paulo, Cruzeiro, São José, Raquel, Menino Deus e Expedicionário Mesquita.
PRACUUBA MIRI	Alacid Nunes, Rei Salomão, São Francisco, São Benedito, Raimundo Pompeu, Ângela de Moraes, Haidêe Maia, Antonio Amaral e Madre Oliveira.
PRACUUBA/GUAJARÁ	São Sebastião, Gervásio Bandeira, Paulo V, Duque de Caxias, Vereador Engrácio, Os Inteligentes, Padre Silvério, Castanhal e Perpétuo Socorro
PAU-DE-ROSA	Independência, Bambo, Maloca, São Felix, São Lucas, São Pedro, Porto Alegre, Belos Prazeres, Lourival Camarão e Salomão Donato.

Fonte: SEMED (2007)

Em 06 de janeiro de 2007 ocorreu uma reunião da SEMED (SEMEEL na época) para tratar do planejamento estratégico da Secretaria para aquele ano. Foi uma reunião interna e estiveram presentes Marinaldo do Socorro Ferreira Reis, secretário municipal de educação esporte e lazer; professor Orlando Souza, assessoria técnica da UFPA; Rosane de Sousa Matos, coordenadora pedagógica da SEMEEL; Rosana N. Conceição Ribeiro, coordenadora pedagógica da SEMEEL; José Anderson Barreto de Freitas, diretor de Ensino; José Maria Gonçalves dos Santos, coordenador pedagógico; Ana Cristina Sousa dos Santos, coordenadores pedagógicos da EMEF. M Pe. José de Anchieta; Hamil Marques, coordenadores pedagógicos da EMEF. M Pe. José de Anchieta; Zelinda Duarte; secretária da Creche Municipal “Cantinho do Amor”; Marinete Costa dos Santos, secretária da EMEF. Nossa Senhora de Lourdes; João Balieiro, vice-diretor da EMEF. Rural “Paulo VI”.

Resultante da reunião saiu um documento orientador das ações efetivas para o ano de 2007. Verificamos um conjunto de ações voltadas para a organização e “consolidação dos pólos”. Apresenta o documento que a partir de 17 de janeiro daquele ano o processo de consolidação iniciaria. Destaca-se:

o processo de consolidação; a escolha dos coordenadores; a definição das atividades da coordenação e a constituição das secretarias desses pólos.

Posteriormente foi elaborado um documento que constava o perfil dos futuros coordenadores dos pólos. Abaixo segue a descrição do perfil.

Tabela 16: Perfil coordenador pólo

O Perfil exigido para os coordenadores de Pólo
1. Formação e experiência para o exercício da função;
2. Capacidade de articulação junto às pessoas, segmentos e comunidades;
3. Compromisso e responsabilidade com uma educação democrática e de qualidade socialmente referenciada;
4. Simpatia, empatia e tolerância na convivência com as pessoas;
5. Sintonia política e técnica com as diretrizes e metas da SEMED e da Prefeitura;
6. Capacidade de inovação e resolução para encaminhamento ágil das reivindicações e demandas dos segmentos das unidades educativas e da sociedade local;
7. Elaboração própria para produção de relatórios, documentos e materiais escritos inerentes a sua função;
8. Capacidade de expressão em público e coordenação de eventos para discussão de temas, propostas, reivindicações e demandas das unidades educativas e das comunidades dos pólos;
9. Habilidade básica no acesso e uso de meios eletrônicos de comunicação para facilidade, rapidez e agilidade na circulação das informações e contato;
10. Compreensão das dimensões fundamentais de política educacional e das normas gerais que regem a gestão da educação municipal e de suas articulações com as demais instâncias institucionais.

Fonte: SEMED, 2007

Atribuições do Coordenador de Pólo

1. Desenvolver e fomentar ações de planejamento, avaliação institucional e controle social da gestão democrática das unidades educativas do Pólo;
2. Estimular proposições de fortalecimento e acompanhamento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem no pólo e no Município;
3. Auxiliar na implementação e publicização de formação inicial da SEMED junto aos diversos segmentos das unidades educativas do Pólo e no município;
4. Buscar e impulsionar estratégias de formação inicial e continuada dos profissionais da educação que exercem atividades nas unidades educativas do Pólo;
5. Coordenar a distribuição de matérias que possa assegurar a qualidade e o desenvolvimento satisfatório do trabalho de gestão e dos processos de ensino e aprendizagem das unidades educativas do pólo;
6. Articular eventos e dinâmicas de comunicação para mobilização e discussão com os segmentos e comunidades do Pólo e do Município;
7. Incentivar a realização de parcerias para uso dos espaços educativos do Pólo através da realização de ações sócio-educativas na perspectiva de uma educação integral e integrada;
8. Fiscalizar a devida aplicação dos recursos financeiros para garantir o atendimento adequado das necessidades dos segmentos e das comunidades do Pólo;
9. Monitorar o atendimento de transporte escolar no Pólo, no sentido de garantir a segurança e o bem estar dos alunos usuários;
10. Acompanhar a distribuição, estoque e adequado armazenamento de merenda escolar nas unidades educativas, para garantir sua qualidade e aproveitamento;
11. Promover a troca de informação, experiências e vivências entre os segmentos e as unidades educativas do Pólo, entre si e com pessoas, entidades e instituições locais e de outras instâncias, no sentido de consolidar uma educação democrática e de qualidade socialmente referenciada;
12. Mediar e organizar as demandas e reivindicações dos diferentes segmentos das unidades educativas junto a SEMED no sentido de agilizar a resolução das situações colocadas;
13. Comparecer e participar dos eventos e reuniões promovidas e apoiadas pela SEMED para consolidar a compreensão e sintonia com a dinâmica de gestão da Instituição;
14. Elaborar relatórios bimestrais ou outras formas de comunicação, em conformidade com as exigências de demanda, para dar atividades desenvolvidas e planejadas;
15. Exercer as demais atribuições que lhe couberem e quaisquer outras inerentes a natureza do cargo e/ou função.

Fonte: SEMED, 2007

3.7. 15 Institucionalização dos Espaços Públicos de Participação

A participação social sempre figurou como uma das marcas do Governo Popular – Mandato Caboclo. No “Plano de Governo” documento elaborado para a campanha eleitoral das eleições municipais 2008 verificamos um resgate da participação para a construção de um governo sustentado pelos princípios democráticos. Consta no documento que

Tratando-se da necessidade de se construir um Governo democrático – característica acentuada do capital político das administrações petistas em âmbito nacional -, importa construir um processo no qual a conquista do governo, por meio do voto popular, não esgote as possibilidades de participação da sociedade. Um processo que estabeleça dois focos democráticos: um, com origem no voto; o outro, baseado de formas diretas de participação. Enfim, propõe-se a combinação da democracia representativa com a democracia direta, assim, compondo a democracia participativa. (PT, 2008, p. 12).

No campo educacional também foram criados espaços públicos democráticos em que a sociedade civil seria protagonista na tomada de decisão em conjunto com a sociedade política. Os mecanismos de democracia direta utilizados em São Sebastião da Boa Vista foram as pré-conferências, as conferências municipais de educação e os fóruns. Para análise empreendida decidimos focar na Conferência Municipal, em que pudemos acompanhar com mais profundidade e tivemos acesso a um número maior de documentos e informações.

E, também por ser neles que pudemos perceber o nível de participação da sociedade civil e como posicionam-se diante das discussões e deliberações em torno da educação.

3.16. 1 As Pré-Conferências

Para consolidar a gestão democrática e a participativa no município, no que se refere, a organização da educação municipal, a Secretaria realizou seis pré-conferências que tiveram como objetivo

[...] um trabalho de preparação dos pólos, onde os pólos realizaram seis pré-conferências chamando a comunidade, os alunos, pais de alunos, os próprios professores para fazer a discussão das temáticas concernentes à educação. E dessas pré-conferências foram eleitos os delegados que iriam participar da I Conferência Municipal de Educação.

Segundo Tarcisio Tavares

Houve discussões, na verdade tivemos que fazer uma Proposta Educacional, nós partimos para as discussões nas nossas bases. Quem são nossas bases? As nossas comunidades. Nós não fomos simplesmente para os pólos e dissemos “agora a gente vai discutir” a proposta educacional, mas nós fomos à base, conversamos com os nossos professores, fizemos uma pré-proposta (...) já nos pólos. Foram seis reuniões se eu não me engano que nós tivemos. Foram muitas pessoas. Nós fomos para as pré-conferências para garantir o que nós queríamos.

A proposta apresentada pela SEMED para discussão nas pré-conferências possuía quatro eixos: acesso e permanência; valorização dos profissionais, qualidade e modalidade de ensino. Abaixo segue um quadro demonstrativo dos eixos e das ações.

Tabela 17: Eixos e Ações da Educação

Eixos	Ações
Acesso e Permanência	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias no transporte escolar, através de terceirização; • A terceirização deverá ser por meio de cooperativas, as quais devem ser administradas pelos barqueiros; • Criação dos Conselhos Escolares, para cada escola administrar os recursos do PDDE; • Prestação de conta com a comunidade, quanto à gerência dos recursos do PDDE; • Efetivação da proposta de polarização das escolas
Valorização dos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Carreiras, Carlos e salários; • Participação ativa no sindicato da categoria – SINTEPP; • Criação do Regime Escolar • Oficinas pedagógicas por pólo • Criação de bolsas integrais para professores que estejam cursando o nível superior, ou então, a criação de cursos superiores no nosso município; • Salário base até R\$ 800,00 por 100h + vantagens.
Qualidade no Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de oficinas teóricas e práticas para os professores; • Maior aquisição de materiais para confeccionar jogos didáticos; • Disponibilizar recursos didáticos para auxiliar as atividades dos professores; • Auxílio médico oftalmologista para ajudar alunos albinos; • Implantação de cursos universitários em nosso município; • Curso de Formação Continuada; • Construção de espaço físico para as escolas: Floriano Peixoto, Bom Jardim e Pedro Nogueira; • Construção da ponte do Urucuzal; • Implantação de escolas profissionalizantes no município para os jovens possam adquirir uma profissão; • Implantação de uma escola agrícola no município, através de convênio com a escola Agrotécnica de Castanhal; • Estabelecer critérios de análise para definir o cardápio da merenda escolar, levando em consideração a realidade das escolas; • Criar local adequado para armazenar a merenda nas escolas.
Modalidade de Ensino	<p>1) EJA e MOVA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir o acesso e permanência dos alunos através da disponibilização de transporte merenda e metodologia adequada à faixa etária; • Implantação de grupos geradores ou baterias, para garantir energia nas escolas; • Providenciar médicos para realizar exames de vista e propor parcerias com o poder público para aquisição de óculos. • Aumentar as metas para atendimento de EJA nos pólos • Cursos de formação continuada.

2) Pré-escolar:

- Construção de um prédio específico para o ensino infantil ou disponibilização de uma sala própria para atender somente esta modalidade
- Criação de uma frota de barcos para atender aos alunos por modalidade;
- Garantia de material didático e de merenda e almoço para os alunos que residem distante;
- Formação continuada para os docentes (03 vezes ao ano);
- Ajudantes para docentes;
- Uniformizar os alunos de todas as modalidades e de todas as escolas;
- Implantação de uma brinquedoteca com recursos diversos (livros infantis, cd's, dvd's, microsystem, mesas, cadeiras, armários etc);
- Almoço para as crianças do pré-escolar que residem mais distantes;

3) Ensino Fundamental

- Uniformizar os alunos de todas as escolas;
- Realizar reuniões bimestrais entre técnicos da SEMEEL, pais e mestres para dirimir as problemáticas internas de cada escola;
- Propor projetos em atenção a leitura e escrita;
- Efetivar a transversalidade dos conteúdos como: juventude, violência, drogas e outros, através de oficinas e seminários;
- Promover assessoramento pedagógico aos docentes das classes seriadas;

4) Ensino Médio

- Implantação do Ensino Médio nas escolas pólos, implementando cursos profissionalizantes;
- Adequar estrutura física, humana e material para funcionamento da modalidade (contratação de pessoal, casa dos professores, transporte, merenda escolar, máquina de Xerox, computador, energia e recursos áudio-visuais.

5) Educação Especial

- Planejamento ou formação continuada para docentes;
- Compra de materiais didáticos adequados para a modalidade.
- Estrutura física adequada para inclusão dos alunos;
- Orientação para pais e assessoramento técnico e pedagógico para professores.
- Contratação de técnicos habilitados na área da educação especial pelo poder competente.

As Pré-conferências foram realizadas durante os meses de abril e maio de 2007, mais especificamente entre os dias dez (10) de abril até o dia cinco (5) de maio daquele ano. Abaixo o quadro apresenta o calendário de realização e os respectivos locais

Tabela 18: Calendário Pré-conferências

PÓLO	DATA
Pracuúba-guajará	10/04/02007
Caeté	11/04/2007
Pracuúba Miri	12/04/2007
Pau-de-rosa	20/04/2007
Urucuzal	27/04/2007
Cidade	05/05/2007

A maioria das pré-conferências foram realizadas na zona rural, algo que demandou o deslocamento aos pólos através do meio de transporte mais usado no município que são as *rabetas*.

3.16.1. 2 A Pré-conferência no Pólo Pracuúba-Guajará

A pré-conferência do Pólo Pracuúba-Guajará foi a primeira das seis, realizada no dia dez de abril de 2007, na localidade Cariá.

Estavam presentes as associações comunitárias, alunos e demais da sociedade civil, órgãos governamentais e não-governamentais, interessados em discutir os rumos da educação boavistense. (Ata Pré-conferência, 2007).

A participação da Sociedade Civil se efetivou pela presença dos representantes das comunidades: Cariá, Pedras, Bom Jesus, Castanhal, São Sebastião e da Associação dos Moradores do rio Cariá e afluentes, Associação dos Trabalhadores do Médio Pracuúba, Igreja Adventista do Sétimo Dia e Assembléia de Deus.

A única fonte de evidência que temos da realização da pré-conferência no Pólo Pracuúba-Guajará é a ata de reunião que conseguimos junto a SEMED. Como anexo da ata da reunião estava a lista de presentes, no total de cento e vinte e cinco pessoas, incluindo os técnicos da secretaria de educação do município, um número considerado expressivo mediante a localização geográfica da comunidade e a dificuldade de acesso, sendo este, realizado apenas por embarcações.

A pré-conferência iniciou efetivamente com a palestra do Diretor de Ensino do município na época, professor José Anderson Barreto que falou do tema *“Concepção de Educação”*, abrangendo ainda, conforme diz o documento: *“o dever da família, cidadania, democracia, gestão, entre outros assuntos correlatos aos aspectos educacionais.”* (SEMED, 2007, p. 01)

Dando prosseguimento foi solicitado aos presentes que fizessem uma avaliação da educação, especificamente, o trabalho da SEMED quanto *“sua gerência, bem como da atuação relativa aos demais setores do órgão e até mesmo do desempenho docente”*. (Idem).

Além dos técnicos da educação, a comunidade manifestou-se. Segundo a ata da reunião

O senhor Tiringo expressou o seu contentamento em acompanhar **o avanço que vem se efetivando na educação**, principalmente porque hoje já se vê na escola pólo do Guajará grandes mudanças;

O senhor Antônio Parangaba expressou sua grande vontade de acompanhar o cumprimento de certas promessas que foram garantidas no período eleitoral e que ainda não se efetivaram. **Ressaltou também a necessidade da participação comunitária no sentido de reivindicar o que seja necessário ao bem comum**, em prestar atenção no que estiver faltando.

O senhor Gilberto do Guajará usou da palavra abordando sobre a situação sócio-econômica do município, e que esta ***pré-conferência seria ou é o momento ideal para determinadas reflexões e discussões*** tais como: número de pessoas envolvidas neste fórum, porque a quantidade de desempregados em São Sebastião? (...) qual o número de alunos na escola? Quantas crianças estão fora da escola e por quê? Como está a situação do transporte escolar? (...) a escola está oferecendo espaço para educação física? A secretaria arquiva documentos?

O professor Francinaldo Bandeira abordou um assunto considerado preocupante: se a criança tem o direito de garantir a sua inserção na escola, por que temos tantas fora?

O Sr. Eduardo Andrade, da comunidade Castanhal afirmou que a educação está andando a passos lentos, tem apresentado algumas deficiências; o que é prioritário fazermos momentos como esse de construção e debate coletivo, lutar por melhorias e soluções. Como proposta sugeriu a implantação de escolas pólos para acabar com as “fabriquinhas” de sala de aula que são pequenos espaços na zona rural que chamamos de escola, efetivamente esses espaços não passam de lugares apertados, quentes, sem a mínima chance de aprendizagem.

O senhor Zequinha relatou ser bom estarmos juntos para que possamos destacar os pontos significativos para a melhoria de nossas escolas. As pessoas que tem coragem de manifestar sua opinião estão de parabéns, pois os assuntos aqui tratados dizem respeito à educação de nossos filhos, o que devemos levar à sério; valorizar o que está bom e reivindicar o que necessita melhorar (...) nossas escolhas precisam de um padrão de qualidade (...) é necessário mantermos a união entre toda a comunidade escolar.

Após as falas dos representantes da comunidade, esses foram divididos em grupos, conforme eixos de interesse presentes na proposta apresentada pela Secretaria de Educação, que constam no quadro 17, para discuti-los objetivando a construção do Plano Municipal de Educação para o período de dez anos.

Além de discutir e decidir sobre a proposta de educação do pólo Pracuúba-Guajará, os presentes elegeram os delegados que participariam da I Conferência Municipal de Educação.

A ata não informa o número de delegados e nem o nome dos eleitos.

3.16.1.3 A Pré-conferência do Pólo Caeté

No pólo Caeté, a pré-conferência aconteceu no dia 11 de abril de 2007, na comunidade Caeté reunindo 159 pessoas. Após os procedimentos iniciais, o Secretário de Educação, na época, professor Marinaldo Reis falou *“da importância da pré-conferência, onde serão apontadas as diretrizes ou os rumos que a educação boavistense deverá tomar a partir daquele momento.”* (SEMEEL, 2007 – Ata de Pré-Conferência Pólo Caeté).

Das falas dos participantes levantamos alguns pontos que resumimos

Ainda está faltando alguma coisa na educação, mas a iniciativa da pré-conferência já é uma ação concreta para apontar melhorias, reafirmou a necessidade de todos se interessarem pela educação, de fazerem sua parte e cada vez mais procurar melhorar a sua atuação docente (Prof. Elço Marinho);

(...) ainda não estamos 100%, a mudança é gradativa, referiu-se a um panorama de como era a educação boavistense antes e como está hoje e falou *“temos que tentar viver uma democracia diferente, mas para isso é necessário darmos os braços, as mãos para conseguirmos as melhorias. O que está bom? O que mudou? (...)”* (Profa. Silvinha);

(...) o que de fato está necessitando é uma revisão no currículo escolar a fim de que contemple uma formação específica para a comunidade ribeirinha, falou a respeito do transporte que necessita melhorar e do uniforme para os alunos (...) (senhor Heitor).

Posteriormente deu-se prosseguimento aos trabalhos: divisão dos grupos por eixo, discussão e deliberação, apresentação das propostas, votação e decisão, para finalizar, a escolha dos delegados para a Conferência.

3.16.1.4 A Pré-conferência no Pólo Urucuzal:

A pré-conferência do Pólo Urucuzal ocorreu no dia 24 de abril de 2007 e contou com a participação de 117 (cento e dezessete) pessoas.

Assim como na pré-conferência do pólo Pracuúba-Guajará, a dinâmica foi a mesma: Considerações iniciais com a fala de dois professores,

posteriormente o diretor de ensino do município, professor José Anderson tomou a palavra e fez a abertura da pré-conferência justificando a ausência do secretário de educação, do prefeito e do vice-prefeito.

Após esse momento a comunidade fez suas colocações, em que foram levantadas questões como:

- As dificuldades na educação, especificamente a situação das classes multisseriadas (Prof. Jones Pereira);
- Problemas na aprendizagem das crianças, em que não é possível aceitar que elas aprendam somente a ler e a escrever e que as classes multisseriadas não contribuem para um melhor rendimento (senhor Pedro Pereira)
- As multisséries dificultam a atenção dos alunos porque o professor tem que trabalhar com outras séries (senhor Juscelino)
- Duas grandes dificuldades existem: as classes multisseriadas e o local que não é apropriado para trabalhar (professora Rafaelma).

Em resposta aos professores e professoras que fizeram suas colocações e reivindicações sobre as classes multisseriadas, o diretor de ensino discorreu que

Hoje discutimos a nucleação das escolas visando oferecer uma educação de qualidade, agora precisamos ter claro que é ilusão pensarmos que vamos acabar com as multisséries porque não teremos condições reais para isso.

Posterior ao momento de fala da comunidade como um todo, deu-se continuidade a pré-conferência com as discussões em grupo, apresentação das propostas resultantes, aprovação e além da escolha dos delegados para a Conferência.

3.16.1. 5 Pré-conferência Pólo Pracuúba Miri

A Pré-conferência do Pólo Pracuúba Miri aconteceu no dia 12 de abril de 2007 e contou com a participação de 249 pessoas. Segundo relato do Secretário de Educação descrito na ata da pré-conferência

É um momento de preparação para a Conferência Municipal de Educação, e precisamos estar dizendo o que queremos para os próximos dez anos, mediante as discussões estaremos construindo o nosso Plano Municipal de Educação. (Secretário de Educação).

Afirma também que as decisões em torno da educação do município aconteceriam durante a Conferência e, que a mobilização feita visa à criação do Sistema Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista, onde pressupõe a participação na tomada de decisão em torno das questões educacionais.

Em relação à educação do campo pontua que

Hoje se reconhece que a educação do campo tem suas especificidades, então precisamos estar discutindo nossos problemas e apontando caminhos para solucioná-los.

Discorreu também sobre os processos democráticos na escola e, precisa-se *“exercitar a democracia dentro das escolas, pois as práticas antidemocráticas aparecem na gestão e também nas escolas”*.

A comunidade pronunciou-se apresentando suas reivindicações que estão relacionadas à: falta de uma universidade para que os jovens tenham acesso ao ensino superior; adequada estrutura física das escolas; melhorias no transporte escolar; biblioteca; implantação do ensino médio no interior entre outras.

Em relação ao currículo afirmam que

Não adianta terminar o ensino médio, pois não tem outra coisa para fazer a não ser apanhar açai, nós precisamos de um currículo voltado para nossas necessidades. Precisamos de uma educação rural. Nossos alunos precisam de uma

educação cidadã na qual possamos participar. (Prof. Raimundo)

Posteriormente deram-se continuidade as atividades, organizando os grupos para discussão e socialização das propostas que seriam encaminhadas para a Conferência.

3.16.1.6 Pré-conferência do Pólo Pau-de-Rosa

Aos 20 dias do mês de abril de 2007, na localidade Porto Alegre foi realizada a quinta pré-conferência preparatória para a I Conferência Municipal de Educação do município. Diferente das outras pré-conferências o número de participantes ao serem comparados parecem insignificantes, somente 49 pessoas participaram do momento.

Como de praxe, o Secretário de Educação fez um pronunciamento sobre

O processo educacional que vem acontecendo nos últimos dois anos no município, informando sobre os principais acontecimentos do ano, na área educacional, tais: formação continuada, curso universitário para os professores, Conferência e Encontro Mesorregional de Educação Campo entre outros como programas e projetos educacionais como reforma e construção de escolas; falou das perspectivas de governo, suas implementações e o que ainda falta fazer; reconheceu os erros e os acertos e finalizou dizendo que muito já se fez, mas há necessidade de se fazer muito mais, em especial na educação.

A localidade Pau-de-Rosa é considerado um grande desafio para São Sebastião da Boa Vista. A distância da sede do município dificulta o acompanhamento dos processo educacional tornam-se complexos. Pudemos perceber na fala dos presentes o que ocorre no cotidiano das escolas:

Sobre a merenda escolar

A merenda escolar é liberada para poucos dias, diferentemente de outras realidades, o Pau-de-rosa é longe demais e poderia se pensar em modificar a ação (...) sugeriu que seja liberada ao menos para dois meses, assim, os alunos não ficam sem merenda. (Prof. José Augusto).

Outras reivindicações

Mau atendimento sofrido pelos funcionários no dia do pagamento de salários; necessidade de se construir um poço artesiano; a falta de material didático, ampliação de escolas, construção de banheiros, falta de copa na escola

3.16.1.7 Pré-conferência do Pólo Cidade

A última pré-conferência aconteceu na sede do município, no Centro Comunitário São Sebastião, aos cinco dias do mês de maio de 2007.

Da fala do Secretário de Educação destacamos a importância da sociedade civil está discutindo os problemas da educação boavistense e coletivamente apontando soluções. Afirmou serem *essas ações que respaldam o trabalho da SEMED junto à comunidade para tomar decisões e, assim, construir uma educação melhor para todos (...)* falou da importância de participar da Conferência, pois é o momento de consolidação das propostas de melhorias para a educação.

Os participantes posicionaram diante dos principais problemas que vem enfrentando no cotidiano da educação, os quais verificamos que nas outras pré-conferências esses problemas foram colocados tanto pelos representantes da sociedade civil quanto pelo governo municipal. Dentre eles destacamos: o problema com o transporte escolar; necessidade contratação de técnicos especializados como psicopedagogos, psicólogos e educadores especiais; merenda escolar; presença dos pais; valorização dos professores e profissionais da educação. Posterior a discussão e tomada de decisão em torno da proposta a ser levada à Conferência, os delegados foram eleitos.

3.16.2 I Conferência Municipal de Educação

A I Conferência Municipal de Educação ocorreu nos dias 17 e 18 de maio de 2007, no Centro Comunitário “São Sebastião”, na sede do município de São Sebastião da Boa Vista.

Anterior à sua realização, a SEEMEL convocou órgãos e entidades públicas, sociedade civil organizada e demais interessados a participarem desse momento considerado histórico para a educação do município. Através do edital 001/2007, de 23 de fevereiro de 2007, apresenta as justificas de realização da Conferência

Com o propósito de promover em conjunto com a coletividade social, debates e reflexões, bem como, a definição de proposições e ações, bem como a definição de proposições e ações, para os próximos dez anos, que indicarão os novos rumos à Educação boavistense. (SEEMEL, 2007).

Também enviou carta às escolas, onde fez um balanço do ano anterior, apresentando as realizações da SEEMEL e falando sobre a Conferência

Neste novo ano queremos continuar de mãos dadas para elaborar o Plano Municipal de Educação, envolvendo e mobilizando e intensamente nossa sociedade para discutir a concepção e o tipo de educação que queremos para as crianças, jovens e adultos, através de pré-conferências nos diversos pólos do Município e nos preparar para o grande evento no mês de maio que será a Primeira Conferência Municipal de Educação e a 2ª Conferência Marajoara de Educação do Campo. (SEMED, 2007).

No regimento interno, capítulo I, no item que trata da finalidade da Conferência apresenta como objetivo que está

Terá que promover debates e reflexões, bem como, definir proposições e ações que nortearão a devida **efetivação do Sistema Municipal de Educação**, buscando viabilizar políticas públicas voltadas para o atendimento e melhorias das diversas modalidades de ensino, a partir da **construção e consolidação do Plano Municipal de Educação**.

A Conferência foi dividida em dois momentos, denominado no regimento de Conferência Magna e através de grupos de trabalhos por eixos temáticos (REGIMENTO INTERNO, Capítulo II, Art. V), tendo início às sete e trinta da manhã para credenciamento dos delegados e observadores. Após o momento destinado à solenidade de abertura, composição da mesa das autoridades, mística de abertura, apresentação e acolhida das representatividades dos pólos e associações houve o pronunciamento das autoridades. Destacamos o pronunciamento do Presidente da Câmara Exm^o Sr. José Rosa Pereira que *“ressaltou a importância das autoridades presentes (...), e expressou que é um momento histórico e espera que esta Conferência seja exemplo e modelo para as próximas que virão”*.

Para o Secretário de Educação, professor Marinaldo Reis, a Conferência representa a *“projeção e efetivação dos rumos da educação boavistense”*. Por fim o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Prefeito Laércio Pereira. Após cumprimentar os integrantes da mesa, falou

Dos desafios em relação à aplicabilidade dos recursos que são pequenos, mas a capacidade que temos, podemos apontar o que queremos para o amanhã; é necessária a formação de um projeto que aponte o que queremos para os povos ribeirinhos. Temos que chamar para nossa responsabilidade um projeto que seja pensado para ao menos 10 anos, em vista de acreditarmos possuir a capacidade de propor e, mudar esta realidade.

Com esse intuito, a SEMED reuniu mais de 400 pessoas na Conferência, representantes tanto da sociedade política quanto da sociedade civil para discutir e tomar decisões em torno da educação boavistense (delegados).

O resultado da Conferência está presente no Documento da Proposta Municipal da Educação, onde reúne as metas a serem cumpridas pelo executivo municipal, onde essas metas têm sua origem nas demandas advindas das pré-conferências realizadas nos pólos de educação, localizados tanto na área rural quanto na área urbana do município.

O documento apresenta um histórico do município e da educação e o diagnóstico da educação de 2005-2007 e as propostas para o plano municipal de educação, em síntese

a implementação da referida proposta contempla a sistematização almejada pelos diversos segmentos sociais expressas na manifestação de seus representantes e no desejo do Governo Municipal em implementar políticas públicas, voltadas para o fortalecimento de nosso sistema educacional, buscando vislumbrar significativos avanços, não somente do ponto de vista quantitativo da educação, porém muito mais eficiente, ao que se propõe enquanto qualidade de ensino. (p.1)

3.16.3 O Estado em ação: tensões e complementaridade entre os projetos políticos em disputa.

Quando resolvemos estudar a educação de São Sebastião da Boa Vista, verificamos que teríamos um trabalho de grande envergadura, pois para responder se as ações desenvolvidas tanto do ponto de vista organizacional quanto pedagógico encaminhariam para a consolidação de um poder local democratizado, não bastaria levantar evidências apenas do ponto de vista da educação.

Pensar todo o processo, que teve início ainda na década de 80 do século passado e tem sua culminância no final da primeira década do século que se sucede, mostrou-se como necessário. Quase uma imposição, pois a conjuntura, as circunstâncias e as condições, não só da educação, mas da questão social como um todo, e, não só a nível local, mas nacional e global colocaram-se como importantes para compreender a trama e seus traumas como nos diz Sousa (2009).

Nesse contexto figurou como centralidade o processo de construção democrática e seus desdobramentos; os projetos políticos em disputa e; a relação entre sociedade civil e sociedade política.

No decorrer do estudo, após ter feito todo um levantamento das evidências, aqui entendidas como os documentos, entrevistas e observações realizadas, nos deparamos com o *Estado em ação*, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado no ano de 2007 e *ven sendo tratado como a versão educacional do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem como foco, segundo seus idealizadores, a melhoria da qualidade da educação básica* (AÇÃO EDUCATIVA, 2007). Nesse sentido, nos questionamos sobre a complementaridade e tensões entre a ação do Estado através do PDE e o processo de discussão, elaboração e implementação de uma política educacional desenvolvida no e pelo município de São Sebastião da Boa Vista.

A hipótese determinante era de que o PDE configurar-se-ia como uma intervenção do Governo Federal e que desconsideraria todas as ações realizadas e em realização na municipalidade e, que pelas razões e princípios apresentados como também pela forma como foi elaborado representaria o projeto político neoliberal. Outra questão é que, desarticulária todo um processo participativo, desmobilizando não só a ação do Governo local, mas principalmente, a atuação de uma sociedade civil comprometida com o processo de construção da democracia defendida por eles como *plena* no município.

Outrossim, *por não ter viabilizado um processo de debate público para a formulação do Plano* (AÇÃO EDUCATIVA, 2007, p. 5) *com a participação dos profissionais da educação* (somente sindicatos, mas não os profissionais da rede pública) e estabelecendo um diálogo constante com

a articulação Compromisso Todos pela Educação, que reúne setores da sociedade civil, entre eles, destacadamente, empresários. A sinergia entre o MEC e o grupo dói tão intensa que o termo de compromisso formulado para a adesão de municípios, em troca de apoio técnico e financeiro do MEC, foi batizado com o mesmo nome. (idem, p. 6).

As críticas sofridas pelo MEC dizem respeito também, ao abandono do Plano Nacional de Educação, causando polêmica, pois este deveria ser, o orientador da formulação do PDE. A questão colocada é

O PDE, ao assumir as metas do Compromisso Todos pela Educação, acabou por desconsiderar as metas do Plano Nacional de Educação aprovado em 2001, que foi resultado de uma ampla mobilização e conquista da sociedade civil brasileira. Tal equívoco pode reproduzir no âmbito municipal, caso as novas metas do PDE não levem em conta os planos municipais de educação possivelmente existentes e outros mecanismos de planejamento participativo do desenvolvimento local. (PONTUAL, 2007, p. 51).

As críticas foram duras, mas o MEC recebeu elogios por ter assumido a responsabilidade de atuar em defesa de uma educação de qualidade no País. No que se refere à gestão, o Plano foi saudado como a *chegada da gestão empresarial à educação*, concluiu-se que a partir do PDE os problemas da educação seriam sanados, uma vez que suas falhas não estariam diretamente relacionadas à falta de recursos, mas a gestão.

Essa posição é defendida pelos defensores do modelo gerencial que visa resultados como tratamos no Capítulo II desta tese. Segundo Pontual (2007),

[...] sobre a falsa polêmica que se estabeleceu no debate público (...) sobre se os enormes déficits da qualidade de nossa educação seriam devidos à falta de recursos ou a debilidade de gestão do sistema. Essa falsa polêmica se alimentou, ainda, da ênfase dos discursos governamentais aos aspectos gerenciais da gestão, como a meritocracia e o estímulo a um sistema de premiação pelo cumprimento das metas estabelecidas. Na nossa compreensão, a educação brasileira segue precisando de maiores e contínuos investimentos e de um choque de gestão democrática que possa incorporar em todos os níveis federativos e em todas as suas modalidades os atores sociais envolvidos na discussão sobre a educação que queremos, para um desenvolvimento integral e com equidade, e a criação de um sistema nacional de educação que implemente tais diretrizes e institucionalize mecanismos de participação e gestão democrática em todos os seus níveis. (p. 51).

Defendida também por grupos que desconhecem a realidade da maioria dos municípios brasileiros, e, veem o PDE como uma *possibilidade de lucro* ao “comercializarem” a idéia de que para alcançar as metas estabelecidas pelo Governo Federal, basta que os municípios adquiram os pacotes educacionais que estão no mercado, como é o caso do município de Altamira no estado do Pará, em que o prefeito firmou uma parceria com o Programa de Gestão Municipal e Escolar do Instituto Ayrton Senna e da Fundação Banco do Brasil, denominado Programa Escola Campeã, estudado por Miléo (2007) em sua dissertação de mestrado⁴⁰. Nesse sentido, percebemos que esse movimento que vê a educação como um serviço comercializável é anterior a existência do PDE.

Mas, retomando o debate entre os projetos em disputa, pelo menos para os depoentes o PDE configura-se como complementaridade e não como intervenção como veremos mais adiante, apesar de limitar a participação e desmobilizar a sociedade civil ao mesmo tempo que regula o alcance das metas.

3.16.3.1 Razões e Princípios do PDE : Democrático ou neoliberal?

No documento que trata do PDE, verificamos a afirmação de ser prioridade para o Estado brasileiro

uma educação básica de qualidade. (...) Investir na educação básica significa investir na educação profissional, na educação superior e na educação a distância, porque todas estão ligadas, direta ou indiretamente. Significa também envolver todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. (2007, p. 5).

⁴⁰ O Programa Escola Campeã sustenta-se sob dois eixos segundo Miléo (2007, p. 92): Gestão municipal fortalece o município para assegurar a universalização e a qualidade do ensino, melhorando a capacidade do município de coordenar e implementar uma política educacional que priorize o ensino fundamental e a operação eficiente de uma rede de escolas eficazes, integradas e autônomas. Gestão escolar fortalece e instrumentaliza a escola para gerenciar sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica; assegura a melhoria contínua do desempenho dos alunos e fortalece a participação da comunidade na vida da escola (PROGRAMA ESCOLA CAMPEÃ).

Para o excelentíssimo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a educação (...), é um caminho sólido para o Brasil crescer beneficiando todo o nosso povo. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um passo grandioso nesse sentido. (PDE, 2007, p. 3).

O Governo Federal, por intermédio do Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, publicado no D.O.U. em 25 de abril de 2007, dispõe sobre a implementação do "Plano de Metas Compromisso todos pela Educação", assim definido em seu Art. 1. "...é a conjunção dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica."

No plano das orientações, a concepção de educação que inspira o PDE,

no âmbito do Ministério da Educação, e que perpassa a execução de todos os programas reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho. A escola pública e, em um nível mais geral, a política nacional de educação exigem formas de organização que favoreçam a individuação e a socialização voltadas para a autonomia. (p. 5).

Para além das razões e princípios, o PDE possui também um plano executivo com quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Nos deteremos à educação básica.

No que se refere à educação básica, o item que trata da avaliação e responsabilização: o IDEB configura-se como nosso foco de atenção, pois é a partir dele que consideramos ser possível afirmar em que projeto político o PDE está alicerçado, pois sabemos que a avaliação e modelos de responsabilização em educação, segundo (AFONSO, 2005) advém da década de 1980 da emergência de políticas neoliberais e neoconservadoras que veio dar novo impulso aos mecanismos de responsabilização (p. 44). E que,

a avaliação dos sistemas educativos aparece doravante associada à responsabilização pelos resultados escolares dos alunos, sendo estes obtidos, sobretudo, pela utilização de testes estandardizados.(idem).

Para o Governo Federal, o PDE

Promove profunda alteração na avaliação da educação básica. Estabelece inclusive, inéditas conexões entre avaliação, financiamento e gestão, que invocam conceito até agora ausente do nosso sistema educacional: a responsabilização e, como decorrência, a mobilização social. (BRASIL, 2007, p. 19).

Essa responsabilização⁴¹ vem se estabelecer com a reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2005, que posteriormente através da Prova Brasil e o Educacenso configurou-se no IDEB, em que se combinou os resultados do desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar), que não seria mais realizado por escola, mas por aluno. Afirma o MEC

A partir do IDEB, foi possível fixar metas de desenvolvimento educacional de médio prazo para cada uma dessas instâncias, com metas intermediárias de curto prazo que possibilitam visualização e acompanhamento da reforma qualitativa dos sistemas educacionais. (BRASIL, 2007, p. 24).

⁴¹ Os dados do SAEB, antes amostrais, passaram a ser divulgados também por rede e por escola, o que tem aumentado significativamente a responsabilização da comunidade de pais, professores, dirigentes e da classe política com o aprendizado. Aqui, responsabilização e mobilização social tornam a escola menos estatal e mais pública. A divulgação permite

Conforme consta no documento que trata do Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, planos e princípios

O IDEB calculado para o País, relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 3,8, contra uma média estimada dos países desenvolvidos de 6, que passa a ser a meta nacional para 2021. O desafio consiste em alcançarmos o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano em que o Brasil completará 200 anos de sua independência, meta que pode ser considerada ousada (2008, p. 13).

Defende-se que o País para alcançar o Índice de Desenvolvimento Educacional Internacional, um conjunto de medidas deverão ser tomadas. Para a Educação Básica, o PDE aponta para o seguinte:

- Formação de professores e piso salarial nacional
- Financiamento: salário-educação e Fundeb
- Avaliação e responsabilização: o IDEB
- O plano de metas: planejamento e gestão educacional

Segundo o Ministério da Educação (2007),

Os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino terão metas de qualidade para atingir. Nos próximos 15 anos, o Brasil terá que alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A educação básica brasileira tem uma média aproximada de quatro pontos numa escala que vai de zero a dez e leva em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar. (p.12).

identificar boas práticas, que valem ser disseminadas, e insuficiências, o que torna possível enfrentá-las de forma efetiva. (BRASIL, 2007,p. 20).

No primeiro semestre de 2008, o Ministério da Educação publica o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios brasileiros

O IDEB permite identificar as redes e as escolas públicas mais frágeis a partir de critérios objetivos e obriga a União a dar respostas imediatas para os casos mais dramáticos ao organizar o repasse de transferências voluntárias com base em critérios substantivos, em substituição ao repasse com base em critérios subjetivos. O escopo é atender imediatamente os 1.242 municípios e as 7.085 escolas com os mais baixos indicadores e, em curto prazo, todos os que estejam abaixo da média nacional. Isso exigirá do Ministério da Educação uma mudança de postura radical no atendimento aos entes federados.(...) O Ministério da Educação precisa sair de Brasília e conhecer seus parceiros. Só assim o relacionamento entre governos, mediado pelo tráfico de influência, pela pressão político-partidária ou pelo jogo de interesses, dará lugar ao relacionamento entre Estado nacional e os entes federados, mediado pelo direito de aprender do educando. (MEC, 2008, p. 14).

São Sebastião da Boa Vista não conseguiu alcançar as metas do Governo Federal como veremos abaixo.

3.16.3.2 O Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Sebastião da Boa Vista

São Sebastião da Boa Vista não alcançou a meta estipulada. O quadro a seguir apresenta o IDEB do Município no ano de 2005, juntamente com a projeção até 2021, decorrentes do desenvolvimento de ações contempladas no Plano de Ações Articuladas/PAR, que possibilitarão o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Termo de Adesão e o alcance das metas previstas

Tabela 19: IDEB 2005 e Projeções para Rede Municipal

Ensino Fundamental	2005 (Observado)	Projeção do IDEB							
		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	1,9	2,1	2,7	3,2	3,4	3,7	4,0	4,4	4,7
Anos Finais	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,7

Fonte: Prova Brasil 2005 e Censo Escolar 2005 e 2006.

Diante dos resultados obtidos, o gestor municipal aderiu ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, este

[...] por sua vez, agrega ingredientes novos ao regime de colaboração, de forma a garantir a sustentabilidade das ações que o compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos planos de ações articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação dos gestores e educadores locais, baseados em diagnóstico de caráter participativo, elaborados a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo, que permite a análise compartilhada do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infra-estrutura física e recursos pedagógicos.

O resultado do detalhamento das ações, contempladas no PAR do município, está organizado de acordo com a forma de execução, estratégia de implementação e cronograma, com metas quantitativas e qualitativas para execução de 2007 a 2011, abaixo apresentamos algumas ações:

1. Implantar Conselho Municipal de Educação;
2. Estabelecer normas democráticas para o melhor funcionamento do CAE;
3. Promover a implantação do PP nas escolas da rede, considerando as particularidades de cada estabelecimento de ensino;
4. Adequar os critérios de escolha de diretores, fundamentado nos princípios democráticos;
5. Implantar o ensino fundamental de 9 anos e reestruturar a proposta pedagógica da rede;
6. Implantar atividades de contraturno articuladas com o PP de cada escola;
7. Implantar política de análise e divulgação dos resultados das avaliações

educacionais do MEC;

8. Assegurar o acesso à formação mínima exigida em Lei a todos os professores que atuam nos anos/ séries iniciais do Ensino Fundamental;
9. Formular e implementar políticas e voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/ séries iniciais do ensino fundamental, considerando, também, as especificidades das escolas do campo, em particular as escolas de organização multietária ou multisseriada e as áreas temáticas, tais como educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral;
10. Promover programas de formação e habilitação específica para professores que atuam em educação especial, nas escolas do campo, nas comunidades quilombolas e nas indígenas, e que contemplem também as temáticas: educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral e integrada;
11. Elaborar política pedagógica que considere e valorize a diversidade racial, cultural, sexual e igualdade de gênero, e de pessoas com deficiência, e, ainda, os temas de direitos humanos e educação em saúde.

Perguntei aos entrevistados sobre o Plano de Ações Articuladas, dizendo que em 2007, o Governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, ele tem algumas metas a cumprir, e umas dessas metas é o IDEB. São Sebastião da Boa Vista não alcançou o índice proposto, diante disso o governo municipal assinou o termo de compromisso com o governo federal (MEC) se consideravam o PAR um tipo de intervenção do Estado que iria desconsiderar todo o processo de discussão e tomada de decisão que vinha ocorrendo na educação do município? Gilvani Tavares diz

Olha, eu acho que o plano de ações articuladaa foi discutido, e nós consideramos o plano e as próprias metas que nós estabelecemos, tinha metas que coincidiram. Agora, uma coisa são as metas que nós pensamos, outra coisa, é o plano de ações articuladas. Mas o que nós pudemos incluir no Plano foi feito. E agora a educação tem a responsabilidade de discutir o PPA que é aonde vai entrar as demandas para ser aprovadas para poder ser executada no município. Então, a educação tem o compromisso de fazer passar no PPA, que vai ser 2009 a 2013 as propostas que estão inclusas no PAR e nas nossas metas para poder o município executar por causa da legalidade. Então, eu acho que não existe dicotomia ou alguma contradição entre a nossa proposta e o PAR, por que o quê o Governo Federal pensou é na esteira daquilo nós pensamos também ou vice-versa, não são problemas fora do bojo do que planejado.

Vocês perceberam como imposição, que as determinações viriam de cima para baixo?

A gente, na verdade, não percebeu como imposição. A gente percebeu como algo que viria ao encontro também daquilo que era uma necessidade nossa. Então, talvez alguém percebeu como imposição, mas pra nossa realidade da educação como ela é feita ou como era feita no município, nós entendemos que há necessidade dessas metas a serem cumpridas pra que a gente possa avançar mais rápido na consolidação das políticas educacionais do município, então nós não entendemos como imposição.

Para José Tavares

Claro que não, o PAR aponta para aquilo que nós queremos. O PAR aponta para aquilo que a sociedade quer e merece. O PAR não vai intervir em nada, não vai passar por cima de governo nenhum. Não vai passar por cima de conferência nenhuma. Ele só vem somar. Ele só vem contribuir. Até porque existem as ações do governo do estado, existem as ações do governo federal. Então se viesse só cobrar, só impor, mas não, existe a contrapartida. O que o PAR aponta é para que o governo seja um governo sério. Para que seja um governo responsável, um governo que se preocupa em fazer aquilo que a sociedade precisa que seja feito. Principalmente na área da educação.

Para Tarcisio Tavares

O que o Governo Federal está pensando, os caras lá no MEC estão pensando, nós já tínhamos pensado a muito tempo. Não da forma como o PAR vem todo detalhado, mas as ações. A gente pretende ter um município, pelo menos no Marajó como um espelho, principalmente no que se refere à educação.

Segundo Henriqueta Tavares

Veja a proposta existente dentro do município, ela não foge muito entendeu? Porque quando a gente se propõe a algo é pra melhorar e nós sabemos que pelo PAR, as ações do PAR elas são com certeza pra melhorar o IDEB. Nós temos que interpretar e realizar. Fazer acontecer, para que as nossas propostas possam realmente ganhar uma roupagem de qualidade. As coisas têm que se integrar, porque se nós desvincularmos e pensarmos o PAR como algo individual e que não tenha nada a ver com a nossa proposta, pensar nossa

proposta como algo particular e que não tenham a ver com o PAR é absurdo.

A outra questão foi direcionada para o momento pós-elaboração do Plano de Ações Articuladas, em que perguntamos como estava acontecendo o PAR na prática. A professora Henriqueta diz

O PAR é algo assim de suma importância, o compromisso foi assinado e, todos nós que fazemos parte do comitê temos nossas ações, temos ações a realizar, entendestes?

Quanto às limitações afirma

Penso eu, nós temos datas no PAR né? A última data é 2011. Os recursos eles foram o grande entrave para que as nossas ações não continuassem, entendeu? Temos um colega que também está no comitê, ele diz: Eu vou me dedicar no PAR? Ele falou com essas palavras, vou se me pagarem hora extra. Ele falou assim mesmo. O professor Barrinha, hoje que é o novo Secretário, que nos chamou para a última reunião, desesperado porque ele foi tomar conhecimento do PAR, que as nossas datas estão vencendo, duas já venceram. Pelo menos a do Conselho Municipal de Educação; a formação do Conselho já expirou. Aí, segundo o comitê, o que a gente pôde repassar pra ele é o que está realmente acontecendo e, que pra isso acontecer nós estamos precisando do jurídico e o jurídico emperrava algumas coisas. Então eu te digo que nesse momento está faltando uma grande integração. Nós não estamos tendo integração entre as secretarias, entre o governo, entre os secretários, entre comunidade, entre jurídico e legislativo pra gente demandar essas coisas. Nós não temos.

Para José Tavares

Eu participei das discussões do PAR aqui, só que eu percebo que o município não está caminhando no sentido de cumprir as metas do PAR. Inclusive agora, recentemente o documento que eu enviei para o prefeito, eu estava contando seis metas do PAR que não avançou em nada, não foi feito nada, então eu não sei o que é que está passando na mente do governo aí. De que forma ele vai querer fazer tudo em cima da hora por que tudo foram pré-estabelecidos períodos e a gente não vê nada de avanço no sentido de começar, resolver as etapas que vão

fazer com que essas metas seja cumpridas. A gente não vê, a gente não ta percebendo assim muita coisa. Inclusive tem algumas metas do PAR que não é interesse do governo mesmo né? Tipo eleições direta para diretores, não há um interesse, há toda uma questão de se utilizar esse cargo de direção para manter o controle sobre determinadas escolas e ela se estende aos outros setores.

3.16.3.3 Plano Municipal de Educação e PAR

Desde a apresentação do Plano Municipal de Educação que verificamos indicativos de que o PAR influenciou em sua elaboração

O Plano Municipal de Educação – PME está ressalvado nas exigências legais do disposto do Art. 214 da Constituição Federal de 05 de novembro de 1988, Art. 281 da Constituição do Estado do Pará, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e Lei nº 10.172 de 09 de janeiro 2001 do Plano Nacional de Educação, implicitamente na Lei Orgânica do Município em seu art. 232 quando trata da criação do Conselho Municipal de Educação e na lei 001/91 específica deste, versa a elaboração do PME, **além do compromisso do Governo Municipal através do termo de acordo celebrado com o MEC (PAR)** e da lei nº. 200/09 que altera dispositivos legais consoantes à instalação do Conselho Municipal de Educação no intuito de assumir e garantir a qualidade da educação – Educação para Todos – que integra o PDE para a melhoria do índice de desenvolvimento para a Educação Básica e aumento da almejada qualidade de ensino na educação pública.

Como também se configura como resultado de todo um trabalho coletivo entre Governo Municipal e sociedade civil que foi sendo realizado desde as pré-conferências, 1ª Conferência Municipal de Educação em 2007 até a realização do 1º Forum de Educação do Município realizado em novembro de 2009.

Da complementaridade entre as ações municipais e o PAR temos a *aprovação da Lei nº. 200/09 de 11 de Maio de 2009 que altera alguns dispositivos da Lei nº. 001/91 de 27 de Março de 1991 que cria o Conselho*

Municipal de Educação e esta o revigora (SEMED, 2009, p. 15); Decreto nº. 131/2009 que compõem o Conselho; em setembro de 2009 foi criada, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, a comissão coordenadora do Plano Municipal de Educação

em reunião organizada para esta finalidade foram convidados/convocados todos os atores, eminentemente qualificados pelas orientações do MEC: Poder Executivo, Poder Legislativo, Ministério Público e Sociedade Civil Organizada para que estes tomassem ciência dos encaminhamentos necessários à constituição deste Plano, bem como aprovassem o Regimento Interno e o plano de Trabalho da referida CCPME. (SEMED, 2009, p. 15).

No item que trata dos objetivos afirma que o mesmo visa

proporcionar melhor qualidade de ensino na educação dos cidadãos boavistenses, bem como, assegurar o aumento do índice de desenvolvimento educacional de todos os níveis e modalidade de ensino na busca da inclusão e garantia da redução da desigualdade social, cumprindo com a legislação educacional e atendendo ao compromisso estabelecido no Plano de Ações Articuladas em consonância com o Plano de Metas Todos pela Educação.

3.17 As primeiras impressões da educação: O que dizem os depoentes?

Das observações e análise dos documentos sentimos necessidade de verificar junto aos entrevistados qual a avaliação que faziam das mudanças ocorridas tanto em nível de município quanto na educação nos últimos quatro anos, que se configura como o 1º governo do mandato Caboclo.

Um panorama da educação

A educação antes de nós, eu não diria que ela está perfeita, não está, ainda está com muitos problemas, muitas complicações ainda, mas ela já foi bem pior. E aqui a gente não tá pra crucificar b ou c. A gente sabe que faz parte de um

processo histórico e, que nosso município não avançou. Então 2004 algumas escolas não terminaram o ano letivo, trazendo um prejuízo imenso. O aproveitamento escolar foi de apenas 43%, não chegou a 50%. A infraestrutura desse município a anos, eu diria décadas que não se construía nada, não se trabalhava a infraestrutura do município. **Os professores em sua grande maioria, eles eram trabalhadores temporários, ficavam a mercê do apoio político, da decisão do mandatário do município.** O transporte escolar em 2004, ele apenas atendia parte dos alunos, nós passamos de 68 embarcações para 122 embarcações circulando diariamente no município. É, enfim os problemas eram muitos e continuam alguns problemas, mas nós avançamos com certeza, eu diria de forma extraordinária nesse primeiro mandato de experiência, que eu sempre falo era um mandato de transição, porque pegamos toda uma realidade de deteriorização das escolas, **de não qualificação dos professores, de não efetivação dos professores, do não reconhecimento dos direitos dos professores, do não respeito à pessoa dos professores.**

Para Henriqueta Tavares

Mas nós fazemos assim um olhar panorâmico da realidade funcional, da realidade social do município de 2005 pra cá, com certeza as mudanças elas aconteceram, elas vieram. **Os salários dos profissionais, dos trabalhadores em dia,** projetos acontecendo, a educação na zona rural, ela teve um solavanco com projeto dos saberes da terra que foi implantado pra lá. Agora nós vamos ganhar também mais duas turmas do Projovem do campo. O Mova, ele teve assim uma vasta aplicação também ano passado. Com várias turmas instituídas. Então a gente vê que as coisas estão acontecendo, as coisas tendem a se fortalecer, agora se concretizar.

Quanto as condições estruturais e de funcionamento das escolas

Nas escolas da zona rural as mudanças são perceptíveis, mas não ideais segundo Raimunda Resque

E uma das escolas é do Guajará, lá ainda tinha alunos jacarés. No dia que foi entregue a escola lá, hoje uma escola padrão, os depoimentos da comunidade fizeram a gente chorar. Eles estudavam debaixo de uma árvore, que não foi retirada para não esquecer a estrutura, não esquecer a história. Eles

estudavam debaixo de uma árvore e agora eles tem uma escola modelo né? Modelo que eu digo assim, para os padrões do município uma escola de alvenaria com salas, ambiente adequado, com carteiras, sala da direção né? Local pra merenda, refeitório. Então deu um salto de qualidade muito grande em São Sebastião da Boa Vista. E a gente percebe o desempenho do gestor pra que não pare né?

Quanto aos desafios

Perguntamos também quais seriam os grandes desafios depois de todo esse processo vivenciado que estava vinculado a organização da educação do ponto de vista da gestão. Para Henriqueta Tavares

Então parece assim que todo o gás que a gente se propôs, aquele otimismo, aquela vontade de realizar determinadas ações, parece que deu uma queda né? A gente queria fazer algo (...), mas diziam corta isso, corta aquilo, não tem recurso disponível, não tem transporte. Como você sabe, pra gente se deslocar para as escolas, pra está lá junto, a gente precisa de transporte, precisa de combustível e muitas das vezes isso foi vetado né? Isso não nos foi fornecido.

No que se refere ao processo de discussão

Então eu diria que no nosso mandato, o Mandato Caboclo em São Sebastião da Boa Vista é um divisor de águas do que era a educação e o que está sendo hoje. Antes não se discutia, hoje se discute. (Gilvani Tavares).

Quanto ao Rendimento Escolar

Em relação ao rendimento Tarcisio Tavares descreve o que ocorreu, afirmando que

Em 2005, eu tive a idéia de lançar um desafio para as escolas e mostrar a realidade de cada uma e os nossos índices educacionais. E o que fazer junto com eles? Criar uma proposta no próprio planejamento e de como seria a educação a partir dali. Começamos a propor metas desde 2005. Em 2005 chegamos a 54% se eu não me engano. Um avanço muito grande em um ano. Mesmo porque esse avanço de 38% foi de que pelo fato de que muitas escolas fecharam então a gente não pode nem dizer que foi uma vitória muito grande nossa, entendeu? (...) E aí o que acontece, muitas escolas fecharam e o índice de repetência foi enorme, repetência e evasão. Quando foi em 2005 nós conseguimos propor as metas como eu falei agora a pouco. E nessas metas o governo municipal mudou muito. Porque ele conseguiu administrar bem a casa, a pagar direito o professor. Fez com que o professor se sentisse mais valorizado e isso contribuiu, nós conseguimos alcançar uma meta já superior que foi de cinquenta e poucos por cento. Já colocamos outra meta para 2006 que foi de 60%, conseguimos. Em 2007 foi 65% e pra 2008, nós conseguimos colocar 70%. Em 2007 nós colocamos 65%, mas nós fomos para 68% avançou mais do que a meta. E agora 2008 a gente vai amanhã apresentar as metas nossas das escolas e propor novos desafios a serem alcançados. (JM).

Algumas Considerações

As considerações que podem ser feitas quanto ao que ocorreu e que está acontecendo em São Sebastião da Boa Vista são preliminares e inconclusivas, pois a construção de uma educação democrática ainda está em processo.

Podemos afirmar ser uma experiência que agrega muitas possibilidades, mas que apresenta muitas limitações. Enquanto possibilidades verificamos a vontade de uma população de mudar a sua realidade e, vê a educação como um instrumento de mudança importante. Essa vontade, surge da ação da sociedade civil que no início apresentava muitas fragilidades, mas que hoje o avanço também é perceptível e, com a introdução de políticas participativas através de um modelo de gestão pública sua concreticidade foi e vem sendo viabilizada.

Como afirmamos no decorrer da pesquisa, esse processo tem um marco importante, as eleições municipais que ocorreram no ano de 2004, mas a democracia representativa demonstrou ser limitada para o alcance dos objetivos e desejos dos boavistenses. Para tal, o aprofundamento da democracia não só como regime político, mas como *modo de vida* se impunha.

A criação dos espaços públicos de participação foram fundamentais no processo de deliberação da educação municipal. Através de pré-conferências, conferências e fóruns, as demandas da população foram ouvidas, debatidas e decidiu-se através de um processo democrático qual educação se queria para a população de São Sebastião da Boa Vista.

No que se refere à educação, pontuamos que houve mobilização e participação intensa, mas o acompanhamento da implementação das decisões tomadas foi se fragilizando em decorrência de um conjunto de fatores: a questão geográfica do município, a falta de um número suficiente de técnicos da Secretaria de Educação para realização das atividades pedagógicas e a falta de recursos também se estabeleceram. As entidades e associações do município que não estão vinculadas diretamente à educação restringiram sua participação ao período eleitoral, às consultas e deliberações nos espaços públicos de participação, mas não avançaram e não aprofundaram o controle

social. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação foi criado como também os conselhos escolares, mas a escolha de diretores das escolas ainda acontece por indicação, o que fragiliza o processo democrático.

A troca de Secretários de Educação foi constante. Nesse período, três passaram pela SEMED, profissionais com perfis diferenciados e, com intencionalidades diversas, mas que coadunavam no que se refere a implementação de uma educação de qualidade.

Uma preocupação surgiu no decorrer da pesquisa como afirmamos anteriormente quanto a continuidade da proposta municipal diante das determinações do Governo Federal, com a implementação das ações do Plano de Ações Articuladas. Mesmo que apresente como intencionalidade a criação de espaços democráticos de participação, gestão democrática, política de formação inicial e continuada dos professores, não pode desconsiderar as especificidades locais. A dinâmica dos municípios amazônidas é outra, não se pode pensar, por exemplo, num programa para transporte, dando ênfase ao ônibus, quando o que se precisa é de barcos. Não se pode pensar em fechar escolas da comunidade, pensando na nucleação ou polarização, tendo como justificativa o melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo quando as crianças terão que passar mais de 2 horas dentro de um barco para chegar à escola. O risco é de que a gestão com princípios democráticos não se consolide. A escola em vez de incluir, estará excluindo a comunidade e a família da tomada de decisão da escola.

Outra questão é que o PAR concentrou as ações no comitê que elaborou o diagnóstico da educação, desmobilizando e fragilizando a sociedade civil. A ênfase dada ao resultado a ser alcançado também demonstrou ser preocupante, pois as condições reais da educação não se configuram como as *ideais* pensada pelo Ministério da Educação em seu *gabinete* e com a colaboração dos empresários da educação.

Alcançar os índices internacionais parecem viáveis de se estabelecer no município, em decorrência da ênfase dada ao rendimento. De 2004 a 2008 o aumento nos índices foi significativo, apesar do município não ter alcançado a meta proposta pelo MEC e, ter avaliado que os números apresentados em 2005 foi além do esperado, um saldo positivo.

No entanto, no que se refere aos aspectos pedagógicos e processos de gestão no âmbito escolar ainda está longe de se consolidar democrático. A participação dos pais começa a se efetivar a partir da criação dos conselhos escolares, um processo recente e, que por muito tempo configurou-se como inexistente.

Consideramos que apesar dos avanços, a dependência financeira em relação aos outros entes federativos é preocupante, pois a arrecadação do município é insuficiente diante da necessidade que se impõe, apesar dos 25% destinados à educação, não é o bastante. A ausência do Estado-máquina aprofundou os problemas sociais e, é visto como um impeditivo para o estabelecimento de um Estado ético comprometido com a Sociedade Civil.

Mas acreditamos que a experiência do município de São Sebastião da Boa Vista, com suas limitações, nos possibilita crer que é possível dar passos concretos à construção de uma democracia realista, substantiva e plena.

Reafirmamos que acompanhar o desenrolar desses acontecimentos durante esses três anos e, compará-los a realidade anterior é alentador. Não vemos isso como um processo apaixonado da pesquisadora que ultrapassou o limite de envolvimento, permitido pelos cânones da ciência, com o objeto de estudo, mas o conhecimento aprofundado das condições de vida dos boavistenses sedimenta que temos mais saldos positivos do que negativos.

Há mudança, há crítica, há novas necessidades que fortalecem a população que mesmo não sabendo ainda verbalizar como eruditos o que querem, sabem dizer o que não querem.

O não querer na educação para eles, significa avançar às primeiras conquistas. A educação não se restringe à construção e reforma de escolas, a merenda escolar, a um quadro de profissionais qualificados, realização de concursos públicos.

As ações estão acontecendo, por isso não possibilidade de afirmar que consolidou o poder local democratizado, mas avançou.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: **“Não há mais o que ver”, saiba que não era assim.** O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. **É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se viu no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles.** É preciso recomeçar a viagem. Sempre. (José Saramago).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER, Pereira; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES FILHO, Armando; JÚNIOR, José Alves de Souza; NETO, José Maia Bezerra. **Pontos de História da Amazônia**. Vol II. 2 ed. (ver. Ampl). Belém: Paka – Tatu, 2000.

_____. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando; JÚNIOR, José Alves de Souza; NETO, José Maia Bezerra. **Pontos de História da Amazônia**. Vol II. 2 ed. (ver. Ampl). Belém: Paka – Tatu, 2000.

_____. **Pontos de História da Amazônia**. Vol I. 3 ed. (ver. Ampl). Belém: Paka – Tatu, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2 ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber, 2005. (Série Pesquisa; vol. 13)

ARARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 25, p. 82-98, 1994.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **A ESCOLARIZAÇÃO NOS CAMPOS DA ILHA DE MARAJÓ: UM RECURSO DE ESPERANÇA?**

ARRETCHE, Marta. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____ ; ANASTASIA, Fatima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. 1 reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____ (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BITAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira (Orgs.). **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____ ; GRAU, Nuria Cunill (Coord.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

CACCIA-BAVA, Silvio; SOARES, José Arlindo (Orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ . A Construção democrática e o futuro. **Le Monde: Diplomatique Brasil**. Ano 1, n. 10, fev. 2008.

_____ . O que queremos de um bom governo municipal. **LE MONDE: DIPLOMATIQUE BRASIL**. Ano 1, n. 10, mai. 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: BRESSER, Pereira; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CARDOSO, Mário Andrade. Uma nova gestão na SEDUC: participação, qualidade, inclusão e cidadania. In: COELHO, Maria do Socorro da Costa (Org.) **A estrela de várias pontas**: o debate inicial sobre as políticas sociais no Pará. Belém: Paka-Tatu, 2009.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**. [on line]. 1997, v. 40 n. 2.

_____. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASALI, Alípio. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, Isabel Franchi (Org.). **Avaliação da Aprendizagem**: discussão de caminhos. São Paulo: articulação universidade escola, 2007.

CASTRO, Edna Maria; MARÍN, Rosa E. Azevedo. Estado e Poder Local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. **Pará Desenvolvimento**. Belém, n. 20/21, p. 9-14, jul/dez 1986/jan/jun.1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998 (Biblioteca da Educação – série 1 Escola; v. 16).

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, M. do S. da C. **Nas Águas o Diploma: O Olhar dos Egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA**. 332f. 2008. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. CACCIA-BAVA, Silvio; SOARES, José Arlindo (Orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Vera Lúcia Cabral; MAIA, Eny Marisa; MANDEL, Mara Lucia (Orgs.). **Gestão educacional e descentralização**: novos padrões. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1997.

_____. **Descentralização da educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

_____; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Temas Brasileiros).

CURY, Carlos R. Jamil Cury. **Educação e contradição**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CRUZ, Ernesto. **Temas da História do Pará**. Belém: SPEVEA, 1960.

CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da Cruz. **Marajó**: essa imensidão de ilha, São Paulo: MEM Cruz, 1987.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. J; PANFICHI, Aldo. **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Campinas, SP: Paz e Terra, 2006.

DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **O Que é Poder Local?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DULCI, Luiz. Governabilidade ampliada e participação social no governo Lula. In: GOMIDE, Denise (Org.). São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2003.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. J; PANFICHI, Aldo. **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Campinas, SP: Paz e Terra, 2006.

FERRÃO, Euzalina da Silva. 125f. **Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na ilha de Marajó: exame de uma experiência**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais –Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2006.

FISHER, Tânia (Org.) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. – Coleção Educação Popular, n. 3.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GATTI, Bernadete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002 – (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Lucelia Tavares. **A Reformulação Curricular na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA):** Intenções e Ações. 171f.2005. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, p. 171, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos.** 2 ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura:** o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia – 1964-1978. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Estado e Capitalismo.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

JARQUÍN, Edmundo. Apresentação. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Coord.). **Responsabilização na administração pública.** São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

JOFRE NETO. O legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Org.). **Reforma Política e Cidadania.** 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

JURANDIR, Dalcídio. **Marajó.** s/l: Cátedra, 1978

KRAWCZYK, Nora Rut; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs.). **América Latina:** Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER, Pereira; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber:** Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE MONDE: DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano 1, n. 10, mai. 2008.

LIMA, Licínio C. Lima. **A escola como organização educativa.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÔBO, Yolanda Lima; FARIA, Roberto. A Questão Política do Direito à Educação da População do Campo. In: SOUZA, Donald Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Orgs.). **Desafios da educação municipal.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARINHO, José Antonio Magalhães. 186f. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no Extrativismo do açaí: o caso do médio rio Pracuuba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo altos estudos avançados amazônicos. Belém, Pará, 2005.

MARTINS, Angela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sílvia Simões (Org.). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENEGUELLO, Rachel. Eleitorado e reforma. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCI, Paulo; KERCHE, Fábio. **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira. 258f. **Poder local e a gestão da educação municipal no contexto de Altamira-Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MIRANDA NETO. **Marajó: Desafio da Amazônia**. 2 ed. Belém: Cejup, 1993.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Potência, limites e seduções do poder**. São Paulo: Unesp, 2008.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil : clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

O Liberal. Pará: anuário 2008. São Sebastião da Boa Vista: as palmas da riqueza. Ano 2008, p. 305-306.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PARO, Victor. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. O Estado Nacional: padrao da Amazônia: **Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 20/21, p. 3-6, jul/dez. 1986; jan/jun, 1987.

PONTUAL, Pedro. Gestão e participação – o papel dos diferentes atores. In: GRACIANO, Mariangela (Coord.). **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007. (Em Questão, v. 4).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ROCQUE, Carlos. **História dos municípios do Estado do Pará**. s/l. Edições Carlos Rocque, s/d.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. **Democracia e Governo Local**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SANTOS, Emina Marcia Nery dos. 244 f. **A construção de espaços públicos na política educacional em Gurupá**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, Pará., 2008.

SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na 'reforma do Estado'**. São Paulo: Cortez, 2003a.

SILVA, Marlene de Deus Tavares da. **Estudos Amazônicos**: o Pará em questão. 4 ed. ref e atual. Belém: Governo do Estado do Pará, s/d.

SILVA, José Afonso da. **O município na Constituição de 1988**. São Paulo: editora revista dos tribunais, 1989.

SOUSA, Iris Amaral. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia: os caminhos da política educacional em Abaetetuba-PA**. 206 f. Tese (Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2009.

SOUZA, Orlando Nobre Bezerra. Educação do Campo e Poder Local na Amazônia: Articulações e Possibilidades. In: GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LIMA, Rosângela Novaes. **Políticas Públicas Educacionais: O Governo Lula em Questão**. Belém: Cejup, 2006.

STAKE. Robert E. **Investigación com estúdio de casos**. 2 ed. Madrid, Espanha: Morata, 1999.

TATAGIBA, Luciana. Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do projeto rede criança em Vitória/ES. In: DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. J; PANFICHI, Aldo. **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Campinas, SP: Paz e Terra, 2006

TEIXEIRA, Ana Claudia. Até onde vai a participação cidadã? **Le Monde: Diplomatique Brasil**. Ano 1, n. 10, fev. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TREVISAN, Antonio Marmo (et al). **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. 2 ed. ampliada. Ateliê Editorial, Cotia, SP, 2003.

TRINDADE, Helgio. Reforma política: os desafios da democracia social. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: políticas e gestão da escola**. Brasília: Liber livro, 2009.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). 2 ed. rev. e ampliada. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2007a.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e igreja popular**. São Paulo: Educ, 2007b.

_____ **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, democracia e globalização. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YIN. K. Robert. **Estudo de Caso: planejamentos e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **A propriedade cultivada na Escola do MST: a pedagogia do oprimido na promoção da dignidade humana**. Tese (Doutorado em educação: currículo). São Paulo: PUC-SP, 2009.

ZAULI, Eduardo Meira. Crise e reforma do Estado: condicionantes e perspectivas da descentralização de políticas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

Salvaterra	Nesta consulta, estiveram presentes representantes de grandes latifundiários, no entanto não houve manifestação deste grupo, pois percebemos que os mesmo se sentiram acuados para se pronunciarem na plenária.
São Sebastião da Boa Vista	Neste município, tivemos a garantia da organização do evento, onde a prefeitura além de garantir o almoço para os participantes, confeccionou camisas padronizadas e organizou o credenciamento. Esta organização garantiu uma participação maior nos grupos, visto que a prefeitura procurou ser mais articulada com os movimentos sociais locais.
Breves	Neste município sentimos que o processo de organização estava mascarado, pois os movimentos sociais ficaram de fora da articulação, a pesar da prefeitura organizar o evento enquanto credenciamento, e blusas padronizadas. Não a preocupação em garantir almoço para a plenária, visto que muitos eram de outros municípios. No entanto, houve reivindicações na plenária devido a ausência do prefeito de Breves nesta consulta. Houve manifestações, porém a consulta não foi prejudicada, na avaliação da equipe do plano, esta ausência foi favorável, pois com a presença do mesmo, a consulta poderia ter sido mais tensa.
Anajás	A realidade desta cidade foi a mais complexa e impressionante; a forma pela qual o prefeito manipulou este evento, desarticulando os grupos sociais, fazendo todos pensarem que o plano vem sendo realizado, por conta de sua intervenção Federal. Quando chegamos a cidade fomos procurados pelos movimentos sociais, onde marcamos reuniões antes da consulta, e para desarticular este encontro o prefeito nos proporcionou um passeio de barco, onde dizia que iríamos fazer uma visita a ribeirinhos e conhecer a construção do matadouro. No barco foi marcada uma reunião com pessoas que iriam discutir a questão fundiária, o que percebemos é que muitos vieram para intimidar o grupo, mandando “capangas” para a reunião. A reunião foi contornada e na plenária todos colocaram seus anseios. Nas reuniões com os grupos descobrimos que não houve consulta preliminar, o que houve foi uma manobra política do prefeito convidando pessoas para participarem de uma reunião do Bolsa Família, conseguindo assim atingir um numero de mais de 500 pessoas , todos assinaram a lista de frequência e foram mandados embora.
Afuá	Cidade com grande potencial para o turismo, o centro da cidade é bem cuidado, no entanto percebemos em visita à áreas próximas da cidade, problemas sérios com o abastecimento de água que é feito através de “canos” no meio da rua, onde as pessoas se mantêm em filas com baldes para obterem água. Quanto à organização do evento

	a prefeitura se preocupou com tudo, garantindo o almoço a todos e o credenciamento.
--	---

Fonte: SEGOV, 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)